

# MD

## MÉTODO DO DIREITO

CURSO EDUCACIONAL JURÍDICO ONLINE

1ª FASE E 2ª FASE EXAME DE ORDEM

## CURSO MÉTODO DO DIREITO OAB ONLINE

### CRONOGRAMA DE 90 DIAS DO EXAME 47º 2ª FASE OAB

### CRONOGRAMA DO EXAME 47º PROVA DA ORDEM 2ª FASE OAB

**PROFESSOR E ADVOGADO:**  
CELSONE CAVALCANTE

**EXAME  
DE ORDEM**



## **CRONOGRAMA DA 2ª FASE OAB EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO PARA O EXAME DE ORDEM**

### **OLÁ FUTUROS APROVADOS NO EXAME DE ORDEM DA 2ª FASE OAB**

O cronograma vai preparar o exame da repescagem e também aquele que vai prestar pela primeira vez a segunda fase OAB em direito do trabalho.

### **OS ALUNOS DA SEGUNDA FASE TÊM DUAS CHANCES PARA SERES APROVADOS**

**Atenção, sim, é verdade.** O sistema de repescagem da OAB concede aos aprovados na primeira fase uma segunda oportunidade de realizar a segunda fase do mesmo exame, utilizando a aprovação na primeira fase.

Dessa forma, se o candidato for aprovado na 1ª fase, ele tem direito a realizar a 2ª fase uma vez, com a possibilidade de realizar uma segunda tentativa na 2ª fase do exame seguinte, caso não seja aprovado na primeira vez.

O aluno do exame 44º repescagem, foi reprovado na 1ª prova da 2ª fase, deverá se preparar e fazer um treinamento ter êxito na prova de 2ª fase.

O aluno da 1ª prova da 2ª fase exame 45º deverá fazer uma preparação ou fazer um treinamento para ter êxito na prova de 2ª fase.

### **DO MÉTODO DO DIREITO OAB 2ª FASE**

O curso método do direito tem um treinamento e preparação para 2ª fase OAB em Direito do Trabalho, ensina o aluno a fazer esboçar ou redigir petições ou peças, mesmo que o aluno ou bacharel em direito não tenha feito estágios em escritórios de advocatícios ou nos TRIBUNAIS ESTADUAIS DEFENSORIAS PÚBLICAS DO ESTADOS.

**Atenção,** bacharéis ou estudantes do ÚLTIMO ANO DO CURSO DE DIREITO que não realizou estágios jurídicos ou defensorias públicas ou procuradorias dos Estados e Municípios, fique

tranquilos não se preocupe a **nossa equipe do método do Direito vai pegar em sua mão, vamos ensinar a fazer as peças Passo a passo em forma de tutorial** e também aplicamos o método da **Mini-Peças, Mini-Enunciados**, ensinamos elabora os esqueletos das peças ou petições passo a passo e resolver as questões discursivas.

**Atenção**, ensinamos os nossos **alunos examinados a desenvolver as teses processuais**, ensinamos a fazer **os tópicos de tema de cada assunto cobrado** no trecho ou Bojo da petição.

**Observação**, ensinamos aplicação do nosso Método do Silogismo Jurídico criado pelo Filósofo Aristóteles esse método é usado até no Tribunal Superior Federal (STF).

## **COMO É O MÉTODO DO SILOGISMO JURÍDICO**

O **método do Silogismo jurídico** deverá ser aplicado com três parágrafos, com **COMEÇO, MEIO e FIM** ou seja **Fato, Fundamento e Pedido**.

**Por exemplo:**

**TÓPICO: DO PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAS**

**1 parágrafo. A premissa menor é o fato.**

O fulano de tal trabalhou para empresa reclamada das 8:horas até as 20:horas com uma hora para refeição e descanso e não recebeu pelas horas laboradas além da jornada contratual e, requer o pagamento dessas horas extras (**Fato**)

**2 Parágrafo premissa maior Fundamento jurídico legal.**

De acordo com o artigo 7º, inciso XIII e o Inciso XVI ambos da CF/1988 e artigo 58 da CLT, portanto A jornada normal do trabalho quarenta e quatro semanais, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, dessa forma as horas elaboradas a mais da remuneração do serviço extraordinário superior, deverá ser paga ao reclamante no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (**Fundamento**)

**3. Parágrafo. Conclusão/Pedido, é aplicação da Norma, resultando na aplicação da lei aos fatos.**

**Diante do exposto, o reclamante requer** a Vossa Excelência a condenação da reclamada ao pagamento das horas extras laboradas diariamente que seja paga no importe de 50% no valor de R\$......

### **O MÉTODO DO SILOGISMO JURÍDICO**

**1º Fato,** O examinado deverá fazer a narração ou resumo sucinto detalhados dos fatos;

**2º Fundamento jurídico,** O examinado deverá desenvolver suas teses processuais e fazer a narração ou resumo sucinto detalhados da lei seca e das súmulas;  
narração ou resumo sucinto detalhados dos fatos;  
narração ou resumo sucinto detalhados dos fatos;

**3º Conclusão/Pedido,** deverá requerer o pedido e expressando o direito do cliente.

### **ATENÇÃO, ENTENDA COMO O MÉTODO DO SILOGISMO JURÍDICO**

**1ª Fase – Fato- Premissa Menor:** Nesta primeira fase, você irá narrar os fatos ou fazer um resumo detalhado e apresentar os argumentos de discordância em forma de um raciocínio jurídico, se for uma petição de reclamação trabalhista, Contestação Trabalhista ou um recurso ordinário trabalhista e uma Ação de Consignação em Pagamento. Nesta fase, você não fará qualquer menção à legislação ou fundamentação jurídica. Lembre-se de ser objetivo e se limitar à porção do fato que você separou.

**2ª Fase – Fundamento Jurídico Legal Premissa Maior:** Realizada a primeira fase, é hora de fundamentar a sua petição para cada direito trado no trecho ou no bojo da petição tem de fazer um Tópico.

Na segunda fase, você irá apresentar toda fundamentação jurídica que corrobora com os fatos apresentados na 1ª fase do silogismo.

**Aqui, não há necessidade de narrar os fatos novamente.**

Apenas apresente a fundamentação jurídica de uma forma com um raciocínio jurídico deverá desenvolver suas teses processuais aprazando os artigos de lei seca e súmulas.

Essas informações deverão buscar nos índices da CLT e do Vade Mecum.

**3ª Fase – Conclusão/Pedido :deverá postular o direito do cliente.**

Nesta fase, você irá concluir os silogismos jurídicos, ou seja, irá explicar que os fatos apresentados estão de acordo com a legislação (ou que a decisão merece ser reformada porque estão contrárias ao que estabelece a lei, se for recurso ou outra peça).

**Atenção**, o Silogismo Jurídico, esta é a estrutura com base no silogismo jurídico e pode ser aplicada a qualquer peça processual e a qualquer área de atuação do direito brasileiro.

**PORTANTO VEJAM O EXEMPLO DO SILOGISMO JURÍDICO**

**No Direito Penal - Vejamos um exemplo:**

**1ª Premissa menor:** Maria furtou uma carteira. **Fato)**

**2ª Premissa maior (norma jurídica):** O furto é crime e deve ser punido. **(Fundamento)**

**3ª Conclusão/Sentença:** Maria cometeu um crime e deve ser punida. **(Pedido)**

**RESUMO DO SILOGISMO JURÍDICO:**

O silogismo jurídico é um método de raciocínio dedutivo, usados na aplicação da lei, que consiste em três partes, ou seja, em três parágrafos: **uma premissa maior (a norma jurídica geral),**

uma premissa menor (o caso concreto ou seja os fatos) e uma conclusão que une a norma ao fato, determinando a legalidade ou a aplicação de uma decisão. Ele estrutura a argumentação jurídica, permitindo que um jurista aplique uma regra geral a um caso específico, chegando a uma conclusão necessária.

## ACESSAR ESTE ARTIGO ABAIXO SOBRE O SILOGISMO JURÍDICO

<https://direito.legal/o-silogismo-juridico/>

Atenção, acessar o nosso site e veja regra do Silogismo Jurídico



<https://www.metodododireito.com.br/2023/10/Metodo-Silogismo-Juridico-Para-Aplicacao-na-2-Fase-OAB-Curso-Metodo-do-Direito.html>

### DA REGRA DO MÉTODO DO SILOGISMO JURÍDICO:

Ao abordar cada tema ou cada direito tratado no bojo ou no trecho da petição, na Questões Discursivas o candidato examinado da OAB da 2ª fase terá que desenvolver suas teses processual o examinando deve ter em mente que é necessário desenvolver um raciocínio lógico jurídico, com três parágrafos com **COMEÇO, MEIO E FIM**, ou seja, **FATO, FUNDAMENTO E PEDIDO**.

### REGRA GERAL DO SILOGISMO JURÍDICO

1 FATO;

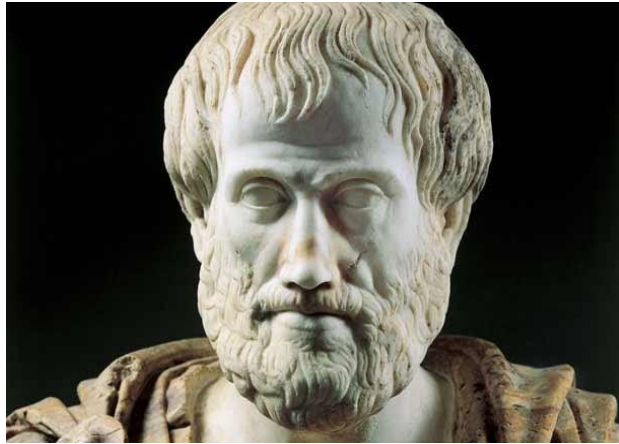
2 FUNDAMENTO;

### 3 PEDIDO.

## COMO FUNCIONA O SILOGISMO JURÍDICO CRIADO PELO FILÓSOFO ARISTOTÉLICO?

### Quem foi o filósofo Aristóteles?

No entanto, o filósofo grego antigo foi considerado um dos principais filósofos e pensadores, ao lado de Sócrates e Platão. Foi criador do pensamento lógico e para ele, a lógica não é ciência, e seu objeto – da lógica – é o silogismo.



**Resumo:** É um termo presente na filosofia, onde o filósofo Aristóteles argumentou sobre a lógica perfeita, desta forma foram constituídas três proposições que se “conectam” entre si. Portanto, as duas primeiras se juntam, e logo é possível deduzir a terceira.

A junção das duas primeiras é chamada de premissas menor (**Fato**) é premissa maior Norma jurídica (**Fundamento**), e a terceira de Conclusão/Pedido.

### EXEMPLO DAS TESES DO SILOGISMO JURÍDICO:

1 Sócrates é um homem de carne e ossos - **premissa, a menor. (fato);**

2 Todo homem é mortal - premissa maior Norma jurídica **(Fundamento);**

3 Sócrates é mortal = **Conclusão/Pedido.**

### **1 ° DICA, DE CLT PARA A SUA 2ª FASE OAB EXAME DE ORDEM**

O exame deverá se utilizar de uma CLT atualizado de acordo o ano e semestre que está se preparando para realizar as provas da 2ª fase em Direito e Processo do Trabalho.

Recomendamos a CLT da nobre Professora **ARYANNA LINHARES**, vem atualizada conforme o edital do exame de ordem da **2ª fase**

Portanto Sim, a CLT Organizada de **ARYANNA LINHARES** é considerada uma das melhores obras para o estudo e a prática do direito do trabalho, especialmente para a **OAB** e o dia a dia profissional, devido à sua organização detalhada, **ÍNDICE REMISSIVO OTIMIZADO** e inclusão de dispositivos legais relacionados aos artigos, súmulas do STF,STJ e TST e jurisprudências do TST facilitando a busca e a memorização.

### **CLT - Consolidação das Leis do Trabalho - 44º e 45º Exame de Ordem - Preto e Branco**

Muito boa CLT, bem completa, logo abaixo dos artigos já consta as súmulas, OJ 'se todo conteúdo relacionado.

Sem precisar ficar procurando, é muito bom.

### **DA INFORMAÇÃO DA CLT AO LEITOR ENCONTRARÁ:**

- CF, ADCT e CPC/2015 na íntegra

# APRESENTAÇÃO-INDICAÇÃO DO MELHOR LIVRO PARA A SUA APROVAÇÃO DA 2ª FASE OAB EXAME DE ORDEM EM DIREITO DO TRABALHO.

**Sejam Aprovados no Exame de Ordem 2ª Fase OAB em Direito do Trabalho.**

**Curso Método do Direito OAB, indicamos aos nossos alunos de 2ª Fase OAB exame de Ordem e aos nossos alunos seguidores em nossos sites, e aos nossos alunos seguidores em nossas redes sociais de outros cursos preparatório, o nosso livro de Direito do Trabalho de Prática Jurídica OAB, 2ª Fase para o exame de ordem, para a sua aprovação no Direito do Trabalho.**

**Atenção, alunos visitantes em nosso site você não precisa ser nosso aluno, pode comprar o nosso livro e garantir a sua aprovação na 2ª Fase OAB em direito do trabalho.**

**Livro de Direito do Trabalho: Prática Jurídica Trabalhista: OAB – 2ª Fase para Exame de Ordem – Autor: CELSONE CAVALCANTE (Editora Dialética)**

**Informação ou Destaque do Livros:** Obra completa que inclui teoria e Prática, modelos práticos de petições ou peças prontas para treinos, Inclusão de Modelos “Mini Peças ou Petições, Mini Enunciado da Banca FGV/OAB” e Mini Teses Processuais e o **e método do "Silogismo Jurídico, com três partes, Com Começo, Meio e Fim ou seja " (Fato, Fundamento e Pedido)** para estruturar respostas em apenas três parágrafos, por exemplo: **1º- Parágrafo-Fato -Premissa menor, 2º-Pragrafo-Premissa Maior-Fundamento jurídico- norma jurídica, artigos, incisos e parágrafos da Lei Seca, súmulas do STJ,STF,TST e jurisprudência OJS do TST, 3º -Parágrafo-Conclusão/Pedido**, requer o direito do cliente que foi violado na sentença, facilitando a pontuação na banca da OAB.

Importante ressaltar que esse **Livro de Direito do Trabalho de prática jurídica trabalhista OAB 2ª Fase para o exame de Ordem é muito** e respeitados para a área trabalhista.

É uma obra que é dividida em teoria, prática trabalhista com modelos de peças ou petições (com foco nos padrões da FGV/OAB) e com grande volume de questões discursivas, abordando ou inovando, com a inclusão de modelos de teses processuais com raciocínio jurídico prontas para treino, com base no **Método do Silogismo Jurídico** e, procedimento de pensamento jurídico" para resolver os casos concretos no trecho ou bojo das peças e das questões discursivas.

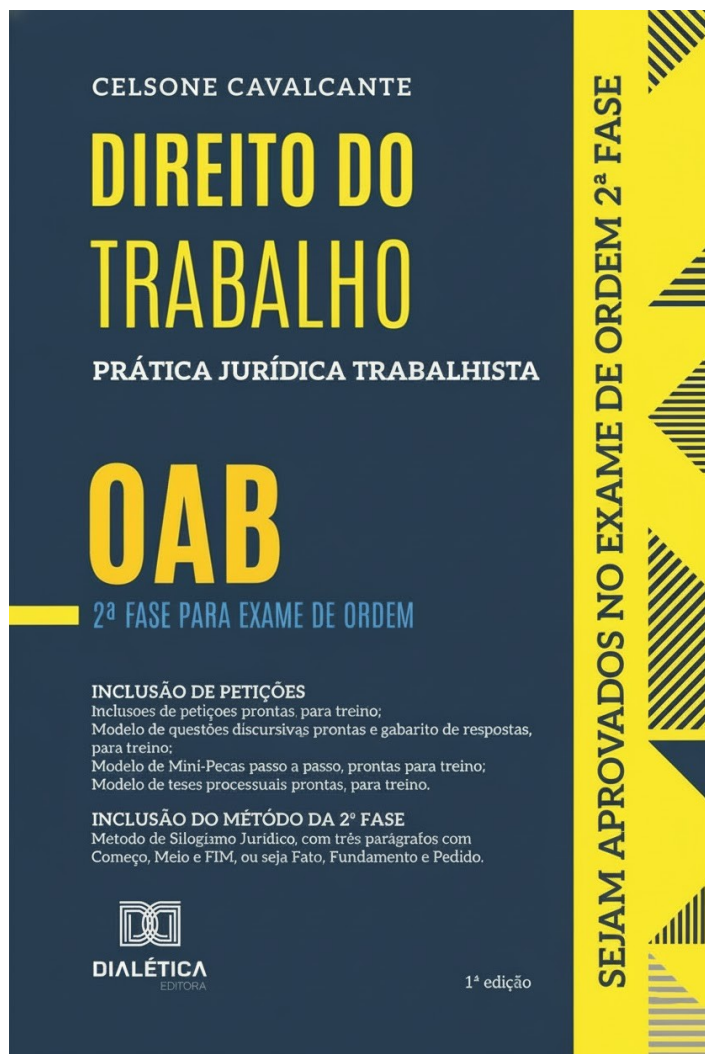
Livro de Direito do Trabalho Teoria e Prática Jurídica Trabalhista, OAB 2ª Fase para o Exame de Ordem, com inclusão de modelos de petição ou peças prontas, Mini Peças, Mini Teses processuais e Mini Enunciado e questões discursivas com gabarito e respostas.

Inclusão do **Método da Aprovação Silogismo Jurídico** com três parágrafos, ou seja, **Premissa Menor Fato, Premissa Maior Fundamentos jurídicos, Conclusão/Pedido postular o pedido em defesa do cliente, ou seja, com Começo, Meio e Fim, ou seja, Fato, Fundamento e Pedido.**

## COMO COMPRA O LIVRO E ONDE ENCONTRAR E COMO GARANTIR A SUA APROVAÇÃO

Portanto o nosso livro se encontra disponível no Site da **Amazon**, Site da **Editora Dialética** e Site da **CAASP-SP**, caixa de assistência dos advogados OAB-SP.

No entanto encontra referência desses sites citados para compra do Livro em nosso site **Método Direito OAB** também.



[Clique Aqui Para Adquirir](#)

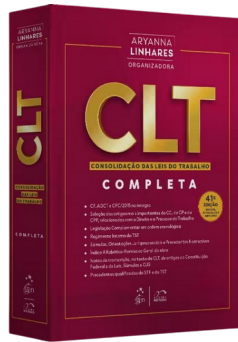


[Clique Aqui Para Adquirir](#)



[Clique Aqui Para Adquirir](#)

- Seleção dos artigos mais importantes do CC, do CP e do CPP, relacionados com o Direito e o Processo do Trabalho
- Legislação Complementar em ordem cronológica
- Regimento Interno do TST
- Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos
- Índice Alfabético-Remissivo Geral da obra



## **ARYANNA LINHARES**

Professora de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho e Advogada. Mestranda em Direito do Trabalho pela Universidade de Coimbra, Portugal.

Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Processo Civil. Professora de Direito Processual do Trabalho do Curso preparatório de **1ª fase e 2ª fase OAB há mais de 20 anos** e Autora de obras jurídicas.

## **ONDE ENCONTRA A CLT PARA COMPRAR**

### **Site da EDITORA JUSPODIVM**

[https://www.editorajuspodivm.com.br/linhares-clt-consolidacao-das-leis-do-trabalho-pb?srsItid=AfmBOorq3aSIilCI5VOGOrcx2cuXa8TuM4nUS4vrdGzhql083\\_rTJRdi](https://www.editorajuspodivm.com.br/linhares-clt-consolidacao-das-leis-do-trabalho-pb?srsItid=AfmBOorq3aSIilCI5VOGOrcx2cuXa8TuM4nUS4vrdGzhql083_rTJRdi)

### **Site da AMAZON.COM.BR**

<https://www.amazon.com.br/s?k=clt+aryanna+linhares+2025&adgrpid=80087718934&hvadid=595815810844&hvdev=c&hvlocphy=9199069&hvnetw=g&hvqmt=e&hvrnd=8244674886614498864&h>

## 2º DICA, DE CLT PARA A SUA 2ª FASE OAB EXAME DE ORDEM

Recomendamos a CLT da professora CLEIZE KOHLS e professor LUIZ DUTRA

CLT Organizada - 44º Exame de Ordem

Com a melhor seleção de normas e atualizada até o edital do 44º Exame da OAB.

### DA INFORMAÇÕES DOS AUTORES

#### CLEIZE KOHLS

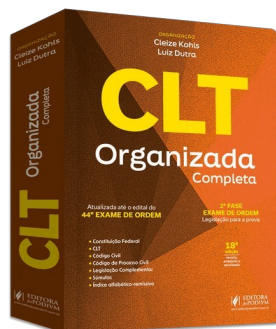
Advogada e consultora jurídica. Doutoranda em direito pela UNISC. Professora da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e do Centro de Ensino Integrado Santa Cruz.

#### LUIZ DUTRA

Advogado e Consultor Jurídico. Advogado. Palestrante. Professor de curso preparatório, curso de 1ª fase e 2ª fase. Mestre em Direito Constitucional.

Especialista em Direito Constitucional. Especialista em Direito do Trabalho. Especialista em Direito Processual do Trabalho. MBA - Identidade Empresarial.

Portanto Excelente CLT, com índice remissivo extraordinário! Qualidade de impressão e páginas incríveis! Além do envio rápido!!



## DA INFORMAÇÃO DA CLT AO LEITOR ENCONTRARÁ:

- CF, ADCT e CPC/2015 na íntegra
- Seleção dos artigos mais importantes do CC, do CP e do CPP, relacionados com o Direito e o Processo do Trabalho
- Legislação Complementar em ordem cronológica
- Regimento Interno do TST
- Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos
- Índice Alfabético-Remissivo Geral da obra

## ONDE COMPRAR A CLT

### No site da EDITORA JUSPODIVM

[https://www.editorajuspodivm.com.br/kohls-dutra-clt-organizada-44-exame-de-ordem?gad\\_source=1&gad\\_campaignid=21298564004&gbraid=0AAAAADq-MxplrtCaSfNBUPlppz0oUyaVd&gclid=CjwKCAjwlaTGBhANEiwAoRgXBQRu-TuE5EGuSY1rSaZQF7Ut4hSWrXjdYM3jd4U5fOecOfwjl3pGRhoCN9YQAvD\\_BwE](https://www.editorajuspodivm.com.br/kohls-dutra-clt-organizada-44-exame-de-ordem?gad_source=1&gad_campaignid=21298564004&gbraid=0AAAAADq-MxplrtCaSfNBUPlppz0oUyaVd&gclid=CjwKCAjwlaTGBhANEiwAoRgXBQRu-TuE5EGuSY1rSaZQF7Ut4hSWrXjdYM3jd4U5fOecOfwjl3pGRhoCN9YQAvD_BwE)

## 3º DICA, DE CLT PARA A SUA 2ª FASE OAB EXAME DE ORDEM

### Recomenda a CLT do professor ROGÉRIO RONIZETTI

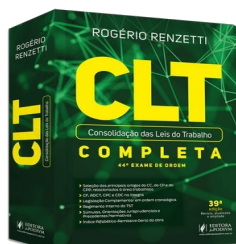
É uma Excelente CLT! Aos examinados colegas que farão a segunda fase da OAB, este livro será seu melhor amigo.

### CLT - Consolidação das Leis do Trabalho - 44º Exame de Ordem

Com a melhor seleção de normas e atualizada até o edital do 44º Exame da OAB

**SOB MEDIDA PARA SUA PROVA!**

**A CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO tem a melhor seleção de normas que você precisa para a sua prova**



**porque está atualizada até o edital do 44º Exame de Ordem Unificado – OAB.**

**ROGÉRIO RENZETTI**

Doutor e Mestre em Direito. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Escola de Magistratura da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro (EMATRA).

Sócio-fundador do escritório de advocacia Renzetti Advogados. Membro da Comissão de Educação e Relações Universitárias do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

Professor Universitário do IBMR, Uninassau e Veiga de **Almeida**. **Professor de Cursos Online e na pós-graduação da Faculdade CERS**. Autor da Editora Juspodivm.

Contato: E-mail: renzettiprofessor@gmail.com Instagram: @profrenzetti

### **AO LEITOR ENCONTRARÁ:**

- Seleção dos principais artigos do CC, CP e CPP, relacionados à área trabalhista
- CF, ADCT, CPC e CDC na íntegra
- Legislação Complementar em ordem cronológica
- Regimento Interno do TST
- Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos
- Índice Alfabético-Remissivo Geral da obra

Traz seu conteúdo rigorosamente revisto, atualizado e estrategicamente estruturado, a saber:

- CF e ADCT na íntegra;
- CLT na íntegra, com a transcrição dos textos das notas remissivas;
- CPC/2015 na íntegra;
- Legislação Complementar selecionada e estruturada em ordem cronológica, com as leis mais relevantes acompanhadas dos seus respectivos decretos regulamentadores;

- Regimento Interno do TST;
- Súmulas Vinculantes e Súmulas dos Tribunais Superiores em matéria trabalhista;
- Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos do TST;
- Índice alfabético-remissivo do CPC/2015, com verbetes de conhecimento necessário ao estudante e ao operador do Direito do Trabalho;
- Índice alfabético-remissivo geral, com verbetes focados na matéria trabalhista, que remetem à CLT, à CF, ao CPC, à Legislação Complementar, às Súmulas, às Orientações Jurisprudenciais e aos Precedentes Normativos;
- Índice cronológico completo, posicionado antes da legislação complementar, com as leis seguidas de seus decretos regulamentadores;
- Índice cronológico de consulta rápida, com os números e anos dos diplomas, igualmente separados pela hierarquia e cronologia;
- Projeto gráfico prático e moderno;
- Sistemas de tarjas laterais e cabeçalhos indicativos das leis, para rápida localização do conteúdo.

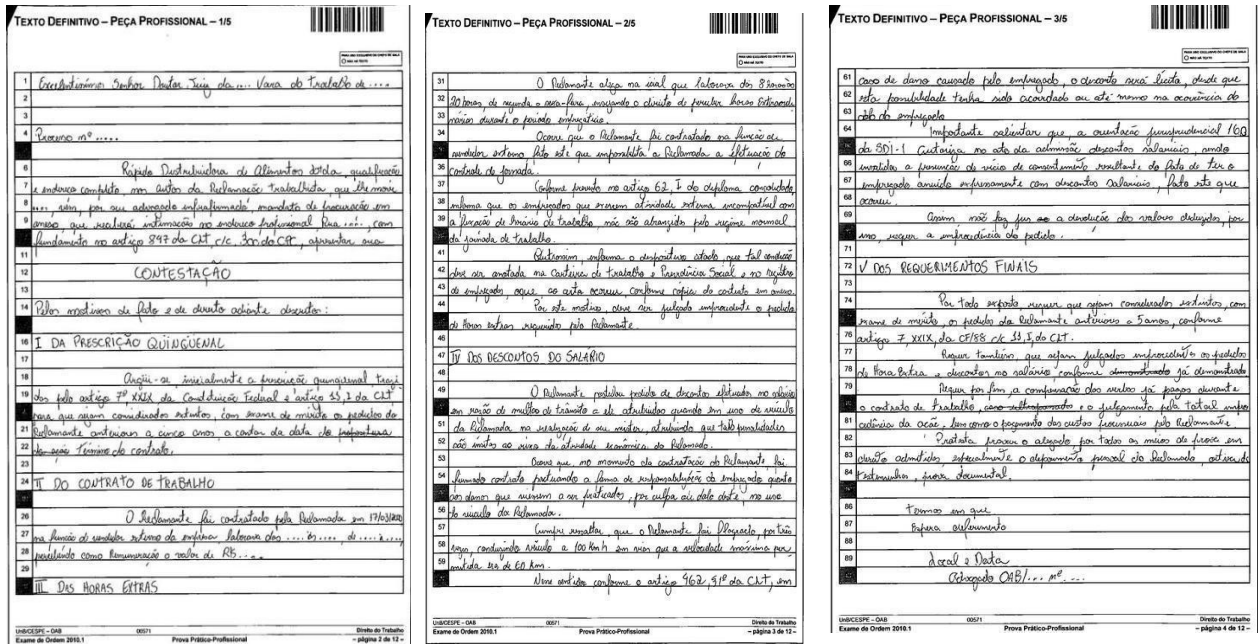
**Atualizada até 30.04.2025**

## **DA PROVA FÍSICA DE 2ª FASE OAB EM DIREITO DO TRABALHO MANUSCRITA**

Entretanto conforme o edital da FGV/OAB, Sim, a prova da segunda fase da OAB é manuscrita, exigindo que os candidatos redijam as PEÇAS OU PETIÇÕES processuais com **5 LAUDAS OU SEJA 5 FOLHAS 30 LINHAS CADA UMA COM 150 LINHAS** E AS QUESTÕES DISCURSIVAS com uma LAUDA OU UMA FOLHA com 30 linhas cada com duas respostas A e B ou seja 15 linhas para cada respostas deverá se utilizar **CANETA AZUL OU PRETA, conforme o edital da OAB exame de ordem.**

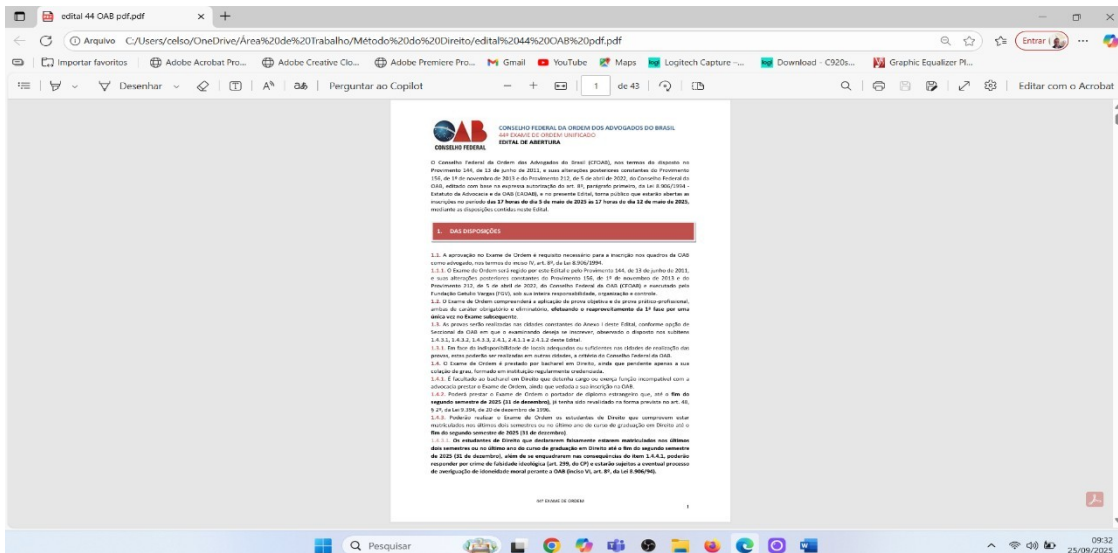
É importante que as respostas sejam com letras legíveis e completas para evitar descontos ou anulação da prova.

## VEJAM O EXEMPLO DA PROVA MANUSCRITA ABAIXO



Portanto deve salientar que é uma forma correta de treinar e realizar a **Prova 2ª fase OAB** exame de ordem dessa forma segue demonstrar acima.

## LEIA O EDITAL, O SEGREDO ESTÁ AQUI.



**Atenção**, nem preciso dizer que você já reprovou se não parar agora de fazer o que está fazendo e LER O EDITAL DA PROVA 3 a 5 vezes, meus queridos examinados e, muito importante.

E não é para se assustar não! Você já fez algum BOLO complicado sem ler a receita? A IDEIA É A MESMA! Se você quiser passar na prova da ordem ler o edital.

## **1º DO QUE É MAIS IMPORTANTE SABER SOBRE A PROVA MANUSCRITA DE 2ª FASE:**

**Redação e Legibilidade com raciocínio jurídico e desenvolvimento de teses processuais:** O foco não é ter uma letra perfeita, mas sim **garantir que a escrita seja legível** e que a mensagem **seja clara e compreendida, pois a falta de clareza pode levar a descontos na pontuação.**

**CONFORME O EDITAL DA OAB NA PÁGINA 14 E O ITEM 3.5 SOBRE PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL.**

### **3.5. DA PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL 3.5.1. Edital OAB**

A prova prático-profissional **valerá 10,00 (dez) pontos e** será composta de duas partes: **3.5.1.1. do edital OAB**

**1ª parte:** Redação de peça profissional, **valendo 5,00 (cinco) pontos**, acerca de tema da área jurídica de opção do examinando e do seu correspondente direito processual, observando, sempre que possível, a interdisciplinaridade, cujo conteúdo está especificado no Anexo II, indicada quando da sua inscrição, conforme as opções a seguir:

**a) Direito Administrativo; b) Direito Civil; c) Direito Constitucional; d) Direito do Trabalho; e) Direito Empresarial; f) Direito Penal; g) Direito Tributário.**

**O Item 3.5.1.2. do Edital, 2ª parte: Respostas a 4 (quatro) questões discursivas**, sob a forma de **situações-problema**, observando, sempre que possível, a interdisciplinaridade, valendo, **no máximo, 1,25 (um e vinte e cinco) pontos cada, relativas à área** de opção do examinando e do seu correspondente direito processual, indicada quando da sua inscrição, conforme as opções citadas no subitem anterior.

**O item 3.5.6. do Edital OAB. Na redação das respostas às questões discursivas, o examinando deverá indicar, obrigatoriamente, a qual item do enunciado se refere cada parte de sua resposta “A)”, “B)”, “C)” etc.), sob pena de receber nota zero.**

**O item 3.5.6.1. do Edital OAB. O examinando que indicar somente uma alternativa “A)” OU “B)” OU “C)” OU etc.) na sua resposta e não assinalar a alternativa subsequente, terá corrigida somente a que estiver indicada expressamente no caderno de respostas observado o disposto no item 3.5.7.1.**

**O item 3.5.7. do Edital OAB. Para a redação da peça profissional, o examinando deverá formular texto com a extensão máxima definida na capa do caderno de textos definitivos; para a redação das respostas às questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada questão. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.**

### **VEJAM O QUADRO BAIXO DO EXEMPLO DE PEÇA E DAS QUESTÕES DISCURSIVAS DA PROVA DE 2ª FASE EXAME DE ORDEM**

<b>1º PEÇA PROCESSUAL</b> 5 FOLHAS OU LAUDAS COM 30 LINHAS CADA	<b>4º QUESTÕES DISCURSIVAS</b> 30 LINHAS CASA
---	--

**Atenção! de acordo com item 3.5.8.do edital OAB exame de ordem. Quando da realização das provas prático-profissionais, caso a peça profissional e/ou as respostas DAS QUESTÕES DISCURSIVAS exijam assinatura, o examinando deverá utilizar apenas a palavra “ADVOGADO...”. Ao texto que contenha outra assinatura, será atribuída nota 0 (zero), por se tratar de identificação do examinando em local indevido.**

## DA ASSINATURA NO ENCERRAMENTO OU FECHAMENTO DA PEÇA OU PETIÇÃO

**Atenção, conforme o item 3.5.9.do edital OAB. Na elaboração dos textos da peça ou petição profissional e das respostas às questões discursivas, o examinando deverá incluir todos os dados que se façam necessários, sem, contudo, produzir qualquer identificação ou informações além daquelas fornecidas e permitidas nos enunciados contidos no caderno de prova. Assim, o examinando deverá escrever o nome do dado seguido de reticências ou de “XXX” (exemplo: “Município...”, “Data...”, “Advogado...”, “OAB...”, “Município XXX”, “Data XXX”, “Advogado XXX”, “OAB XXX”, etc.).** A omissão de dados que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução do problema proposto acarretará em descontos na pontuação atribuída ao examinando nesta fase.

**EXEMPLO: DE FECHAMENTO OU ENCERRAMENTO COM ASSINATURA SEM IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO EXAMINANDO O MODELO MAIS USADOS NAS PROVAS RECOMENDADO PELA BANCA FGV**

Nestes termos,

Pede deferimento,

Local e data,

Advogado.....

OAB n.....

**PARA REALIZAR A PROVA PEÇA OU PETIÇÕES PROFISSIONAL E AS QUESTÕES DISCURSIVAS DE 2ª FASE EXAME DE ORDEM O CANDIDATO PRECISA TER CONHECIMENTO EM DESENVOLVER TESES PROCESSUAIS E UM RACIOCÍNIO JURÍDICO**

**DE ACORDO COM ITEM 3.5.11 do Edital OAB.** O texto da peça profissional e as respostas às questões discursivas serão avaliados quanto à adequação ao problema apresentado, ao domínio do

raciocínio jurídico, à fundamentação e sua consistência, à capacidade de interpretação e exposição e à técnica profissional demonstrada, sendo que a **mera transcrição de dispositivos legais, desprovida de justificativa da resposta e de desenvolvimento do raciocínio jurídico, não ensejará pontuação.**

**Por exemplo: muita atenção**, só a mera transcrição dos artigos, incisos e parágrafos da lei seca, das súmulas do STF, STJ, TST e OJs do TST, **não ensejará a pontuação** na prova, ou seja, na peça ou petição e nas questões discursivas.

**ATENÇÃO, É IMPORTANTE A LEITURA DO EDITAL EXAME DE ORDEM SOBRE 2ª FASE E 1ª FASE PÁGINA 38**



CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
44º EXAME DE ORDEM UNIFICADO  
EDITAL DE ABERTURA

**ANEXO III – MATERIAIS E PROCEDIMENTOS PERMITIDOS  
PARA CONSULTA NA PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

▶ MATERIAL/PROCEDIMENTOS PERMITIDOS

- Legislação não comentada, não anotada e não comparada.
- Códigos, inclusive os organizados que não possuam índices estruturando roteiros de peças processuais, remissão doutrinária, jurisprudência, informativos dos tribunais ou quaisquer comentários, anotações ou comparações.
- Súmulas, Enunciados e Orientações Jurisprudenciais, inclusive organizados, desde que não estruturam roteiros de peças processuais.
- Leis de Introdução dos Códigos.
- Instruções Normativas.
- Índices remissivos, em ordem alfabética ou temáticos, desde que não estruturam roteiros de peças processuais.
- Exposição de Motivos.
- Regimento Interno.
- Resoluções dos Tribunais.
- Simples utilização de marca texto, traço ou simples remissão a artigos ou a lei.
- Separação de códigos por cliques.
- Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico, desde que com impressão que contenha simples remissão a ramos do Direito ou a leis.

▼ Observação: As remissões a artigo ou lei são permitidas apenas para referenciar assuntos isolados. Quando for verificado pelo fiscal advogado que o examinando se utilizou de tal expediente com o intuito de burlar as regras de consulta previstas neste Edital, formulando palavras, textos ou quaisquer outros métodos que **articulem a estrutura de uma peça jurídica**, o uso do material será impedido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis ao examinando.

▶ MATERIAL/PROCEDIMENTOS PROIBIDOS

- × Códigos comentados, anotados, comparados ou com organização de índices estruturando roteiros de peças processuais.
- × Jurisprudências.
- × Anotações pessoais ou transcrições.
- × Cópias reprográficas (xerox).
- × Utilização de marca texto, traços, símbolos, post-its ou remissões a artigos ou a lei de forma a estruturar roteiros de peças processuais e/ou anotações pessoais.
- × Utilização de notas adesivas manuscritas, em branco ou impressas pelo próprio examinando.
- × Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico em branco.

Então, é importantíssimo fazer a leitura do edital exame de ordem é importante saber o que é, **PERMITIDO E PROIBIDO NA 2ª FASE** exame de ordem veja as informações acima da página 38 do edital da OAB.

Portanto as informações a ciam segue abaixo também que é **PROIBIDO E PERMITIDO 2ª FASE**

ANEXO III – MATERIAIS E PROCEDIMENTOS PERMITIDOS PARA  
CONSULTA NA PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

### **MATERIAL/PROCEDIMENTOS PERMITIDOS •**

Legislação não comentada, não anotada e não comparada.

- Códigos, inclusive os organizados que não possuam índices estruturando roteiros de peças processuais, remissão doutrinária, jurisprudência, informativos dos tribunais ou quaisquer comentários, anotações ou comparações.
- Súmulas, Enunciados e Orientações Jurisprudenciais, inclusive organizados, desde que não estruturam roteiros de peças processuais.
- Leis de Introdução dos Códigos.
- Instruções Normativas.
- Índices remissivos, em ordem alfabética ou temáticos, desde que não estruturam roteiros de peças processuais.
- Exposição de Motivos.
- Regimento Interno.
- Resoluções dos Tribunais.
- Simples utilização de marca texto, traço ou simples remissão a artigos ou a lei.
- Separação de códigos por clipes.
- Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico, desde que com

impressão que contenha simples remissão a ramos do Direito ou a leis.

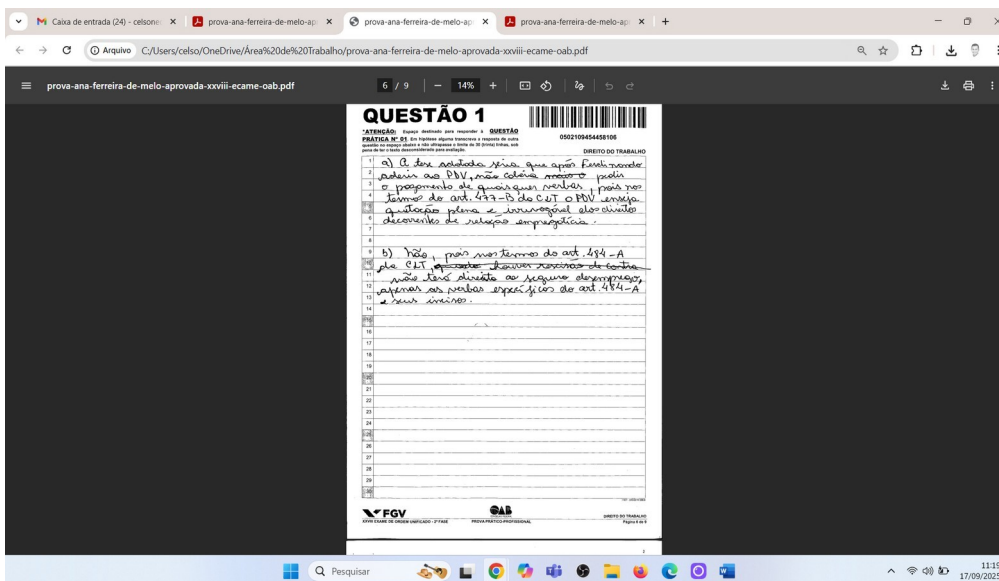
**Observação:** As remissões a artigo ou lei são permitidas apenas para referenciar assuntos isolados. Quando for verificado pelo fiscal advogado que o examinando se utilizou de tal expediente com o intuito de burlar as regras de consulta previstas neste Edital, formulando palavras, textos ou quaisquer outros métodos que articulem a estrutura de uma peça jurídica, o uso do material será impedido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis ao examinando.

### **MATERIAL/PROCEDIMENTOS PROIBIDOS**

- I. Códigos comentados, anotados, comparados ou com organização de índices estruturando roteiros de peças processuais.
- II. Jurisprudências.
- III. Anotações pessoais ou transcrições.
- IV. Cópias reprográficas (xerox).
- V. Utilização de marca texto, traços, símbolos, post-its ou remissões a artigos ou a lei de forma a estruturar roteiros de peças processuais e/ou anotações pessoais.
- VI. Utilização de notas adesivas manuscritas, em branco ou impressas pelo próprio examinando. VII. Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico em branco.

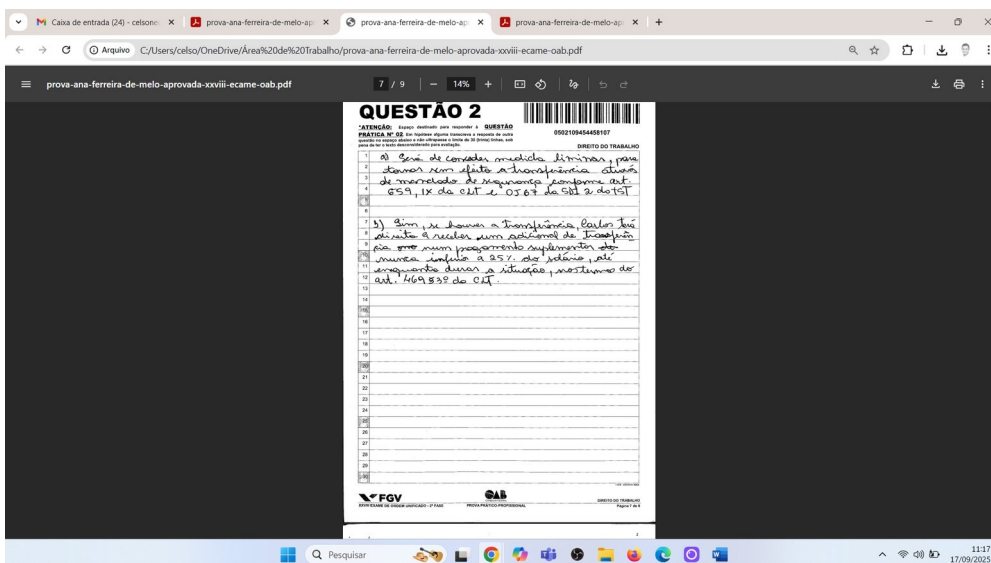
**VAMOS CONHECER AS QUESTÕES DISCURSIVAS DA 2ª FASE EXAME DE ORDEM ABAIXO.** Vale ressaltar essas informações da **questão 01 da prova de 2ª FASE OAB** realizado na prática, para demonstrar ao aluno que vai fazer a prova pela primeira vez e como ele deverá se preparar em seu treinamento e conhecer seu inimigo, cada **questão vale 1.25 ponto**

## DA QUESTÃO: 01



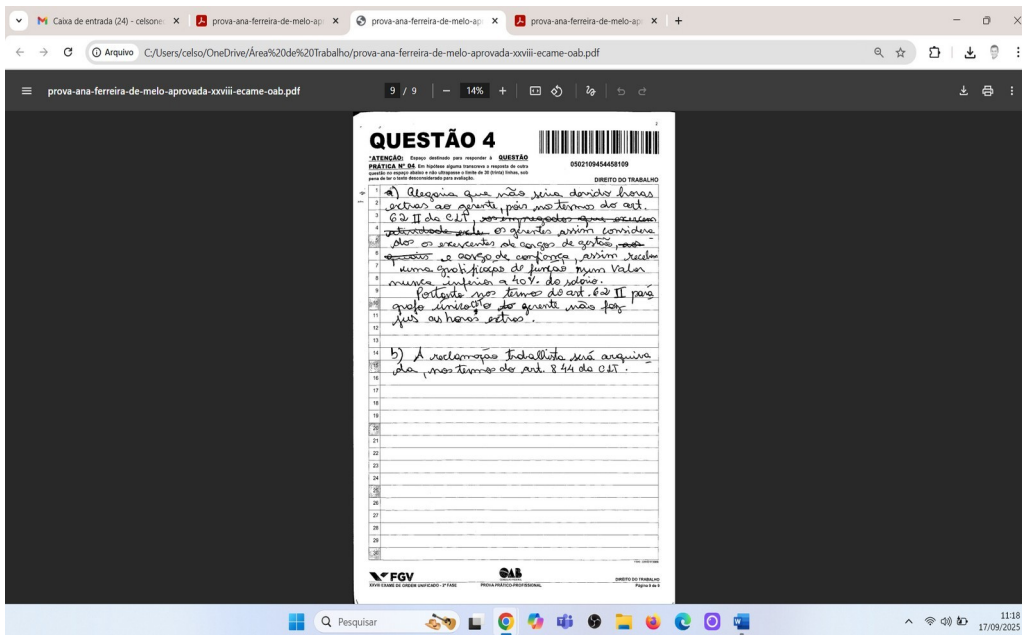
**VAMOS CONHECER AS QUESTÕES DISCURSIVAS DA 2ª FASE EXAME DE ORDEM ABAIXO.** Vale ressaltar essas informações da **questão 02 da prova de 2ª FASE OAB** realizado na prática, para demonstrar ao aluno que vai fazer a prova pela primeira vez e como ele deverá se preparar em seu treinamento e conhecer seu inimigo, cada **questão vale 1.25 ponto**

## QUESTÃO 02





## QUESTÃO 04



**Atenção, o exame deverá resolver 6 até 10 questões discursivas** por dias com gabarito fundamentado nos artigos de lei seca e súmulas, **vejam o exemplo a seguir.**

**VAMOS CONHECER AS QUESTÕES VEM NO CADERNO DE PROVA QUE FORAM COBRADAS NO EXAME DE ORDEM ANTERIOR DA DE 2ª FASE OAB EXAME 42º**

### QUESTÃO 1. OAB-FGV-QUESTÃO-EXAME 42º

Seu cliente, pessoa física, foi sócio de um posto de gasolina na cidade de Novo Hamburgo/RS em 2010. Retirou-se da sociedade em 2018, com a devida averbação do contrato social na Junta Comercial. Posteriormente, foi residir em Belo Horizonte/MG em imóvel próprio, de quarto e sala, com a esposa e o filho menor, não possuindo qualquer outro bem. Ele recebe apenas o benefício previdenciário de aposentadoria do INSS, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

O posto de gasolina encerrou as atividades em 2022 em decorrência da crise financeira. Em fevereiro de 2023, foi ajuizada ação trabalhista pelo único empregado remanescente, que fora contratado em 2020, processo esse que atualmente está em fase

de execução definitiva, já tendo ocorrido o IDP, sem sucesso em relação aos sócios atuais.

Ocorre que seu cliente teve o imóvel de sua residência penhorado na data de 11/09/2023, em sede de carta precatória executória, em que todos os atos, inclusive o de localização e penhora do bem, foram praticados.

Diante disso, considerando os dados do enunciado, a jurisprudência consolidada do TST e as leis em vigor, responda aos itens a seguir.

**A) Em relação à competência territorial para discutir a penhora no imóvel do seu cliente, onde você deverá ajuizar os embargos de terceiro? Justifique. (Valor: 0,65);**

**Gabarito resposta:** A tese, pois, o Juízo deprecado ou no juízo de Belo Horizonte/MG, na forma da **Súmula 419 do TST ou do Art. 676, parágrafo único, do CPC.**

**B) Além da retirada da sociedade regular muito antes da contratação do exequente e do ajuizamento da ação, especificamente em relação ao bem penhorado, que tese jurídica deverá ser sustentada para o não cabimento da penhora? Justifique. (Valor: 0,60);**

**Gabarito resposta:** A tese, porém, deverá ser alegado bem de família, nos termos do Art. 1º da Lei nº 8.009/1990.

## **QUESTÃO 2. OAB-FGV-QUESTÃO-EXAME 42º**

Rafael Pereira trabalhava há um ano na sociedade empresária Mão de Obra Qualificada Ltda. Ocorre que a empregadora não pagou os salários dos últimos quatro meses de alguns funcionários, dentre eles Rafael, que o(a) procurou como advogado(a).

Rafael lhe disse que gostaria de deixar o emprego imediatamente a fim de buscar outro, em razão de estar passando por dificuldades financeiras, mas não queria pedir demissão. Diante desse fato, você ajuizou reclamação trabalhista com pedido de rescisão indireta.

No dia da audiência, a sociedade empresária quitou os salários em atraso, integralmente. Assim, o juiz julgou seu pedido improcedente. Você recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho, que manteve a decisão de primeira instância. Você ainda pretende reverter essa decisão, da qual foi notificado há um dia.

Diante disso, de acordo com o enunciado e com o entendimento jurisprudencial consolidado do TST, além da legislação trabalhista em vigor, como advogado(a) de Rafael, responda às indagações a seguir.

**A) Qual a tese jurídica que você, em virtude da defesa da ré, deverá sustentar para o deferimento da rescisão indireta? Justifique. (Valor: 0,65);**

**Gabarito resposta:** A tese, em que deverá ser alegado que a quitação dos salários em atraso em audiência, não elide a mora salarial, **conforme a Súmula 13 do TST.**

**B) Qual a medida jurídica processual você deverá apresentar a fim de reverter a mais recente decisão do processo que manteve a decisão de improcedência do seu pedido? Justifique. (Valor: 0,60);**

**Gabarito resposta:** A tese, porém, deverá ser interposto recurso de revista, por contrariedade à súmula do TST, **com fundamento no Art. 896, alínea a, da CLT.**

### **QUESTÃO 3. OABI-FGV-QUESTÃO-EXAME 42º**

Uma sociedade empresária que explora a atividade de metalurgia tem 150 empregados e mantém a cota mínima de pessoas com deficiência (PcD).

Ocorre que, no mês de outubro de 2024, a sociedade empresária dispensou uma pessoa com deficiência sem justa causa e uma outra pessoa com deficiência pediu demissão porque conseguiu emprego em condições mais vantajosas.

Considerando esses fatos e a legislação de regência, responda às indagações a seguir.

**A) É válida a extinção contratual da pessoa dispensada sem justa causa? Justifique. (Valor: 0,65);**

**Gabarito e Resposta:** A tese, pois, o candidato deverá responder que a dispensa sem justa causa é inválida, porque somente poderia ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência ou de condição semelhante ou reabilitado, conforme os Artigos 93, § 1º, da Lei nº 8.213/1991 ou Art. 36, § 1º, do decreto nº 3.298/99.

**B) Para o cumprimento da cota, que outra situação jurídica permite considerar a pessoa na cota legal de PcD? Justifique. (Valor: 0,60);**

**Gabarito e Resposta:** A tese, porém, o examinando deverá responder que a pessoa reabilitada também pode ser considerada na cota, conforme o **Artigo 93 caput ou § 1º da Lei nº 8.213/1991** ou pessoa em condições semelhantes, conforme **Artigo 36, § 1º, do decreto nº 3.298/99.**

#### **QUESTÃO 4. OABI-FGV-QUESTÃO-EXAME 42º**

Uma sociedade empresária de grande porte dedica-se à venda de todo tipo de material de construção, possuindo o que denominam mega lojas, nas quais o cliente pode comprar tudo para construir e reformar em um único lugar.

Em uma de suas unidades a sociedade empresária verificou, por meio da supervisão, que o empregado José utilizou a sua rede social para afirmar categoricamente, sem provas, que todos os materiais vendidos na empresa eram de segunda e terceira categorias, sendo muitos deles falsificados.

Recomendou a quem desse atenção às suas denúncias que não comprasse material no local. Na mesma unidade a supervisão detectou que outros três empregados (Jorge, Pedro e Filomena) abriram, sem conhecimento do empregador, uma pequena loja de tintas em local próximo.

Nas oportunidades em que os clientes buscavam a compra de tinta, esses empregados entregavam-lhes um cartão com o telefone e o

endereço da loja que abriram, recomendando fortemente que o cliente fosse lá fazer a compra porque era mais barato.

Considerando a legislação de regência e que esses fatos estão devidamente documentados, responda às indagações a seguir, na condição de advogado(a) da sociedade empresária.

**A) Que recomendação jurídica específica e detalhada você daria em relação ao contrato de trabalho de José? Justifique. (Valor: 0,65);**

**Gabarito e Resposta:** A tese, pois, o candidato deverá sugerir com a dispensa por justa causa em razão de ato lesivo da honra ou da boa fama praticadas contra o empregador, fazendo a associação correta da hipótese ao normativo respectivo, Art. 482, alínea k, da CLT. Poderá alegar, ainda, a violação do direito de imagem, segundo o Art. 223-D da CLT ou Art. 5º, V ou X, da CRFB/88.

**B) Que recomendação jurídica específica e detalhada você daria em relação aos contratos de trabalho de Jorge, Pedro e Filomena? Justifique. (Valor: 0,60);**

**Gabarito e Resposta:** A tese, porém, o candidato deverá sugerir com a dispensa por justa causa em razão da negociação habitual por conta própria sem permissão do empregador, ou quando constituir ato de concorrência desleal à empresa para a qual trabalham os empregados, na forma do Art. 482, alínea c, da CLT.

## **DOS CADERNOS DE PROVAS DA DE 2ª FASE OAB EXAME DE ORDEM**

Entretanto, que sim, a prova da **OAB de 2ª fase** disponibiliza um caderno de rascunho, que também **contém os enunciados das questões, e um caderno de texto definitivo, ou seja, oficial, onde consta os seus dados pessoais e número de inscrição e as respostas** devem ser transcritas e que será o material corrigido pela banca.

**Atenção**, o caderno de rascunho **é livre para anotações**, mas você deve ter cuidado para não fazer rasuras ou qualquer tipo de

identificação no caderno de texto definitivo, sob o risco de ter a prova anulada.

## 1. DO CADERNO DE RASCUNHO:

O caderno de rascunho, contém os enunciados das questões. É livre para fazer anotações, esboçar a peça processual e as questões discursivas e desenvolver suas teses processuais, suas ideias e resumos em raciocínio jurídico.

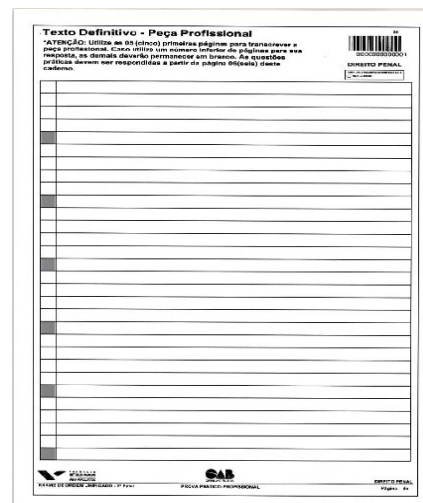
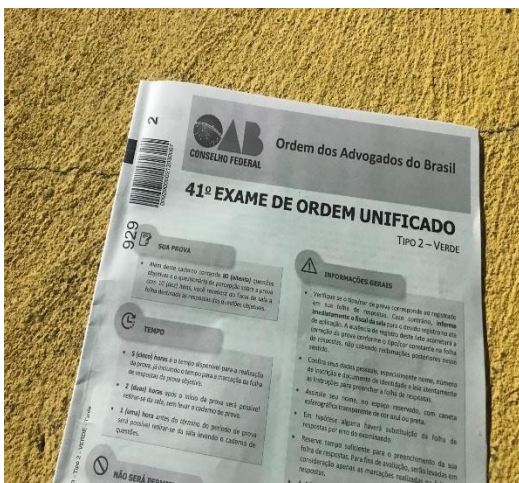
## 2. DO CADERNO DE TEXTO OFICIAL DEFINITIVO:

Esse caderno de texto oficial definitivo é o caderno que será corrigido. Nele você deve transcrever apenas as respostas finais, da mesma forma que transcreveu no caderno de rascunho. esboçar a peça processual e as questões discursivas e desenvolver suas teses processuais suas ideias e resumos em raciocínio jurídico.

**Atenção**, não perda tempo na hora da prova da **de 2ª** fase fazendo muitas anotações no caderno de rascunho, na hora de transcrever para o caderno de texto oficial definitivo não do tempo passar tudo e **o aluno examinado pode ficar reprovado**, aconselhamos já transcrever tudo direito para o caderno definitivo, **seja estratégico ou inteligente** na hora de realizar sua prova.

Portanto use sim o caderno de rascunho para pequenas anotações e apontamentos de artigos e súmulas para você aluno examinado transcrever direito as respostas para o caderno definitivo oficial que será entregue ao fiscal no final do horário do término das provas.

## DÊ UMA OLHADINHA NO CADERNO DE PROVA NA PARTE EXTERNA E PARTE INTERNA



## DA PETIÇÃO INICIAL DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

De acordo com a reforma trabalhista pela lei 13.467-2017. A reclamação trabalhista deverá ser esboçada na base dos artigos 840, § 1º da CLT. Portanto existe outra base legal como também determina nos termos do 319, do CPC

**Artigo 840 da CLT.**A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

**§ 1º** Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

**Atenção,** para a prova da **de 2ª fase OAB em direito do trabalho,** basta só o artigo **840, § 1º da CLT, já está pontuado,** ou seja, o artigo 319 do CPC é opcional.

## DA PETIÇÃO INICIAL REGRA GERAL

**Artigo 319 do CPC/2015. A petição inicial indicará:**

- I - o juízo a que é dirigida;
- II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;
- III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;
- IV - o pedido com as suas especificações;
- V - o valor da causa;
- VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;
- VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

**Atenção**, o artigo do CPC se torna **UM TUTORIAL** para os alunos examinados esboçar qualquer petição ou peças em qualquer área do direito na **2ª fase OAB, fica a Dica.!**

## **DO ESQUELETO DA PETIÇÃO OU ESTRUTURA**

**1º Endereçamento do Juízo;**

**2º Reclamante Fulano de tal da Silva, qualificação e endereço completos;**

**3º O Nome da Peça e Rito (Reclamação Trabalhista Rito...);**

**4º O nome da Empresa reclamada (Sociedade Empresária TNT, qualificação e endereço completos**

**5º Dos fatos**

**6º Da justiça Gratuita- se houver necessidade**

**6º.1 da tramitação prioritária- se houver necessidade**

**7º Do Direito/ Dos Fundamentos jurídicos**

**a) DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

**b) DAS FÉRIAS**

**c) DAS HORAS EXTRAS**

**d) DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIAS DE ADVOCATÍCIOS**

**7º Dos Pedidos**

**9º Dos requerimentos Finais**

**10 Do valor da Causa R\$......**

**11 Do Fechamento ou encerramento da peça**

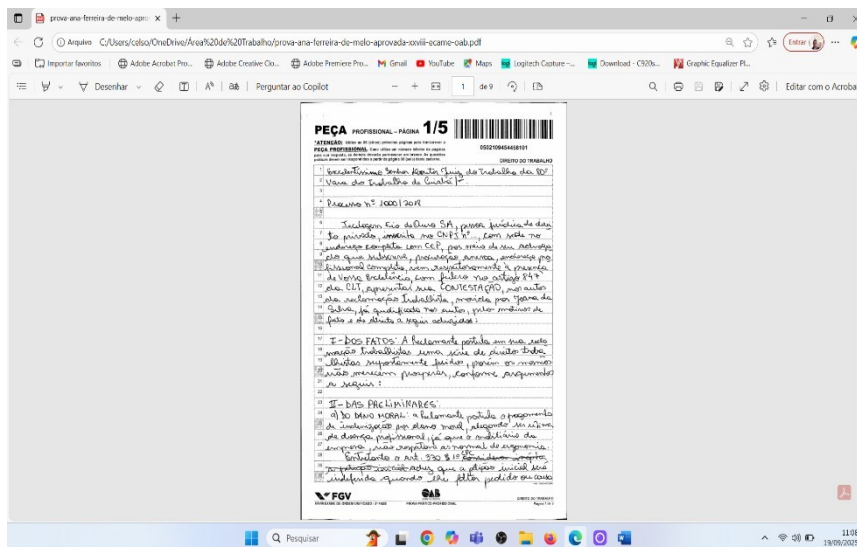
## DO TREINAMENTO DA PEÇA É OBRIGATÓRIO O USO DA FOLHA DE RESPOSTA

**Atenção**, dica aos nossos alunos e aos futuros aprovados, recomendamos que é obrigatório **BAIXAR ESSE MODELO DE FOLHA DE RESPOSTAS** para o treinamento e a preparação da 2ª fase OAB em Direito do Trabalho que baixar esse modelo para esboçar ou desenvolver e realizar a escrita no andamento de **ESQUELETOS OU ESTRUTURAS DAS PETIÇÕES OU PEÇAS INICIAIS**, Reclamação Trabalhista, Contestação Trabalhista, Recursos Ordinário Trabalhista e Ação de Consignação em Pagamento Trabalhista, entre outras peças e etc.

 MÉTODO DO DIREITO CURSO EDUCACIONAL ONLINE OAB		Folha de Resposta Preparação Para 2ª Fase OAB			
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					

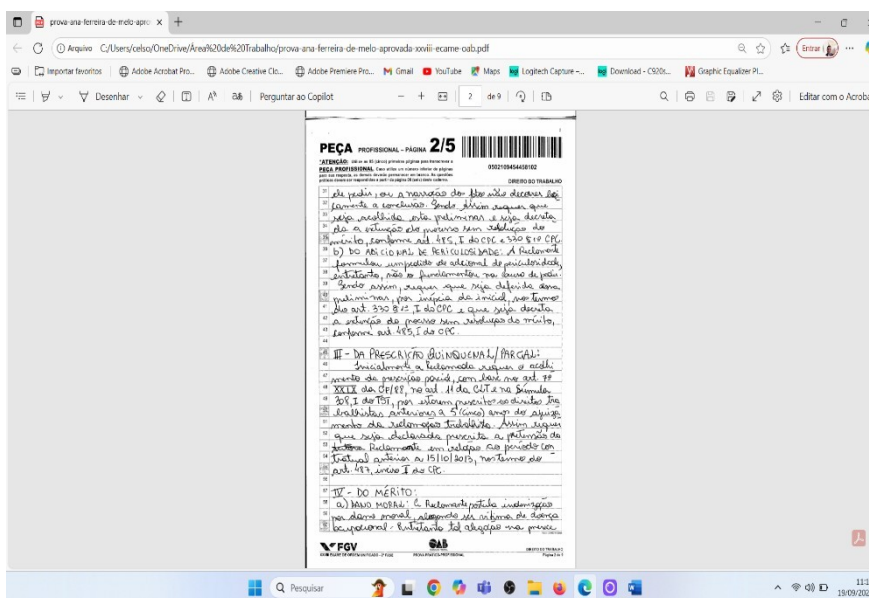
 MÉTODO DO DIREITO CURSO EDUCACIONAL ONLINE OAB		2ª Fase OAB Direito do Trabalho		www.cursometodododireitooab.com.br		Pág 1 de 5	
--	--	------------------------------------	--	------------------------------------	--	------------	--

**VEJA COMO É A PROVA ESBOÇADA MANUSCRITA, JÁ CAIU NO EXAME ANTERIOR. Modelo de Contestação Trabalhista completa, peça 01/5**



As questões discursivas tem 30 linhas cada e vale 1.25 pontos

### Peça 02/5



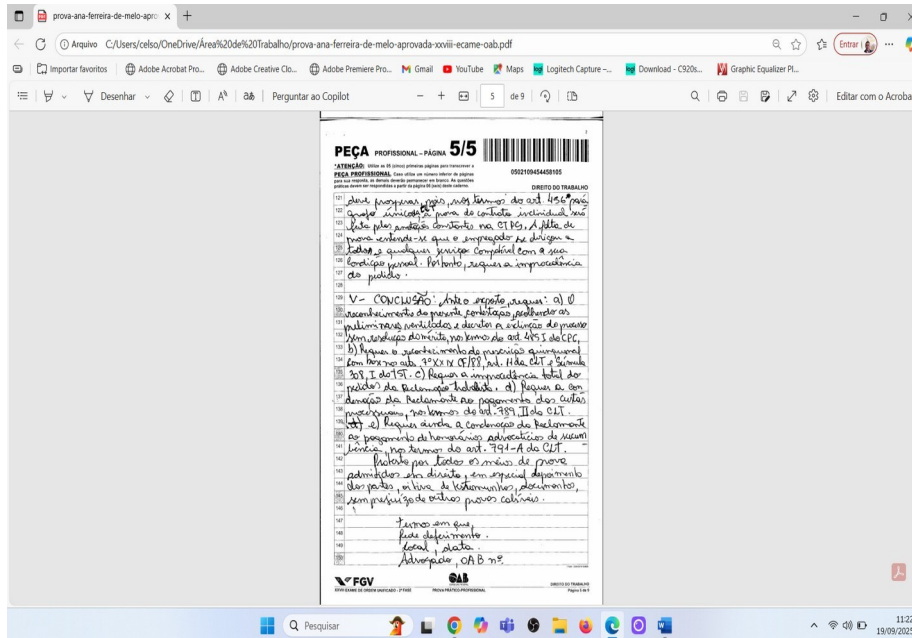
As questões discursivas tem 30 linhas cada e vale 1.25 pontos



As questões discursivas tem 30 linhas cada e vale 1.25 pontos

As questões discursivas tem 30 linhas cada e vale 1.25 pontos

Peça 05/5

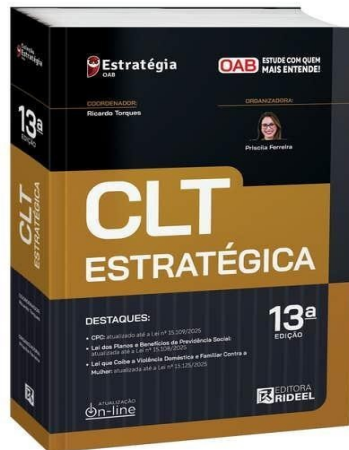


## PORTANTO SEGUE MAIS UMA DICA DE CLT PARA SUA PREPARAÇÃO DA 2ª FASE OAB EM DIREITO DO TRABALHO EXAME DE ORDEM

Entretanto, é uma **CLT Estratégica - 44º e 45º Exame Da Ordem**, Da Autora Professora, Advogada Dra. Priscila Ferreira em Direito e Processo do Trabalho. Está CLT, Volume. 13a Edição. Editorial Editora Rideel, Capa Dura Em Português, 2025

### DO DESTAQUE DA CLT E ATUALIZAÇÃO

1. **CPC:** atualizado até a Lei nº 15.109/2025;
2. **Lei dos Planos e Benefícios da Previdência Social:** atualizada até a Lei nº 15.108/2025;
3. **Lei que Coíbe a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher:** atualizada até a Lei nº 15.125/2025;



## DO DESTAQUE DA CLT:

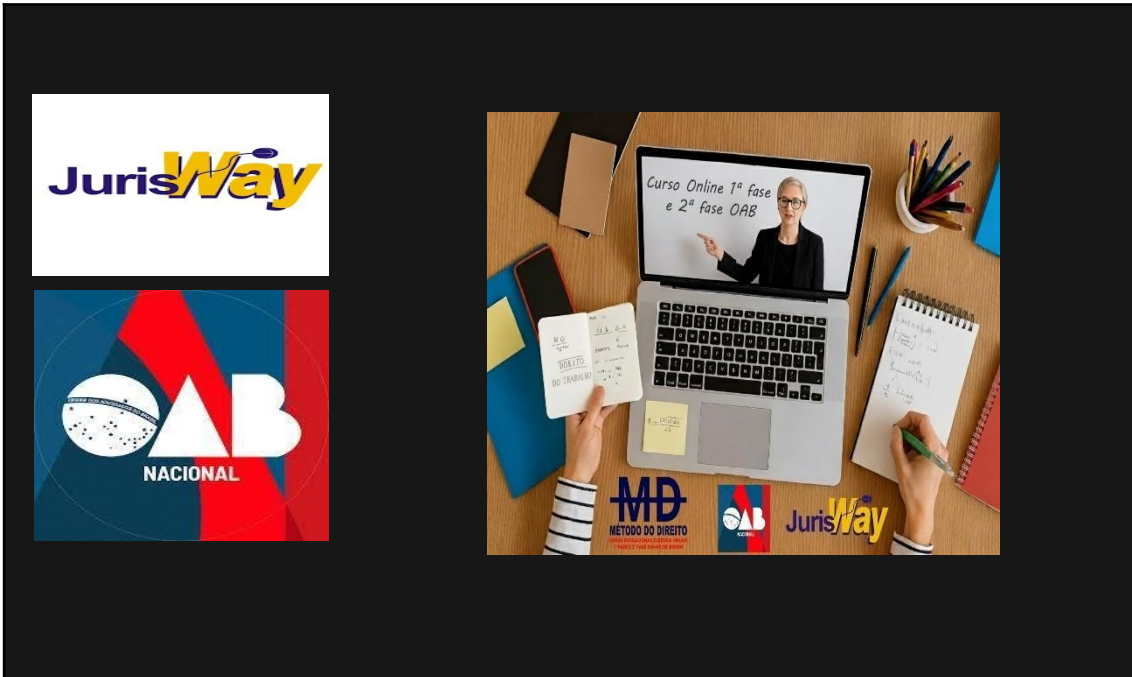
- I. **Índice cronológico geral**, contendo todos os diplomas legais publicados na obra com as respectivas ementas oficiais;
- II. **Notas remissivas** objetivas e diretas a outros artigos, diplomas legais e súmulas dos tribunais superiores;
- III. **Índice Remissivos** e sistemático para cada código;
- IV **Índice Remissivo por assuntos gerais da obra** (que abrange a legislação complementar e súmulas);
- V. **Atualizações recentes** em destaque (negrito e itálico);
- VI. **Faixas laterais** para identificação das seções da obra;
- VII. **Com a Indicação do número** dos artigos no cabeçalho dos Códigos;
- VIII. **Com a Indicação do número** das leis no cabeçalho da legislação;

Os volumes estão estruturados com a Constituição Federal de 1988, (CF), Códigos e legislação complementar, na íntegra ou em excertos, relevantes para cada matéria. Constam, também, índices e notas remissivas nos principais dispositivos legais, redigidas em um padrão assertivo e objetivo, para auxiliar a consulta ágil aos enunciados correlatos.

**A obra observa estritamente o edital 44º e 45º da FGV do Exame de Ordem**, de modo que podem ser consultados durante a

realização da prova prático-profissional. Não há no material qualquer conteúdo vedado pela banca examinadora.

**DO AUTO AJUDA DESSA PLATAFORMA JURISWAY NA 2ª FASE OAB EXAME DE ORDEM, TRAZ GABARITO COMENTADO E TRAZ UM DESENVOLVIMENTO EM TESES PROCESSUAIS. Fica a dica!**



**A plataforma Jurisway, é um ambiente virtual que agrega no treinamento e preparação da 2ª fase exame de ordem em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, traz Gabaritos comentados das provas anteriores e ensina desenvolver TESES PROCESSUAIS com seus modelos prontos com três parágrafos com Começo, Meio e Fim ou seja Fatos, Fundamento e Pedidos.**

**Clique no link abaixo, ou seja, copiar e colar no Google e desejamos bons estudos**

[https://www.google.com/search?q=segunda+fase+oab+jurisway&sca\\_esv=5e6ac80979e5733a&sxsrf=AE3TifO86Lv5FdHT40ZKR1Ibc7pcRw2n3w%3A1758462433447&source=hp&ei=4QHqALQqGOHd1](https://www.google.com/search?q=segunda+fase+oab+jurisway&sca_esv=5e6ac80979e5733a&sxsrf=AE3TifO86Lv5FdHT40ZKR1Ibc7pcRw2n3w%3A1758462433447&source=hp&ei=4QHqALQqGOHd1)

**ATENÇÃO**, examinado clique em uma das matérias da 2ª fase abaixo e veja todos os exames unificados com todas as questões!

**1º Direito Administrativo - 2ª Fase OAB**

**2º Direito Civil - 2ª Fase OAB**

**3º Direito Constitucional - 2ª Fase OAB**

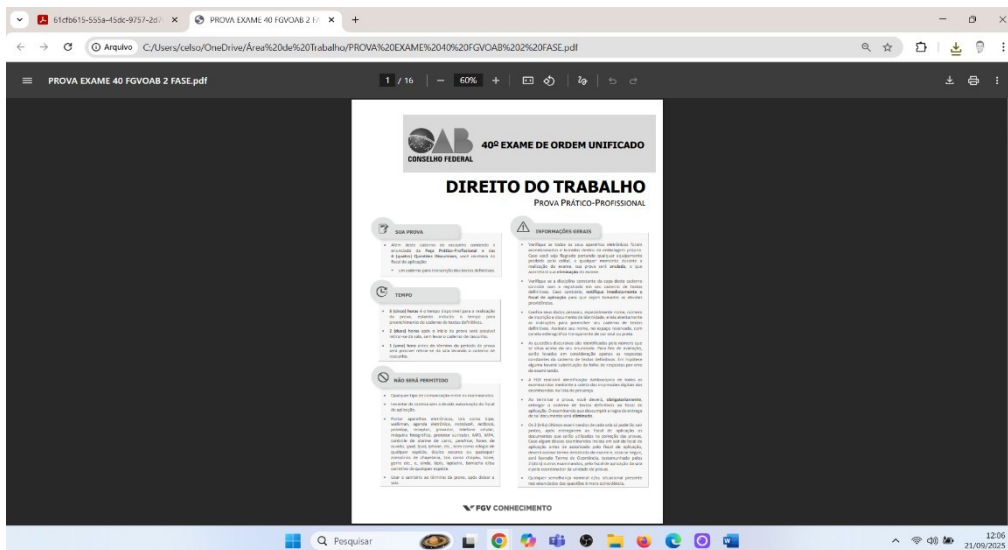
**4º Direito Empresarial - 2ª Fase OAB**

**5º Direito Penal - 2ª Fase OAB**

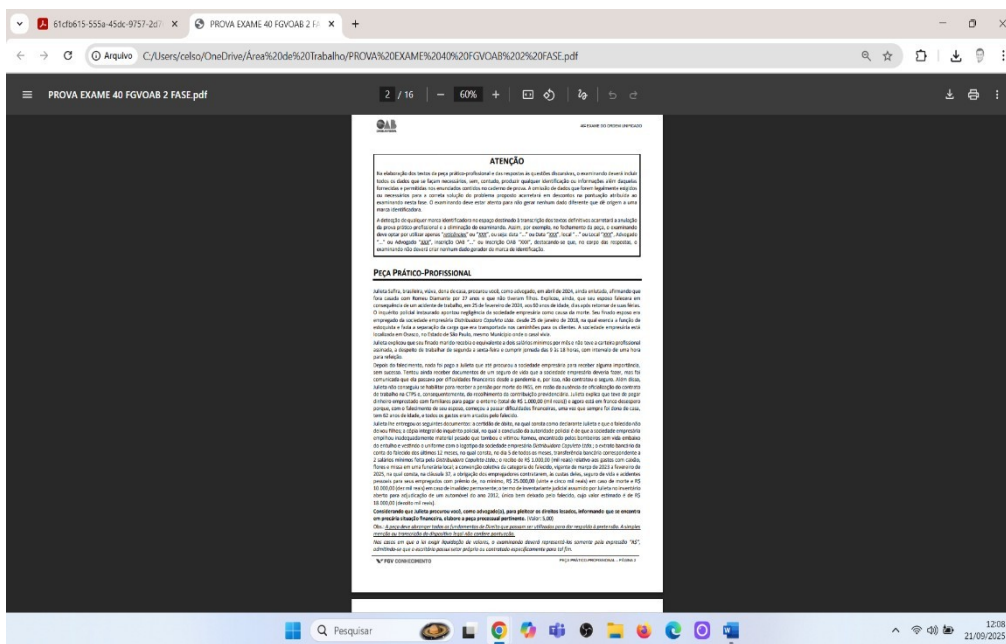
**6º Direito do Trabalho - 2ª Fase OAB**

**7º Direito Tributário - 2ª Fase OAB**

## CONTANDO A PROVA OFICIAL DA DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO - 2ª FASE OAB EXAME DE ORDEM



## ENUNCIADO DA PROVA PRÁTICA PROFISSIONAL



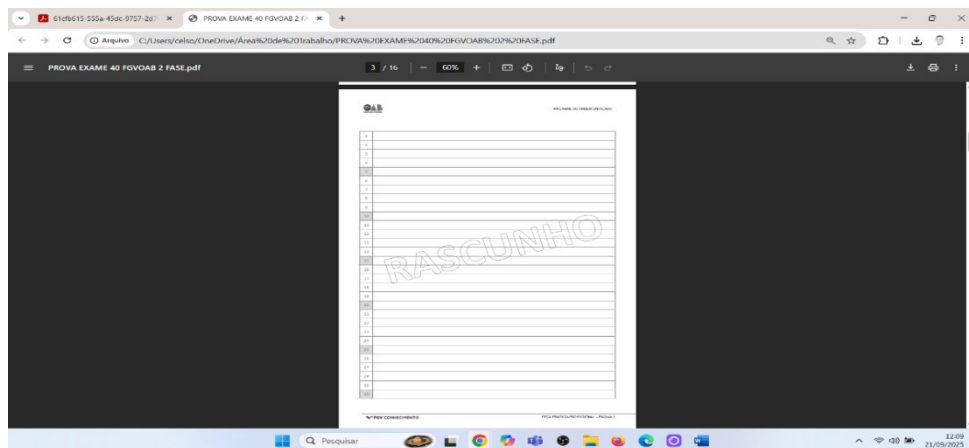
Esse enunciado do caso Prático da Peça Prático Profissional, onde o aluno examinado deverá ler com muita atenção, para que possa fazer a identificação da peça correta. **Por exemplo, para identificar a peça no caso de UMA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.**

**Atenção, dica. Para identificar um esboço de reclamação trabalhista na FGV, você deve procurar os elementos-chave da PETIÇÃO INICIAL OU PEÇA: a qualificação das partes (trabalhador e empregador), **deverá observar com muita atenção a descrição dos fatos, Fundamentos jurídicos e pedidos** que levaram ao litígio, a indicação das matérias de fatos e fundamentos de direito e pedidos que leva o trabalhador **pretende ajuizar ação trabalhista ou obter judicialmente**, como pagamento de verbas rescisórias, Horas Extras, Férias, adicional de periculosidade ou Adicional de insalubridade, adicional noturno, adicional de transferência ou pagamento de indenizações por danos morais, materiais ou por assédio, Reconhecimento de vínculo empregatício, entre outros Direitos.**

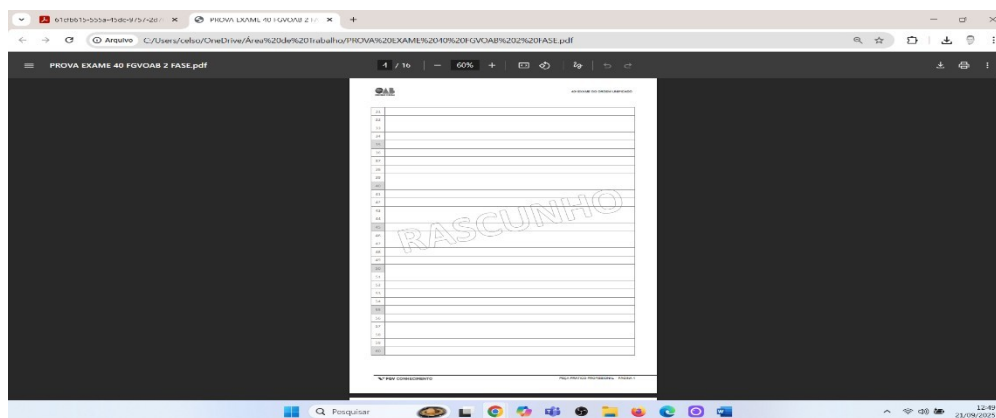
**Por Exemplo. Quando enunciado da FGV, trazer os argumentos dizendo que um trabalhador procurou Fulano de tal como advogado, ou escritório de advocacia para uma consulta jurídica, informando que trabalhou para EMPRESA SOCIEDADE EMPRESÁRIA TNT LTDA, NO ESTADO DE CARABOBO, no período de 15/08-2018 a 06-11- 2025, exercendo a função de auxiliar de produção, percebendo um salário R\$ 2.500,00 dois mil e quinhentos reais. Durante a prestação de serviços aconteceram diversas violações ao contrato de trabalho, a empresa não pagou o adicional de insalubridade, o autor deseja rever essa situação e requer o pagamento dessa verba de direito.**

## FOLHA DE RESPOSTA DA PROVA PRÁTICA PROFISSIONAL DEFINITIVO

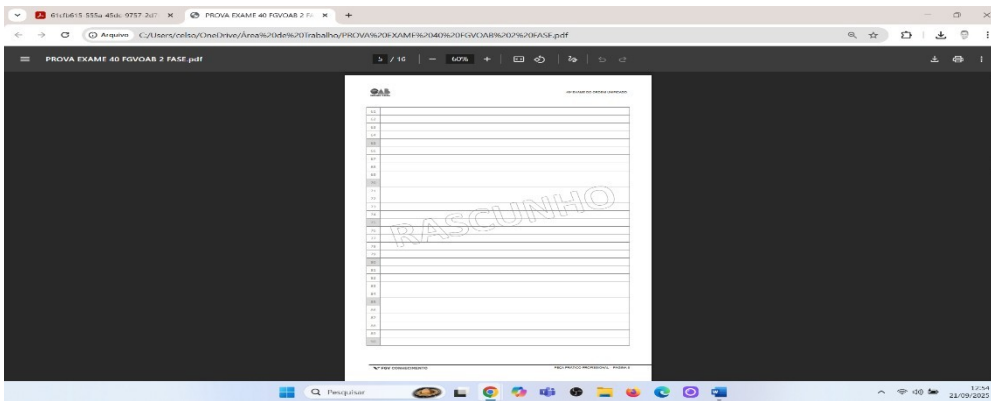
Página 01/05



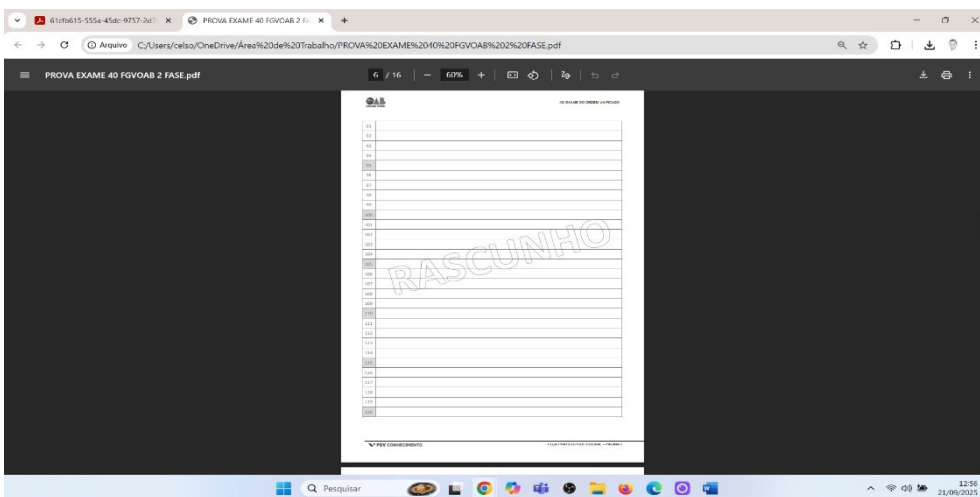
Página 02/5



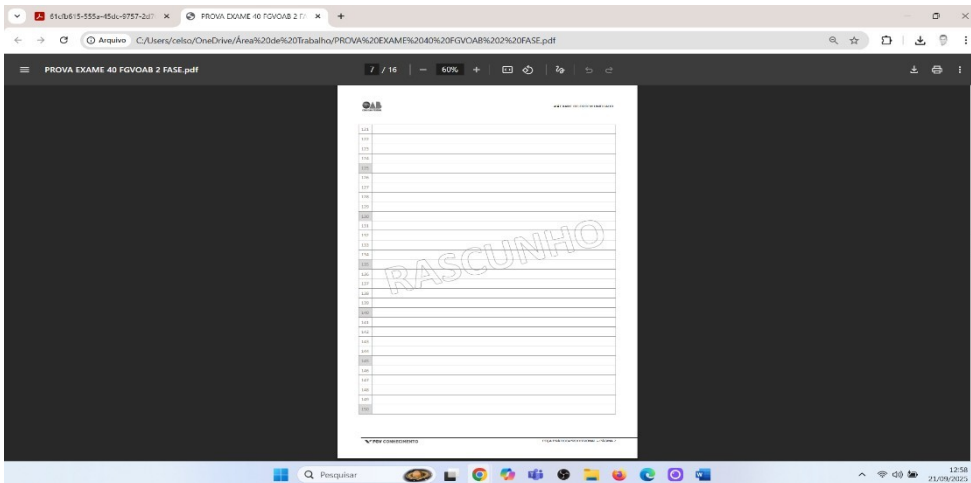
### Página 03/5



### Página 04/5



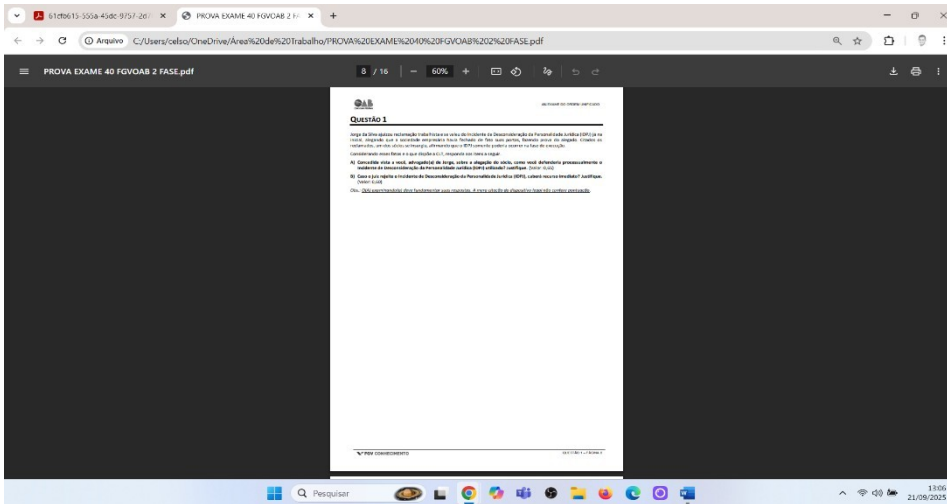
### Página 05/5



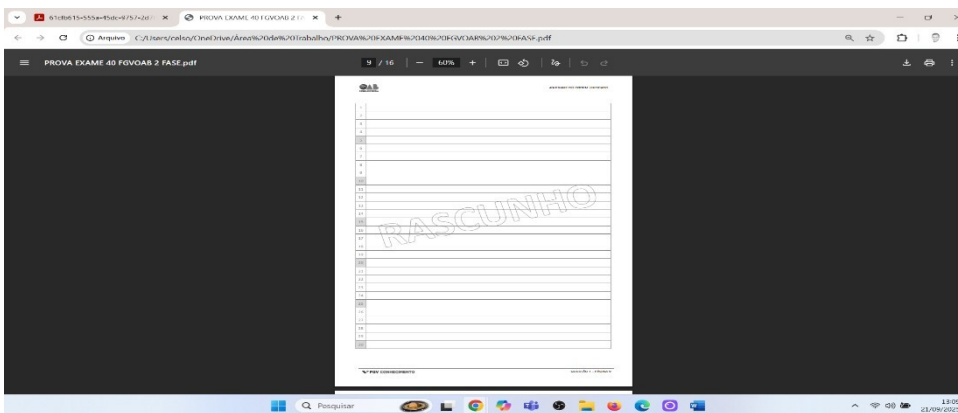
**Atenção**, essa última página em que o examinando deverá fechar ou encerrar a sua peça ou petição **sem se identificar** se utilizando **dessas expressões**. Nestes termos, **Pede deferimento, Local e data, Advogado..... OAB/n.....**

## DAS QUESTÕES DISCURSIVAS DO EXAME 40º EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO DA 2ª FASE EXAME DE ORDEM UNIFICADO

### Questão Discursiva 01- Exame 40º 2ª fase

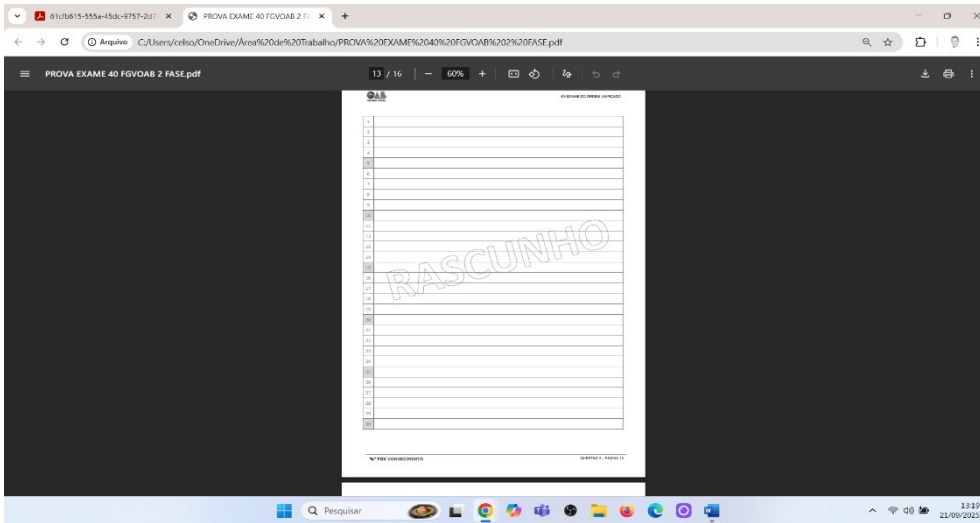


**Questão Discursivas 01 segue Folha de rascunho com 30 linhas para as respostas A e B**





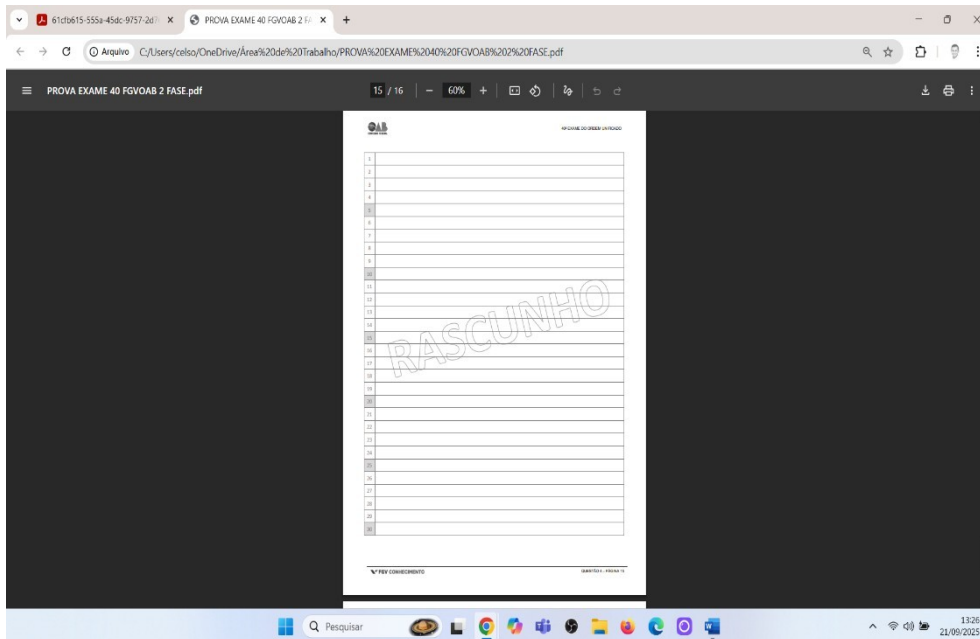
## Questão Discursivas 03 segue Folha de rascunho com 30 linhas para as respostas A e B



## Questão Discursivas 04 – Exame 40º 2ª fase



## Questão Discursivas 03 segue Folha de rascunho com 30 linhas para as respostas A e B



**Dica, muito atenção faça o download da prova clique no link abaixo da OAB/FGV, sim só copiar e colar o link no Google**  
**<https://www.oab.org.br/noticia/62249/confira-o-padrao-de-respostas-preliminar-da-prova-pratico-profissional-do-40-eou>**

### **MEMORIZANDO O MÉTODO DO SILOGISMO JURÍDICO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA ARTIGO 840, § 1º DA CLT**

O método do silogismo jurídico traz o método de aprovação na 2ª fase OAB, onde o aluno aprende desenvolver suas teses processuais **com três parágrafos com COMEÇO, MEIO e FIM ou FATO, FUNDAMENTO e PEDIDO.**

**POR EXEMPLO, EM UMA PELA DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**

Atenção, já caiu na PROVA XXX anterior exame de ordem FGV/OAB

## 1º EXEMPLO DE PROBLEMA

### APLICAÇÃO DO MÉTODO DO SILOGISMO JURÍDICO

**Fato;**

**Fundamento;**

**Pedido.**

#### 1º Parágrafo- premissa menor- Fato

Tito comprou uma motocicleta e começou a trabalhar em 15/12/2018 como motoboy em condições perigosas, pois utilizava sua motocicleta para prestação de serviço a empresa reclamada Pizzaria Gourmet Ltda. Desempenhando suas funções e jamais recebeu qualquer valor referente ao adicional de periculosidade **(Fato);**

#### 2º Parágrafo- premissa maior - Do Direito/ Dos Fundamentos Jurídicos

**De acordo como determina o artigo 193, § 4º**, as atividades do trabalhador em motocicleta são consideradas atividades perigosas. **No entanto, a Súmula 364, inciso I, do TST**, garante o pagamento do adicional de periculosidade ao trabalhador que fica exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco em que opera em condições perigosas. No mesmo sentido estabelece o **artigo 7º inciso XXIII, da CF/1988, bem como o artigo 193, § 1º** que determina um pagamento de **adicional de 30% conforme** o salário base do trabalhador que opera em condições que a lei reconhece como atividade perigosa. **(Fundamento);**

#### 3º Parágrafo- Conclusão/Pedido

Diante do exposto, requer o reclamante a Vossa Excelência a condenação da empresa reclamada ao do adicional de 30% com os devidos reflexos as verbas contratuais e rescisórias **(Pedido)**

## 2º EXEMPLO DE PROBLEMA

### 1. DA ESTABILIDADE GESTANTE

A reclamante informou que estava grávida de 3 semanas em 03-03-2019, tendo sido dispensada no dia seguinte, conforme aviso prévio conforme o anexo do exame médico anexo. **(Fato);**

De acordo como estabelece os termos do **artigo 391-A da CLT**, e no mesmo sentido o **artigo 10, II, “b”, do ADCT**, a gestante tem direito à estabilidade a partir da confirmação da gravidez até 5 meses após o parto. **(Fundamento);**

Diante do exposto, requer a reclamante a Vossa Excelência a sua reintegração ao emprego, requer subsidiariamente, em que pede a conversão da reintegração em indenização substitutiva, caso Vossa Excelência entenda pertinente **(Pedido)**

**TESE PROCESSUAL, na Reclamação Trabalhista** o autor reclamante deverá **requerer a condenação da reclamada** ao pagamento das horas extras no importe de R\$......

**TESE PROCESSUAL, na Reclamação Trabalhista** o autor reclamante deverá **requerer a condenação da reclamada** ao pagamento do adicional de periculosidade ou de insalubridade no importe de R\$......

**TESE PROCESSUAL, na Reclamação Trabalhista** o autor reclamante deverá **requerer a condenação da reclamada** ao pagamento do das férias com mais 1/3 constitucional no valor de R\$.... E reflexos nas verbas contratuais e rescisórias

**TESE PROCESSUAL, na reclamação Trabalhista**, requer a condenação da empresa reclamada ao pagamento de algum direito, postulado pelo **AUTOR** e, que o pedido deve ser julgado procedente.

## MEMORIZANDO O MÉTODO DO SILOGISMO JURÍDICO DA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA ARTIGO 847 DA CLT

O método do silogismo jurídico traz o método de aprovação na 2ª fase OAB, onde o aluno aprende desenvolver suas teses processuais **com três parágrafos** com **COMEÇO, MEIO e FIM** ou **FATO, FUNDAMENTO e PEDIDO**.

**Conceito:** A contestação é a principal forma de defesa da área trabalhista pois, por meio dela, o réu/reclamado tem a oportunidade de impugnar as alegações do autor/reclamante na petição inicial. Por sua vasta aplicação prática, vem sendo constantemente cobrada nos últimos Exames de Ordem

### APLICAÇÃO DO MÉTODO DO SILOGISMO JURÍDICO NA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA.

**Fato;**

**Fundamento;**

**Pedido.**

### DAS TESES PROCESSUAIS DA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA TESES PROCESSUAIS DE DEFESA DA RECLAMADA E MODELO.

**TESE.** Diante do exposto requer o reclamante a Vossa excelência que seja julgado improcedente o pedido do reclamante;

**TESE.** Ante exposto requer a Vossa excelência que seja rejeitado o pedido do reclamante;

**TESE.** Por todo exposto, requer que seja impugnado o pedido do reclamante;

**TESE.** Diante do exposto o reclamante não faz jus ao pedido de horas extras;

**TESE**, requer a Vossa Excelência que o pedido seja julgado indevido o pedido do reclamante;

## **DAS PRELIMINARES DE MÉRITO QUE APARECE NA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA**

**Das alegações preliminares de mérito ou defesas processuais** inicialmente, caberá ao réu alegar todas as matérias processuais que entende serem prejudiciais ao bom andamento do processo em si – e que, portanto, **devem ser apreciadas pelo magistrado antes mesmo de adentrar a análise do mérito da demanda contextual**. Trata-se das chamadas “preliminares de mérito”, que estão previstas nos termos do artigo **337 e nos seus incisos do CPC/2015**. A seguir, serão fornecidos breves comentários sobre as preliminares mais importantes para o processo do trabalho.

### **EXEMPLO DE PRELIMINARES DE MÉRITO**

#### **DA PRELIMINAR DE MÉRITO**

##### **1 Da inépcia da Petição Inicial por faltar causa de pedir:**

O reclamante postula a condenação da reclamada ao pagamento de horas sobre aviso, pois, no momento algum apresentou as razões para o tal pedido pleiteado. **(Fato)**

O reclamante não assiste razão ao pedido das horas de sobreaviso, pois, de acordo com os artigos 330, I, § 1º, e 337, IV, do CPC/2015/2015. Dessa forma, faltando causa de pedir, esse pedido inepto, o reclamante não faz jus ao pedido. **(Fundamento)**

Ante exposto, o pedido deve ser extinto sem o julgamento do mérito, com base no artigo 485, I, do CPC/2015. **(Pedido)**

## **DAS QUESTÕES PRELIMINARES DE MÉRITO**

**As questões preliminares de mérito são problemas processuais** que identificamos quando não está de acordo a legislação que deverá ser apreciada pelo juiz antes da análise do mérito.

## **DA PRELIMINAR DE MÉRITO**

**Tese.** Deverá ser acolhida a preliminar de mérito com a extinção do processo sem resolução do mérito conforme determina os termos do artigo 485 do CPC.

As preliminares de mérito, deverão requerer que os pedidos do devem ser julgados sem a resolução do mérito nos termos do artigo 485 do CPC.

## **DAS PREJUDICIAIS DE MÉRITO**

As Prejudiciais de mérito são defesas que devem ser alegadas também antes do mérito, pois prejudicam sua análise. **Entretanto, diferentemente das preliminares, não têm viés processual, e sim material** – informam que, embora o processo esteja apto para ser julgado, há impedimento **para a efetiva apreciação do mérito**. No direito processual do trabalho, a mais comum das prejudiciais de mérito **é a prescrição, que pode ser a prescrição Bienal ou a prescrição Quinquenal conforme estabelece os termos do (artigo 7º, XXIX, da CF/1988 artigo 11 da CLT e mais a Súmula 308, I, do TST)**

## EXEMPLO, DA PRESCRIÇÃO BIENAL NO PROCESSO DO TRABALHO CONTESTAÇÃO TRABALHISTA

### DA PREJUDICIAL DE MÉRITO- PRESCRIÇÃO BIENAL

A reclamação trabalhista ajuizada pelo reclamante no dia 07/11/2011, postulou a condenação da reclamada ao pagamento das parcelas das verbas rescisórias resultantes da relação do contrato de trabalho extinto em 03/10/2009. **(Fato);**

**Com base nos artigos 7, XXIX, da CF/88 e artigo 11 da CLT e súmula 308, I, do TST**, opera-se a prescrição bienal quanto o ajuizamento da reclamação trabalhista ocorre após o prazo de 2 anos, contado do término do contrato de trabalho. Portanto estando prescritas **(Fundamento);**

Diante do exposto, requer a extinção do processo, com resolução do mérito, nos termos do **artigo 487, II, do CPC. (Pedido).**

## EXEMPLO, DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL NO PROCESSO DO TRABALHO CONTESTAÇÃO TRABALHISTA

### DA PREJUDICIAL DE MÉRITO- PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

O reclamante ajuizou a presente reclamação trabalhista em 12.04.2012, postulando verbas que retroagem à data do início do contrato de trabalho, em 30.03.2006. **(Fato)**

**Segundo os artigos 7, XXIX, da CF 11 da CLT**, as verbas trabalhistas prescrevem em 5 anos contados da data do ajuizamento da reclamação trabalhista, com base na súmula 308, I do TST. **(Fundamento)**

**Diante do exposto, requer a extinção do processo com resolução de mérito, à luz do artigo 487, II, do CPC**, quanto às verbas anteriores aos últimos 5 anos, contado da data do ajuizamento da ação, ou seja, anteriores a 12/04/2007, foram postulados. **(Pedido).**

## DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO TOTAL NA CONTESTAÇÃO

### DA PREJUDICIAL DE MÉRITO – PRESCRIÇÃO BIENAL

**Tese.** Deve ser arguida ou acolhimento da prejudicial de mérito com a extinção do feito com resolução do processo, nos termos do artigo 487, II, do CPC

### POR EXEMPLO DO MÉRITO DA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA

#### DICA! DO MÉRITO DA CONTESTAÇÃO

#### DO MÉRITO

##### 1 DO ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

O reclamante pleiteou a condenação dos reclamados ao pagamento do adicional de transferência com argumento que laborou em outros municípios para os reclamados. **(Fato);**

Portanto o reclamante não tem direito ao pedido pleiteado, pois conforme determina o artigo 469, § 3º da CLT, para que tenha direito ao adicional de transferência é necessário a transferência provisória com a mudança de domicílio, porém não houve transferência do reclamante. **(Fundamento);**

Diante do exposto requer a improcedência do pedido do reclamante, em relação ao adicional de transferência. **(Pedido).**

##### 2 DA HORAS IN ITINERE

O reclamante pleiteou a condenação dos reclamados ao pagamento das horas in itinere por residir em local difícil acesso distante da sede da empresa. **(Fato)**

O reclamante não assiste razão, de acordo com o artigo 58, § 2º, da CLT. O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

**(Fundamento)**

Diante exposto requer a Vossa Excelência que seja impugnado o pedido do reclamante em relação às horas in itinere. **(Pedido)**

**DO RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA ARTIGO 895, I, DA CLT**

**Conceito:** O Recurso Ordinário Trabalhista é um instrumento jurídico usado para contestar uma sentença prolatada desfavorável ou proferida em primeira instância na Justiça do Trabalho, permitindo que a parte insatisfeita leve o caso para um tribunal superior (Tribunal Regional do Trabalho - TRT) para que a decisão seja reformada e revisada. Ela tem efeito devolutivo, o que significa que a decisão pode ser executada, e tem um prazo de 8 dias úteis para ser interposto.

**Artigo 895 da CLT - Cabe recurso ordinário para a instância superior:**

I - das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, **no prazo de 8 (oito) dias;**

II - das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos **de** sua competência originária, **no prazo de 8 (oito) dias,** quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos

## DO DEPÓSITO RECURSAL NOS RECURSO DO PROCESSO DO TRABALHO

**Artigo 899 da CLT-** Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito **meramente devolutivo**, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora.

**§ 1º Sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o salário-mínimo regional, nos dissídios individuais, só será admitido o recurso inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância.** Transitada em julgado a decisão recorrida, **ordenar-se-á o levantamento imediato da importância de depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz**

**§ 2º, do artigo 899 da CLT. Tratando-se de condenação de valor indeterminado, o depósito corresponderá ao que for arbitrado, para efeito de custas, pela Junta ou Juízo de Direito, até o limite de 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região.**

## O DEPÓSITO RECURSAL É DEPOSITADO NA CONTA VINCULADO DO JUÍZO

**§ 4º, do artigo 899 da CLT.** O depósito recursal será feito em **conta vinculada ao juízo** e corrigido com os mesmos índices da poupança.

**§ 6º, do artigo 899 da CLT.** Quando o valor da condenação, ou o arbitrado para fins de custas, exceder o limite de 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região, o depósito para fins de recursos será limitado a este valor.

## **DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EFETUARÁ O DEPÓSITO DA METADE DE 50% DEPÓSITO RECURSAL**

**§ 7º, do artigo 899 da CLT.** No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

## **O AGRAVO DE INSTRUMENTO TEM A FINALIDADE DE DESTRANCAR RECURSO DENEGADO PELO O TRIBUNAL SUPERIOR, E AINDA VIABILIZA A CORREÇÃO DE DECISÕES**

**§ 8º, do artigo 899 da CLT.** Quando o agravo de instrumento tem a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial, não haverá obrigatoriedade de se efetuar o depósito referido no § 7º deste artigo.

## **QUEM TEM DIREITO A REDUÇÃO DO DEPÓSITO RECURSAL**

**§ 9º, do artigo 899 da CLT.** O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para **entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores** individuais, **microempresas e empresas de pequeno porte.** (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

## **QUEM SÃO ISENTOS DO DEPÓSITO RECURSAL**

**§ 10. do artigo 899 da CLT.** São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as

empresas em recuperação judicial. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

## **O DEPÓSITO RECURSAL PODE SER SUBSTITUÍDO**

**§ 11. do artigo 899 da CLT.** O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

## **DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DE ADVOCATÍCIOS QUE DEVERÁ SER INCLUSO EM QUALQUER PETIÇÕES DE SEGUNDA FASE EM DIREITO DO TRABALHO É OBRIGATÓRIO**

**Artigo 791-A da CLT.** Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados **entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento)** sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

## **DAS CUSTAS PROCESSUAIS PAGA PELO O VENCIDO NO PROCESSO**

**Artigo 789 da CLT.** Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento **incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência**

**Social**, e serão calculadas: (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

## **DO MÉRITO DO RECURSO ORDINÁRIO.**

**Aqui** deverá ser respondido na base do método do **Silogismo jurídico** com três parágrafos com **COMEÇO, MEIO e FIM** ou seja **Fato, Fundamento e Pedido**

### **DO MÉRITO**

#### **1 DO INTERVALO INTRAJORNADA**

O magistrado condenou a reclamada ao pagamento de 15 minutos com adicional de 50%, em razão do intervalo desrespeitado, e reflexos nas demais verbas salariais **(Fato)**

A sentença deve ser reformada, pois, em relação à pausa alimentar, resta comprovado nos autos do processo, sendo assim é indevido o pagamento integral do intervalo, mas apenas do tempo suprimido, e, ainda assim, com caráter indenizatório, conforme determina o do Art. 71, § 4º, da CLT. Sem a indicação de reflexos em outras verbas. **(Fundamento)**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência **a reforma da sentença** para limitar a condenação do pedido do recorrente reclamado em 5 minutos, sem os reflexos. **(Pedido)**

#### **2 DA DOENÇA DEGENERATIVA**

O magistrado condenou a reclamada ao pagamento de indenização de R\$ 6.000,00 a título de dano moral por acidente do trabalho em razão de doença degenerativa da qual a trabalhadora foi vítima, conforme laudos médicos juntados aos autos. **(Fato)**

Essa sentença não deve prosperar, pois, conforme previsto no Art. 20, § 1º, alínea a, da Lei nº 8.213/91, que doença degenerativa não é considerada doença do trabalho. No presente caso não gerando responsabilidade do empregador o dever de indenizar. **(Fundamento)**

Diante do exposto **requer a reforma da sentença para julgar improcedente** o pedido de indenização por danos morais pleiteado pelo recorrido reclamante. **(Pedido)**

**ATENÇÃO, ESSAS TESES PROCESSUAIS QUE DEVERÁ SER INCLUSO NA FOLHA DAS RAZÕES DO RECURSO, OU SEJA, SEGUNDA PETIÇÃO**

**Tese.** Respeitável sentença, razão pela qual essa sentença não merece ser mantida;

**Tese.** Respeitável decisão, razão pela qual, essa sentença não merece prosperar;

**Tese.** Foi prolatada uma sentença nos autos da reclamação trabalhista que condenou o recorrente julgando procedente os pedidos, razão pela qual essa sentença não deve ser mantida.

**Tese. O respeitável acórdão** não merece ser mantido, razão pelo qual requer a sua reforma.

**Atenção.** A peça ou petição de Recurso Ordinário tem duas petições, a **1ª PEÇA** chama-se **FOLHA DE ROSTO** dirigida ao juiz com a expressão **ao DOUTO JUIZ DA—VARA DO Trabalho recorrido**, solicitando admissão do recurso e a remessa **ao TRT. A 2ª PEÇA** CHAMA-SE **FOLHA DAS RAZÕES DO RECURSO ORDINÁRIO** endereça ao **TRT, com menção ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, e com a expressão aos Nobres Julgadores.**

**ESQUELETO DO RECURSO ORDINÁRIO INCOMPLETO PARA TREINO**

**AO JUÍZO DA 80ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS-SANTA CATARINA**

**Processo nº .....**

**Qualificação Completa** do Recorrente e do Recorrido

**O nome do Recurso** (Recurso Ordinário)

Diante do exposto requer o recebimento do recurso ordinário, a intimação da outra parte recorrida para apresentar as contrarrazões no prazo de 8 dias conforme o artigo 900 da CLT, ao posterior enviar a remessa ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da \_\_\_\_\_ Região

Nestes termos

Pede deferimento,

Local e data

Advogado.....

OAB/n.....

**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA \_\_\_\_\_  
REGIÃO**

**DAS RAZÕES DO RECURSO ORDINÁRIO**

**Processo n°.....**

**Recorrente:** Fulano de tal / Empresa Sociedade Empresária

**Recorrido:** Empresa Sociedade Empresária / Fulano de tal

Nobres julgadores!

Nos autos da reclamação trabalhista foi prolatada uma sentença que o juiz condenou o recorrente julgando procedente os pedidos, razão pela qual essa sentença não deve ser mantida.

## **I - DOS FATOS**

Examinado deverá fazer um resumo da sentença detalhada, sem abordar nenhum fato estranho, sob pena de anulação da peça.

**II- DAS PRELIMINARES DE MÉRITO-** se houver por exemplo:

- 1** Da Comissão de Conciliação Prévia- Quitação Geral;
- 2** Do Cerceamento de Defesa;
- 3** Incompetência absoluta da justiça do Trabalho;

4 Da coisa Julgada;

5 Da Litispêndências;

6 Da inépcia da petição inicial

### **III - DA PREJUDICIAL DE MÉRITO-PRESCRIÇÃO**

**1 PRESCRIÇÃO BIENAL**, conforme os artigos 11º da CLT e artigo 7º, XXIX da CF/1988 e súmula 308, II, do TST;

**2 PRESCRIÇÃO QUINQUENAL**, conforme os artigos 11º da CLT e artigo 7º, XXIX da CF/1988 e súmula 308, II, do TST;

**3 DA PRESCRIÇÃO PARCIAL** conforme a súmula 153 do TST.

### **IV - DO MÉRITO**

Aqui o examinando deverá desenvolver sua **TESES PROCESSUAIS**, com três parágrafos na base do Método do Silogismo Jurídico, com **COMEÇO, MEIO e FIM ou seja FATO, FUNDAMENTO e PEDIDO**. Para cada assunto tratado no bojo da petição deve fazer **UM TÓPICO** com letra maiúscula, **por exemplo**, segue o modelo abaixo.

**1 DO INTERVALO INTRAJORNADA -HORA EXTRA;**

**2 DA REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO;**

**3 DO DEPÓSITO DO FGTS;**

**4 DA EQUIPARAÇÃO SALARIAL;**

**5 DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE;**

**6 DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DE ADVOCATÍCIOS.**

### **V DOS REQUERIMENTOS FINAIS**

Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, o acolhimento da **preliminar de mérito com a extinção do feito sem resolução do mérito** e, sucessivamente requer o acolhimento da **prejudicial de mérito com extinção** do processo com a resolução do mérito e, no Mérito o provimento do recurso para fins da **reforma da sentença para julgar improcedentes** as postulações do Recorrido.

## DAS PEÇAS MAIS COBRADO NA 2ª FASE EM DIREITO DO TRABALHO EXAME DE ORDEM

**1º Reclamação Trabalhista** – Fundamento jurídico **artigo 840, § 1º da CLT;**

**2º Contestação Trabalhista** - Fundamento jurídico **artigo 847 da CLT;**

**3º Recurso Ordinário Trabalhista** - Fundamento jurídico **artigo 895, I, da CLT;**

**4º Ação de Consignação em Pagamento** - Fundamento jurídico **artigos 539 a 549 do CPC, (por força do artigo 15 do CPC e artigo 769 da CLT).**

### **DICA. RESOLVA BASTANTE SIMULADOS FÍSICO DA 2ª FASE OAB**

**Portanto, um dos grandes erros mais comuns** entre quase todos os examinandos que se preparam para a **prova de 2ª fase é estudar** muito, participar de cursos e aulas, em vez de treinar e fazer simulados, prefere assistir muitas videoaulas, ler a legislação na íntegra, mas **negligenciar a resolução de peças e questões dissertativas** ou seja não procura treinar ou **fazer bastantes peças e questões discursivas na prática.**

**Dica,** o examinado deverá fazer **bastantes peças ou petições e questões discursivas** e aprender manusear e conhecer **os índices remissivos** e treinar as buscas de respostas na **CLT e no seu Vade Mecum.**

**Entretanto, a realização de simulados físicos é fundamental para sua aprovação na 2ª fase da OAB.** Somente na realização de provas anteriores da FGV e provas simuladas onde o **examinando tem oportunidade de conhecer seu inimigo que você pratica sua escrita, gerenciará o tempo de prova e irá simular as condições reais que você terá no dia da prova seja aprovado.**

## COMO PREPARAR SEU VADE MECUM PARA 2ª FASE OAB EM DIREITO DO TRABALHO!

Portanto entre as possibilidades permitidas pelo **Edital** para **TURBINAR seu Vade Mecum**, praticamente nada mudou em relação às edições anteriores do Exame de Ordem. As orientações sobre o que pode e o que não pode ser feito, você encontra no **ANEXO III do Edital, conforme ilustrado na imagem a seguir:**



CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
EDITAL EXAME DE ORDEM UNIFICADO  
EDITAL DE ABERTURA

### ANEXO III – MATERIAIS E PROCEDIMENTOS PERMITIDOS PARA CONSULTA NA PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

#### ► MATERIAL/PROCEDIMENTOS PERMITIDOS

- Legislação não comentada, não anotada e não comparada.
- Códigos, inclusive os organizados que não possuam índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais, remissão doutrinária, jurisprudência, informativos dos tribunais ou quaisquer comentários, anotações ou comparações.
- Leis de Introdução dos Códigos.
- Instruções Normativas.
- Índice remissivo.
- Exposição de Motivos.
- Súmulas.
- Enunciados.
- Orientações Jurisprudenciais.
- Regimento Interno.
- Resoluções dos Tribunais.
- **Simple utilização de marca texto, traço ou simples remissão a artigos ou a lei.**
- **Separação de códigos por cliques.**
- **Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico, desde que com impressão que contenha simples remissão a ramos do Direito ou a leis.**

#### ETIQUETA VADE MECUM OAB ITEM PERMITIDO EXAME DE ORDEM



PERMITIDO

IMAGENS  
MERAMENTE  
ILUSTRATIVAS



✓ **Observação:** As remissões a artigo ou lei são permitidas apenas para referenciar assuntos isolados. Quando for verificado pelo fiscal advogado que o examinando se utilizou de tal expediente com o intuito de burlar as regras de consulta previstas neste edital, formulando palavras, textos ou quaisquer outros métodos que **articulem a estrutura de uma peça jurídica**, o uso do material será impedido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis ao examinando.

**ANEXO III – MATERIAIS E PROCEDIMENTOS PERMITIDOS PARA CONSULTA NA PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

▶ **MATERIAL/PROCEDIMENTOS PERMITIDOS**

- Legislação não comentada, não anotada e não comparada.
- Códigos, inclusive os organizados que não possuam índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais, remissão doutrinária, jurisprudência, informativos dos tribunais ou quaisquer comentários, anotações ou comparações.
- Leis de Introdução dos Códigos.
- Instruções Normativas.
- Índice remissivo.
- Exposição de Motivos.
- Súmulas.
- Enunciados.
- Orientações Jurisprudenciais.
- Regimento Interno.
- Resoluções dos Tribunais.
- **Simple utilização de marca texto, traço ou simples remissão a artigos ou a lei.**
- **Separação de códigos por clipes.**
- **Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico, desde que com impressão que contenha simples remissão a ramos do Direito ou a leis.**



IMAGENS  
MERAMENTE  
ILUSTRATIVAS

✓ **Observação:** As remissões a artigo ou lei são permitidas apenas para referenciar assuntos isolados. Quando for verificado pelo fiscal advogado que o examinando se utilizou de tal expediente com o intuito de burlar as regras de consulta previstas neste edital, formulando palavras, textos ou quaisquer outros métodos que **articulem a estrutura de uma peça jurídica**, o uso do material será impedido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis ao examinando.

Atenção, em suma, você pode **utilizar a marca texto para grifar**, canetas para sublinhar ou fazer **remissão simples a artigos ou lei**.

**Salienta-se que a remissão de artigos ou lei são permitidas apenas para referenciar assuntos isolados, não sendo permitidos métodos que articulem a estrutura de uma peça jurídica, conforme observação evidenciada na imagem anterior.**

Por outro lado, o detalhe importante é que qualquer remissão a artigo ou lei, deve ser feita diretamente no seu Vade Mecum ou na CLT, **sendo vedada qualquer tipo de anotação manuscrita nos separadores de código ou post-its.**

Vale ressaltar que em relação aos Traços, é preciso ter muita atenção à previsão do edital. Ao mesmo tempo que é permitida a utilização deste recurso, **o edital também proíbe a utilização de Traços e Setas quando estes destinam-se à estruturação de peças.**

Assim, dessa forma, é possível utilizar traços, mas evite conectá-los a outros dispositivos legais. Em relação às setas, entendemos que o edital proíbe qualquer forma de utilização deste recurso.

## DÊ UMA CONFIRMADA EM ALGUNS PROCEDIMENTOS PERMITIDOS

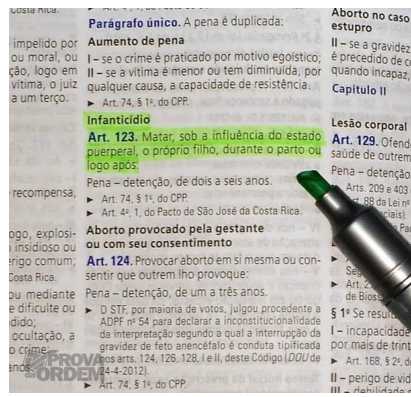
## DÊ UMA CONFIRMADA EM ALGUNS PROCEDIMENTOS PERMITIDOS



CLIPES MARCA



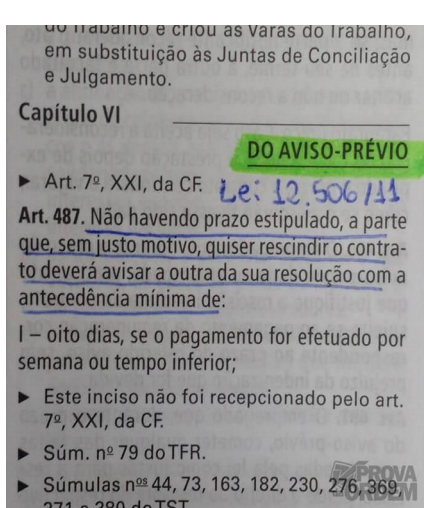
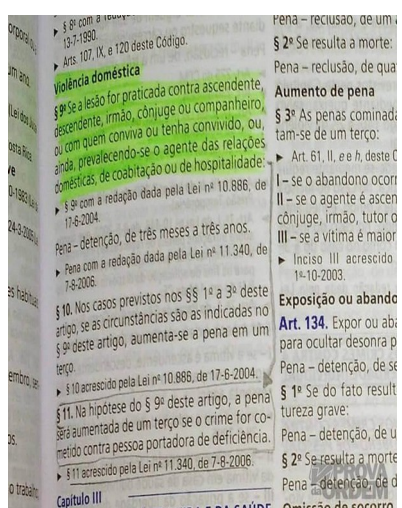
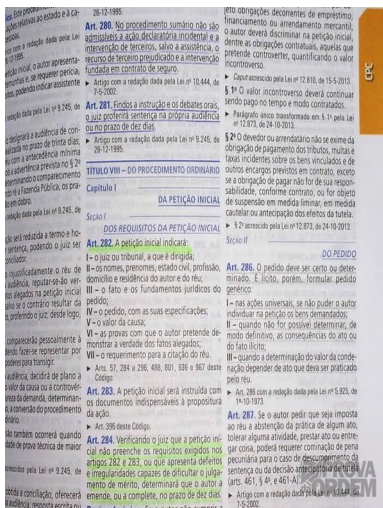
SEPARADORES



GRIFAR COM

## DE CÓDIGOS

## TEXTO



Sublinhar Código  
Remissão Simples

Fazer uns Traços

Fazer

## ATENÇÃO, VEJAM OS SEPARADORES DE CÓDIGOS OU UTILIZAÇÃO DE ETIQUETAS

Vale ressaltar que apesar de não ser permitida a utilização de separadores manuscritos, **há a possibilidade de utilização de etiquetas de códigos fabricadas por editoras.**

Portanto os Separadores de **Vade Mecum** ou da sua **CLT** são muito eficientes na organização de seu Código para a prova, sendo um material de grande valia **para TURBINAR** seu **Vade Mecum** ou sua **CLT para 2ª Fase OAB**. Vejamos alguns desses marcadores:



**Entretanto, se você** examinar está em dúvida sobre a indispensabilidade deste tipo de marcadores, consideramos ser um material **não prioritário, uma vez que você poderá utilizar outras formas de organização** para seu **Vade Mecum** e sua **CLT** que são permitidas pelo edital.

## DO PROCEDIMENTOS PROIBIDOS EM SEU VADE MECUM E PARA SUA CLT

Portanto, Já há algum tempo que o **Edital do Exame de Ordem coloca em evidência uma proibição já antiga**, mas devido a mudança de redação, trouxe muitas incertezas entre examinandos.

Dessa forma, estamos falando da “**estruturação de roteiros para peças processuais**”, algo que, aparentemente, terá maior atenção

### ► MATERIAL/PROCEDIMENTOS PROIBIDOS

- × Códigos comentados, anotados, comparados ou com organização de índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais.
- × Jurisprudências.
- × Anotações pessoais ou transcrições.
- × Cópias reprográficas (xerox).
- × Utilização de marca texto, traços, post-its ou remissões a artigos ou a lei de forma a estruturar roteiros de peças processuais e/ou anotações pessoais.
- × Utilização de notas adesivas manuscritas, em branco ou impressas pelo próprio examinando.
- × Impressos da Internet.
- × Informativos de Tribunais.
- × Livros de Doutrina, revistas, apostilas, calendários e anotações.
- × Dicionários ou qualquer outro material de consulta.
- × Legislação comentada, anotada ou comparada.
- × Súmulas, Enunciados e Orientações Jurisprudenciais comentados, anotados ou comparados.



entre os fiscais de prova.

Entretanto, apesar de ser uma proibição já expressa no Edital há muitas edições, desde a **época em que o CESPE aplicava o certame**.

Assim, como já abordado anteriormente, a **utilização de marca texto, clipes e remissões simples a artigos ou leis são permitidos**.

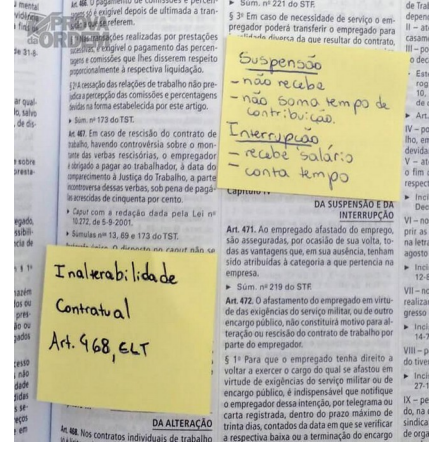
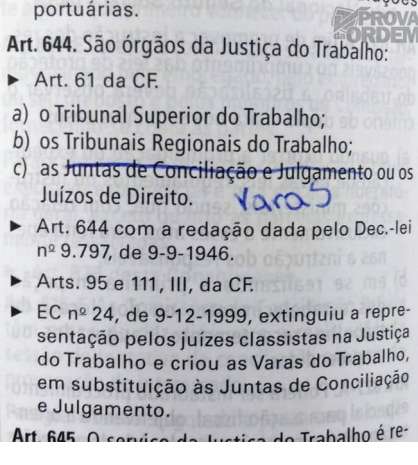
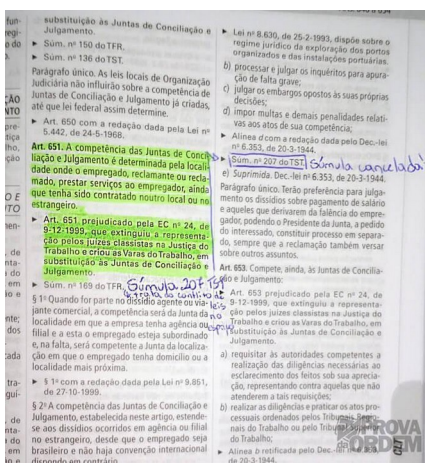
Todavia, o examinando não poderá utilizar dos procedimentos permitidos para **estruturar um roteiro (esqueleto) de peças processuais**.

Este é o limite para qualquer recurso permitido, **não utilizá-lo de forma que caracterize a estruturação de peças processuais**.

Caso o fiscal perceba a utilização de um procedimento permitido com essa finalidade, seu material poderá ser confiscado e você

estará reprovado, caso não tenha outro material para seguir a realização da prova.

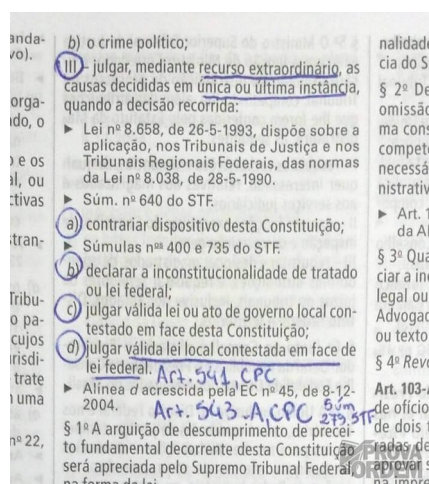
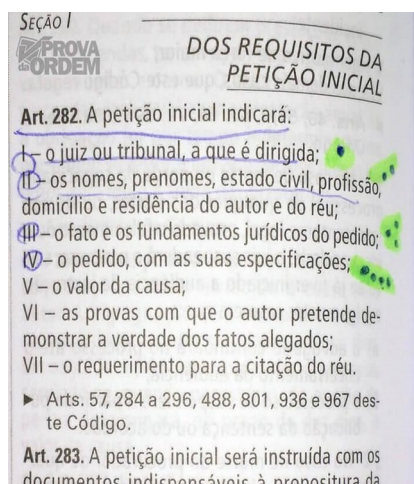
## ATENÇÃO, FAÇA CONFERENCIA DE ALGUNS PROCEDIMENTOS PROIBIDOS



Proibido Comentar  
Colar Post-it  
O Código

Proibido Comentar  
O Código

Então, os alunos examinados da segunda fase do exame de ordem, estão proibidos de comentar as páginas dos códigos no Vade Mecum e também em sua CLT, conforme as fotos acima, deixa claro essa proibição. Vejam as fotos com muita atenção.



Proibido Estruturar  
Separadores com ou sem  
Roteiro de peça  
Escrita manual

Proibido Estruturar  
Roteiro de peça

Processual

Processual

Dessa, forma finalizamos essa grande dica de marcação ou **TURBINARAM da sua CLT e do seu Vade Mecum** para a segunda fase em Direito do Trabalho, esperamos que vocês tenham muito cuidado com o seu material, para não cometer erros na hora de preparar para o dia da sua prova.

### DICA DE PREPARAÇÃO PARA SEGUNDA FASE OAB EXAME DE ORDEM

Portanto, para estudar para a segunda fase da OAB exame de ordem, foque em praticar muito na identificação de peças e elaboração de peças processuais e responda a questões discursivas, usando provas anteriores da FGV e simulados para treinar dentro do limite de tempo de 5 horas da prova real. É fundamental conhecer bem os índices remissivos do seu Vade Mecum e de sua CLT, praticar a consulta rápida através de índices e, para a sua escolha de área, priorize as peças mais recorrentes e não se prenda a "mitos" sobre quais são mais fáceis. **Fica a dica!**

### 1º ESCOLHA DA DISCIPLINA E ÁREA DE FOCO

a) Não se baseie em mitos:

Portanto, ao invés de escolher por suposta "facilidade", a Estratégia Educacional sugere que você escolha **a área que mais te interessa e que você tem afinidade**, pois o desempenho estatístico em áreas como Direito Civil é superior ao de Direito do Trabalho, ao contrário do que se afirma.

**b) Priorize peças recorrentes:**

Dessa forma, identifique e concentre seus estudos nas peças que são mais cobradas na disciplina que você escolheu.

**2º ESTRATÉGIA DE ESTUDO E SIMULAÇÃO**

**a) FAÇA BASTANTES SIMULADOS:**

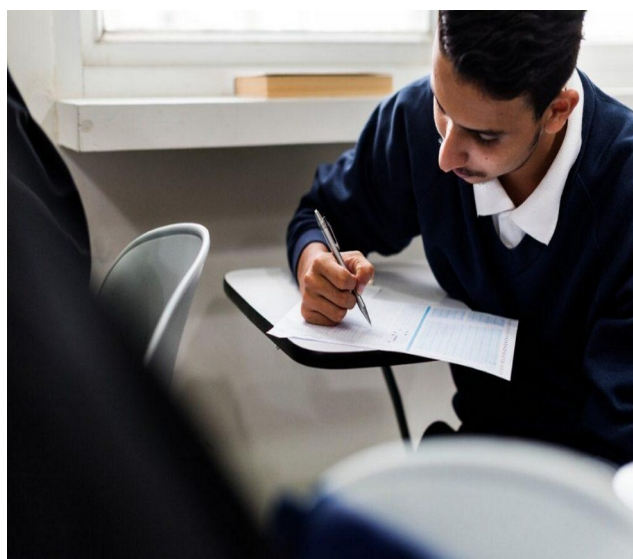
Resolva bastantes provas anteriores da FGV/OAB, no formato de simulado, cronometrando seu tempo para cada prova (questões discursivas e peça processual), para treinar a gestão de 5 horas e identificar quais matérias exigem mais dedicação.

**b) DESENVOLVA A SUA ROTINA:**

Portanto crie uma rotina de estudos que divida seu tempo entre o estudo teórico das peças e legislação, e a prática de resolução de questões discursivas.

**c) PRATIQUE BASTANTES A IDENTIFICAÇÃO DE PEÇAS:**

CRIE uma habilidade de identificar rapidamente a peça correta e sua fundamentação jurídica legal é essencial.



### **3º DA PREPARAÇÃO DO MATERIAL E DO DIA DA PROVA**

#### **PORTANTO O EXAMINADO CONHEÇA BEM O ÍNDICES REMISSIVO DO SEU VADE MECUM E SUA CLT:**

Examinado deve familiarize-se bem com **seu Vade Mecum e CLT**, praticando o uso dos índices Remissivos para encontrar rapidamente as respostas na legislação, ou seja, na lei seca e as orientações jurisprudenciais necessárias para a prova de segunda fase exame de ordem, pois não é preciso decorar tudo.

#### **O EXAMINANDO DEVERÁ ORGANIZAR SEU TEMPO DE PROVA:**

Dessa forma o examinado deverá seguir com uma estratégia de tempo no dia da prova de segunda fase reserve a primeira hora para ler o enunciado e identificar a peça e as teses, as duas horas seguintes para responder às questões discursivas e, por fim, as duas horas restantes para redigir a peça.

#### **PORTANTO NÃO CONTE PARA NINGUÉM QUE ESTÁ ESTUDANDO E NEM DIA DA SUA PROVA DO EXAME DE ORDEM**

Não fale para ninguém, ou seja, não conte a ninguém da família, amigos e parentes o dia da sua prova e na faça publicação em redes sociais, nem mesmo que está estudando para a prova do exame de ordem, não se esqueça que tem muitos inimigos dentro desse meio citado acima torcendo para você não ser aprovado no exame de ordem tanto na primeira fase como na segunda fase.

**Dica! Faça as suas coisas em segredos**, quando você passar nas duas fases, na primeira e na segunda, sim, aí é hora de contar para todo mundo e comemorar, até mesmo você vai precisar de clientes nesse meio

#### **DO DESCANSO E ALIMENTAÇÃO NO DIA ANTERIOR ANTES DA PROVA:**

No dia anterior antes da prova, **descanse bem, durma bem e alimente-se adequadamente bem, evite discussão na família, vizinhos e com amigos tanto presencial como virtual pelo whatsapp e redes sociais, preferindo**, procura se alimentar com

alimentos leves e de fácil digestão, como chocolates e barras de cereais, para não prejudicar o desempenho.

## **DICA SERIA COMO ESTUDAR PARA O EXAME DE ORDEM NA FASE E SEGUNDA FASE NÃO CONTE A NINGUÉM**

Portanto os futuros advogados e advogadas deverá-se Preparar se preparar para a segunda fase da OAB sem contar a ninguém, foque na prática de simulados, no estudo de casos concretos e na familiarização com o **Vade Mecum e sua CLT**, mantendo uma rotina de estudos consistente e adaptada ao seu cronograma conforme sua realidade. O segredo para a aprovação está na habilidade técnica e na organização da prova fazer bastantes simulados de provas anteriores, e não no volume excessivo de conteúdo.

## **DO FOCO NO ROTEIRO DE ESTUDO NA PRÁTICA E TÉCNICA SEGREDO É FAZER BASTANTES SIMULADOS**

**1º O examinando deverá fazer bastantes simulados de provas anteriores:** Realize simulados completos, simulando as condições do dia da prova (tempo, limites de consulta), para desenvolver a prática na resolução de peças e questões discursivas.

### **2º DO TREINO DA ELABORAÇÃO DE PEÇAS OU PETIÇÕES:**

É essencial o Treino todos os dias o passo a passo para a identificação das peças processuais e a sua estrutura e esqueleto de peça ou petição, dedicando-se a um rascunho e passagem a limpo para gerenciar o tempo e é o momento de conhecer os índices remissivos da sua CLT e do seu Vade Mecum.

### **3º DA ESTRATÉGIA DO CONHECIMENTO DA CLT E DO SEU VADE MECUM:**

O examinado ao se preparar ou treinar **para a 2ª fase OAB** exame de ordem, deverá ser obrigatório o **Uso da CLT e do corpo jurídico também o uso do o Vade Mecum** para conhecer **os índices Remissivo de ambos** para encontrar as respostas e as fundamentações legais na lei seca e nas súmulas STJ, STF e TST em todas Jurisprudências com agilidade e segurança, marcando-o conforme os estudos para facilitar a busca.

## 4º DA ESTRATÉGIAS DE ESTUDO E CRONOGRAMA INDIVIDUAL

Atenção, cada examinado masculino ou feminino tem sua estratégia de estudo e cronograma, ninguém nesse momento igual a ninguém, não se preocupe essa estratégia está dentro de você examinado, cada caso é cada caso é um caso, cada um é uma história, e cada um tem uma realidade vida diferente aqui seguem uma dica.

**I Da Rotina e Cronograma:** o examinando **deverá estabelecer** uma rotina de estudos e um cronograma de aulas fazer bastantes simulados de provas anteriores e revisões para manter a disciplina e o foco, ajustando-o à sua realidade individual de cada um nessa preparação, treinamento e estudos para o exame de ordem na **2ª fase**.

**II Direito material e Processual do Trabalho:** Entenda como os temas de direito material e processual se combinam para fundamentar as peças e responder às quatro questões discursivas.

**III Conhecimento de jurisprudência:** Esteja atualizado com as súmulas e jurisprudências do STJ, STF e TST, pois são temas frequentemente cobrados na prova.

## DO CONTROLE EMOCIONAL E ORGANIZAÇÃO NA HORA DA PROVA

**I Da Confiança em Deus e em Si próprio:** Confie em si mesmo e no seu preparo, pois o resultado é resultado de um estudo estratégico, correto e muito treino, e não de inteligência ou faculdade. Ou seja, o tem que treinar as provas anteriores da FGV/OAB e provas simuladas e as questões discursivas de 6 a 10 por dia com fundamento na lei seca e súmulas e jurisprudências.

**II Da Organização de Materiais:** Mantenha seus materiais organizados e tenha uma CLT atualizado do mesmo ano da prova e Vade Mecum atualizado também do mesmo ano da prova, faça uma Simples utilização de marca texto, traço ou simples remissão a artigos ou a lei. • Separação de códigos por clipes e entre outras

opções permitidas **conforme o ANEXO II DA PÁGINA 38 DO EDITAL EXAME DE ORDEM. Dica!**

**Leia o Edital por completo, tem 42 duas páginas.**

**II Da Prática e Técnica:** Lembre-se que a segunda fase **exige habilidade técnica e** organização e Treinamento na resolução das provas anteriores e simulados e revisões, e não apenas acúmulo de conteúdo.

Dica faça impressão de 16 a 20 últimas provas de na **2ª fase** anteriores da banca FGV/OAB e resolva todas em forma de simulados, assim você terá um conhecimento de seus pontos fracos e fortes em sua preparação e treinamento com estratégica, e é o momento de conhecer as pegadinhas do inimigo FGV, contra você mesmo.

## **EXISTE DOIS INIMIGOS PARA OS ESTUDOS DO EXAME DE ORDEM 2ª FASE OAB**

Portanto, **o primeiro inimigo é você mesmo** que não quer estudar" aponta para a auto condução como o obstáculo principal para o estudo, **reconhecendo que a própria relutância, a falta de foco, e os pensamentos que sabotam a motivação são barreiras internas significativas.** É a mente, com seu stress, ansiedade e pensamentos disfuncionais, que impede o indivíduo de se dedicar aos estudos e alcançar seus objetivos.

**1º DA FALTA DE MOTIVAÇÃO E PROCRASTINAÇÃO:** dessa forma A própria aversão ao estudo e a falta de desejo de estudar ou de interesse são impedimentos internos do candidato examinado para o progresso acadêmico. Dos vícios, só tem ânimo para outras coisas, **por exemplo; mas as vezes fica no vício no celular, tablet ou computador de 2 horas até 4 horas** por dia vendo redes sociais ou jogando, isso é grave.

## **2º DO ESTRESSE E ANSIEDADE DO EXAMINANDO:**

Vale ressaltar que esses sentimentos afetam a capacidade de concentração, tira o foco do objetivo central dos estudos

dispersando a atenção e dificultando o foco necessário para o estudo, e traz reprovação na prova.

### **3º DOS PENSAMENTOS DISFUNCIONAIS DO CANDIDATO EXAME DE ORDEM:**

Importante ressaltar que os Pensamentos negativos e autocríticos podem criar um ciclo de desânimo e sabotar a autoconfiança na mente do aluno examinado, levando à desistência do candidato examinado, que se deixa de realizar uma preparação e treinamento melhor e, afetam o foco estratégico de um resultado positivo, trazendo uma grande reprovação no exame de ordem segunda fase.

### **4º A SUA MENTE É COMO "PIOR INIMIGO"**

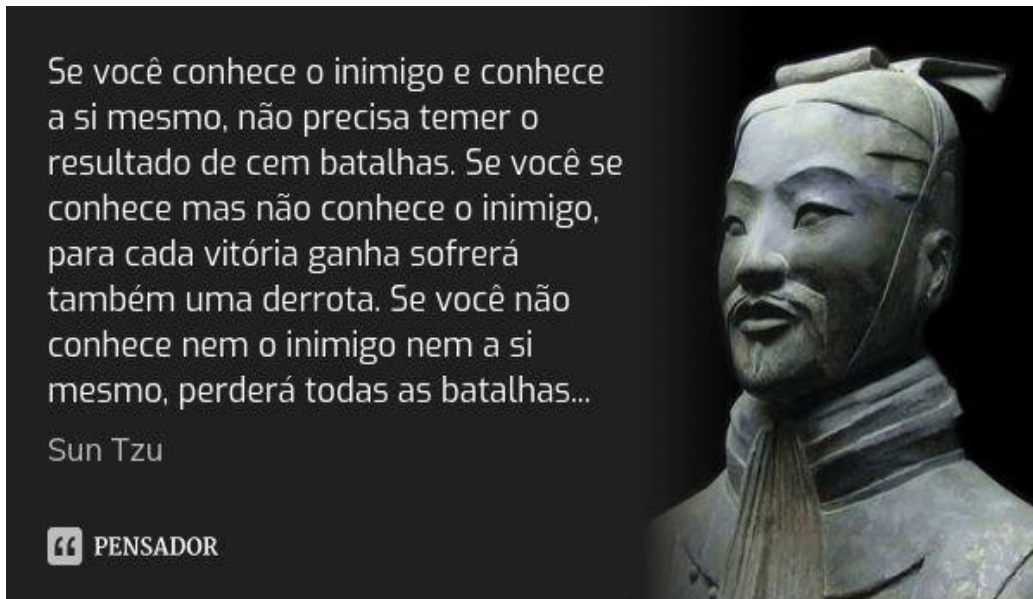
Atenção, vejam a forma como a nossa **MENTE INIMIGA OPERA**, com suas dúvidas negativas e inseguranças, pode se tornar o maior obstáculo para o seu foco e o sucesso, inclusive na vida acadêmica, **ELA impede de estudar com foco e determinação em seus objetivos**. Tome cuidado, a nossa mente poluída de **mensagens negativas é a nossa pior inimiga e não deixa se levar pelas fraquezas** negativas que apareçam em sua mente. **Portanto você deverá ter muito cuidado com sua MENTE INIMIGA** essa situação traz prejuízos a acadêmicos e profissionais, tanto no exame de ordem como estudar para concurso públicos.

### **5º DE COMO SUPERAR ESSES OBSTÁCULOS INTERNOS DA SUA MENTE:**

#### **DA Limpeza Mental:**

O examinado deve usar uma técnica estratégica, por exemplo, está próximo de pessoas da família, parentes ou amigos positivos que

Acredita e respeita em você, como tomar um banho todos os dias, ouvir música calma ou conversar com alguém podem ajudar a acalmar a mente e a recuperar o foco nos estudos estratégicos.



**De acordo com o pensador SUN TZU, portanto se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, ou seja, não conhece a si mesmo, para cada vitória ganha, sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas...**

**Atenção, para a dica! não, o pensador Sun Tzu não afirmou que o inimigo é você mesmo, mas sim que é essencial conhecer o inimigo e A SI MESMO para alcançar a vitória. O autoconhecimento é uma peça fundamental em sua estratégia, pois permite entender suas próprias fraquezas e forças, assim como o conhecimento do adversário.**

#### **DA A IMPORTÂNCIA DO AUTOCONHECIMENTO:**

Portanto o autoconhecimento, segundo Sun Tzu, não é um inimigo, mas uma ferramenta poderosa. Ele permite que você identifique suas próprias fortalezas e fraquezas, o que é crucial para formular estratégias eficazes tanto em batalhas reais quanto em desafios do dia a dia, como no aprimoramento da comunicação.

## **6º O QUE SIGNIFICA SER SEU PRÓPRIO INIMIGO?**

### **I DO AUTO-SABOTAGEM A SI PRÓPRIO:**

Portanto a auto sabotagem são suas atitudes e comportamentos (conscientes ou não) que atrapalham o cumprimento de metas e objetivos profissionais e acadêmicos.

### **II DA PROCRASTINAÇÃO:**

Portanto vale ressaltar que há uma tendência de adiar tarefas importantes, por exemplo, deixar de estudar para o dia depois ou a próxima semana muitas vezes se alimentando por armadilhas mentais inimigas dentro de você mesmo.

### **III DAS CRENÇAS LIMITADORAS:**

Portanto da crença limitadora, aparece em sua mente os Pensamentos e Crenças Negativas (Falsos ou Parcialmente Verdadeiros) que impedem o seu foco no seu desenvolvimento pessoal e a realização de seus sonhos.

### **IV DO ORGULHO E EGO:**

Entretanto o seu **ORGULHO E SEU EGO**, em particular, são vistos como um grande inimigo, adversário interno seu que pode destruir seus estudos, sonhos, carreiras e fortunas, levando a pessoa a se afastar do sucesso e da felicidade em geral.

## **7º DE COMO VENCER ESSE INIMIGO DENTRO DE VOCÊ?**

### **I DE COMO RECONHECER A PRÓPRIA RESPONSABILIDADE:**

Portanto você deverá aceitar a sua parcela de culpa nas situações vivenciadas, em vez de culpar as pessoas, parentes, a família, os amigos ou os outros ou o mundo até mesmo os governos.

### **I COMO GERIR A SUA PRÓPRIA MENTE:**

Dessa forma, você deverá administrar os seus sentimentos, pensamentos e atitudes, entendendo que a mente é tanto a fonte do problema quanto da solução de vários problemas, mas ela pode ser seu grande inimigo ou aliada. Dica frise sua mente com pensamentos bons e positivos em sua mente, limpe ela todos os dias.

## **II COMO QUESTIONAR O PRÓPRIO PENSAMENTO EM SUA MENTE:**

Sim, você deve ser crítico em relação ao que se escuta e que se vê em si mesmos e que você vê com seus próprios olhos, pois o ambiente influencia diretamente os pensamentos e o comportamento trazem pensamento negativos.

## **III COMO DESENVOLVER O AUTOCONHECIMENTO:**

Quando você mesmo deve responder a perguntas sobre os próprios objetivos, sentimento em relação aos desafios, foco, objetivos, determinações e a imagem que se tem de si mesmo no dia a dia.

## **COMO IDENTIFICAR A PEÇA OU PETIÇÃO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA NO ENUNCIADO DA FGV/OAB 2ª EXAME DE ORDEM**

### **1º EXEMPLO DE SITUAÇÃO DO PROBLEMA OU ENUNCIADO:**

Portanto Para identificar uma Reclamação Trabalhista na 2ª fase da OAB, observe se o enunciado da FGV/OAB, descreve uma situação concreta de um empregado ou Trabalhador procurou você como advogado, afirmando que trabalhou 12-04-2021, à 10-09-2015, na Empresa Sociedade Empresária Açougue Carnes Top Ltda, no Estado do Piau que dispensado sem justa causa ou com justa causa, exercia a função de auxiliar de estoque, recebia um salário de R\$ 2.500,00 mensais, buscando direitos não pagos pelo empresa ou empregador (**como por exemplo; pagamento de horas extras, verbas rescisórias, adicional de periculosidade ou insalubridade, adicional noturno, adicional de transferência**), sem um processo judicial em andamento. Fique atento ao cliente (o empregado), ao objetivo (buscar direitos do trabalho) e à inexistência de um processo prévio.

### **2º EXEMPLO DE SITUAÇÃO DO PROBLEMA OU ENUNCIADO:**

Portanto, será o primeiro ato processual, o cliente será um trabalhador ou empregado procurou você como advogado, narrando

os fatos ocorridos, afirmando que durante a prestação de serviços, aconteceram diversas violações ao contrato de trabalho. Por **exemplo**, busca a receber seus direitos que não foram pagos pela empresa ou empregador. Exemplo: A multa do artigo 477, § 8º da CLT, Horas Extras, Intervalos intrajornada, Da Equiparação Salarial, dos Honorários de Sucumbência de Advocatícios.

**EXEMPLO: JÁ CAIU NA PROVA ANTERIOR-RECLAMAÇÃO TRABALHISTA-COMO IDENTIFICAR A PEÇA**

## **RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS NO EXAME DE ORDEM**

### **EXAME DE ORDEM – XII – ADAPTADO REFORMA TRABALHISTA**

Síntese da entrevista feita com Bruno Silva, brasileiro, solteiro, CTPS: 0010, Identidade: 0011, CPF: 0012 e PIS: 0013, filho de Valmor Silva e Helena Silva, nascido em 20.02.1990, domiciliado na Rua Oliveiras, 150, Cuiabá, CEP: 20000-000; que teve a CTPS assinada e exercia a função de empacotador, na empresa Central de Legumes Ltda., pessoa jurídica de direito privado, localizada na Rua das Acácias, 58, Cuiabá, CEP: 20000-010, recebendo, por último, o salário de R\$ 1.300,00 por mês; que sua tarefa consistia em empacotar congelados de legumes numa máquina adquirida para tal fim.

Em janeiro de 2018 sofreu acidente de trabalho na referida máquina, quando sua mão ficou presa no interior do equipamento.

Foi afastado pelo INSS e recebeu auxílio-doença acidentário. Em junho de 2018, após seu retorno ao trabalho, pediu demissão.

No acidente, sofreu amputação traumática de um dedo da mão esquerda, gerando dano de natureza gravíssima ao trabalhador.

Em razão disso, foi obrigado a se submeter a tratamento médico e psicológico e gastou com os profissionais R\$ 2.500,00 entre honorários e medicamentos, tendo levado consigo os recibos.

No retorno, após comprovada, pelos peritos do INSS, a perda de 20% da sua capacidade laborativa, foi readaptado em outra função.

Quando ocorreu o acidente, a CIPA da empresa foi convocada e verificou que a máquina havia sido alterada pela empresa, que retirou um dos componentes de segurança para que trabalhasse com maior rapidez e, assim, aumentasse a produtividade.

Bruno costumava fazer digitação de trabalhos de conclusão de curso para universitários, ganhando em média R\$ 200,00 por mês. Porém, nos dois meses em que esteve afastado pelo INSS, não teve condição física para realizar essa atividade, que voltou a fazer tão logo retornou ao emprego.

Analisando cuidadosamente o relato feito pelo trabalhador, apresente a peça pertinente à melhor defesa, em juízo, dos interesses dele, sem criar dados ou fatos não informados, considerando que foi procurado 10 dias após a extinção do contrato.

Nos casos em que a lei exigir liquidação de valores, não se faz necessária sua apresentação pelo examinando, pois admite-se que o escritório possui setor próprio ou contratado **especificamente para tal fim. (Valor: 5,00)**

Para resolver a reclamação trabalhista, deverá aplicar o método do Silogismo Jurídico com três parágrafos, **com COMEÇO, MEIO e FIM ou seja Fato, Fundamento e Pedido.**

## **ESTRUTURA DA PEÇA OU PETIÇÃO**

**O DOUTO JUÍZO DA \_\_\_\_\_ VARA DO TRABALHO DE CUIABÁ, MATO GROSSO BRUNO SILVA**, brasileiro, solteiro, empacotador, Identidade: 0011, CPF: 0012, CTPS: 0010, PIS: 0013, filho de Valmor Silva e Helena Silva, residente e domiciliado na Rua Oliveiras, 150, Cuiabá, CEP: 20000-000, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado adiante assinado (procuração anexa), com escritório profissional no endereço completo, onde recebe intimações ou notificações, **com fulcro no art. 840, caput e § 1º, da CLT, PROPOR:**

**RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, pelo rito (...)**

Em face de **CENTRAL DE LEGUMES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o no..., situada na Rua das Acácias, 58, Cuiabá, CEP: 20000-010, pelos motivos de fato e fundamentos de direito que passa expor.

## **I – DOS FATOS**

Síntese da entrevista feita com o Reclamante, brasileiro, que teve a CTPS assinada e exercia a função de empacotador, na empresa reclamada Central de Legumes Ltda., recebendo, por último, o salário de R\$ 1.300,00 por mês; que sua tarefa consistia em empacotar congelados de legumes numa máquina adquirida para tal fim.

O reclamante afirma que durante a prestação de serviços até o ano de 2018, quando pediu demissão, afirmou que durante a prestação de serviços, aconteceram diversas violações ao contrato de trabalho a seguir explanadas.

## **II – DO DIREITO-DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

### **1. DANO MATERIAL – DANO EMERGENTE**

Em janeiro de 2018 sofreu acidente de trabalho na máquina de empacotar congelados, quando sua mão ficou presa no interior do equipamento. No acontecimento, sofreu amputação traumática de um dedo da mão esquerda e se submeteu a tratamento médico e psicológico, gastando com os profissionais R\$ 2.500,00 entre honorários e medicamentos, de acordo com os recibos anexos.

#### **(Fatos)**

Encontram-se presentes os requisitos da responsabilidade civil, previstos nos artigos 186 e 927 do CC/2002, que compreendem: culpa, dano e nexo.

A culpa verifica-se pelo fato de que a máquina havia sido alterada pela empresa, que retirou um dos componentes de segurança para que trabalhasse com maior rapidez e, assim, aumentasse a produtividade.

O dano material (emergente) corresponde a R\$ 2.500,00 entre honorários profissionais e medicamentos, consoante os recibos anexos.

Por fim, o nexo também se verifica, uma vez que o dano decorreu do ato culposo do empregador. **(Fundamento)**

Diante do exposto, requer a condenação da reclamada ao pagamento de indenização pelos danos materiais (danos emergentes) no importe de R\$ 2.500,00. **(Pedido)**

## **2. DANO MATERIAL – PENSÃO VITALÍCIA**

Em razão do acidente referido no item 1, no retorno às atividades, ficou comprovada, pelos peritos do INSS, a perda de 20% da capacidade laborativa do reclamante, o qual foi readaptado em outra função. **(Fato)**

Comprovados os requisitos da responsabilidade civil, nos termos do art. 950 do CC/2002, se dá ofensa resultar defeito que diminua a capacidade de trabalho do ofendido, a este será devida pensão correspondente à importância do trabalho para o qual se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu. **(Fundamento)**

Diante do exposto, requer a condenação do reclamado ao pagamento de pensão vitalícia, no importe de 20% do salário do empregado, por conta da redução da capacidade laborativa. **(Pedido)**

## **3. DANO MATERIAL – LUCROS CESSANTES**

Bruno costumava fazer digitação de trabalhos de conclusão de curso para universitários, ganhando em média R\$ 200,00 por mês. **(Fato)**

Entretanto, nos dois meses em que esteve afastado pelo INSS, não teve condição física para realizar essa atividade, voltando a realizá-la tão logo retornou ao emprego. Comprovados os requisitos da responsabilidade civil, fundamentados nos artigos 402 e 950 do CC/2002, o ofensor deve indenizar o ofendido naquilo que este último razoavelmente deixou de lucrar. **(Fundamento)**

Diante do exposto, requer a condenação da reclamada ao pagamento de R\$ 200,00 por cada mês em que o reclamante esteve afastado pelo INSS. **(Pedido)**

#### **4. DANO EXTRAPATRIMONIAL – DANO MORAL**

Conforme já referido, o reclamante sofreu amputação traumática de um dedo da mão esquerda em acidente ocasionado por culpa da empresa que retirou um dos componentes de segurança da máquina para que trabalhasse com maior rapidez e, assim, aumentasse a produtividade. **(Fato)**

Nos termos dos artigos. 223-B, 223-C e 223-E da CLT, aquele que, por ação ou omissão, ofender a esfera moral do trabalhador deve indenizá-lo.

De acordo com súmula 37 do STJ prevê a cumulação das indenizações por dano material e dano moral oriundo do mesmo fato e artigo 5, V e X da CF/988.

De acordo com a súmula 392 do TST. Conforme estabelece os termos do art. 114, inc. VI, da Constituição da República, a seara da Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas.

No presente caso, o acidente provocou grande sofrimento ao trabalhador por violar a sua integridade física. **(Fundamento)**

Diante do exposto, requer a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido, considerando a natureza gravíssima da ofensa, à luz do art. 223-G, § 1º, IV, da CLT. Ressalte-se que, nos termos do art. 223-F da CLT, a reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo. **(Pedido)**

## 5. DANO EXTRAPATRIMONIAL – DANO ESTÉTICO

Consoante já referido, o Reclamante sofreu amputação traumática de um dedo da mão esquerda em acidente ocorrido por culpa da empresa. **(Fato)**

Nos termos dos artigos. 223-B, 223-C e 223-E da CLT, aquele que, por ação ou omissão, ofender a esfera moral do trabalhador deve indenizá-lo. **(Fundamento)**

No presente caso, verifica-se o dano estético que se caracteriza pela deformidade física e atinge o lado psicológico do indivíduo diminuído na integridade corporal e estética de sua imagem externa. **(Pedido)**

## 6. DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ADVOCATÍCIOS

Portanto, requer a condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios, no importe de 15%, sobre o valor que resultar da liquidação, conforme os termos do art. 791-A da CLT.

### III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

**a)** a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos emergentes, no importe de R\$ 2.500,00; **b)** a condenação da reclamada ao pagamento de lucros cessantes, no valor de R\$ 200,00 por cada mês de afastamento do empregado pelo INSS R\$ .....; **c)** a condenação da reclamada ao pagamento de pensão vitalícia, no importe de 20% do salário do empregado, por conta da redução da capacidade laborativa

..... R\$ .....

**d)** a condenação da reclamada ao pagamento de danos morais e estéticos, no importe de cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido, considerando a natureza gravíssima da ofensa, à luz do art. 223-G, § 1º, IV, da CLT

..... R\$ .....

e) a condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios .... R\$ ...

### **III – DOS REQUERIMENTOS FINAIS**

Diante do exposto, requer:

**a)** a tramitação preferencial do feito, pois, nos termos do art. 9º, VII, da Lei nº 13.146/2015, nos dissídios em que figurar pessoa com deficiência, o feito deve tramitar de forma preferencial;

**b)** a notificação da reclamada para oferecer resposta à reclamação trabalhista, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato; **c)** a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial a prova documental, o depoimento pessoal e a oitiva de testemunhas; e

**d)** por fim, requer o acolhimento da preliminar, deferindo a tramitação preferencial do feito e a procedência dos pedidos com a condenação da reclamada ao pagamento das verbas pleiteadas, acrescidas de juros e correção monetária.

**Dá-se a causa o valor de R\$......** correspondente a somatória dos valores dos pedidos.

Nestes termos;

Pede deferimento;

Local e data;

Advogado (a).....

OAB/n.....

**Teses** – deverá requerer a condenação da reclamada ao pagamento das verbas rescisórias e que os pedidos sejam julgados todos procedentes.

## DA QUESTÕES DISCURSIVAS

### QUESTÕES DISCURSIVAS

**Questão 01.** Em ação trabalhista, a parte reclamante postulou a condenação da empresa reclamada ao pagamento de horas extraordinárias e sua projeção nas parcelas contratuais e rescisórias especificadas na inicial.

Ao pregão da Vara Trabalhista respondeu o empregado-reclamante, assistido do seu advogado.

Pela empresa, compareceu o advogado, munido de procuração e defesa escrita, que explicou ao juiz que o preposto do empregador-reclamado estaria retido no trânsito, conforme telefonema recebido.

Em face dessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, às indagações a seguir.

**A)** O juiz deve receber a defesa e os documentos apresentados pelo advogado da reclamada? (Valor: 0,65)

**Resposta/Gabarito:** Nos termos do art. 844, § 5º, da CLT, ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

**B)** O preposto precisa ser empregado da empresa? (Valor: 0,60)

**Resposta/Gabarito:** À luz do art. 843, § 3º, da CLT 2, o preposto não precisa ser empregado da empresa.

**Questão: 02.** Um ex-empregado ajuíza reclamação trabalhista contra a ex-empregadora (a empresa “A”) e outra que, segundo alega, integra o mesmo grupo econômico (a empresa “B”).

Em defesa a empresa “A” afirma que pagou tudo ao reclamante, nada mais lhe devendo, enquanto a empresa “B” sustenta sua ilegitimidade passiva, negando a existência de grupo econômico. Considerando que: 1) as reclamadas possuem advogados

QUESITOS AVALIADOS	FAIXA DE VALORES	NOTA
<b>ITEM A.</b> Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados (0,55). Citação do art. 844, § 5º, da CLT (0,10).	0,00/ 0,55/ 0,65	
<b>ITEM B.</b> O preposto não precisa ser empregado da empresa. (0,50). Citação do art. 843, § 3º, da CLT (0,10).	0,00/ 0,50/ 0,60	

1 As questões reunidas neste capítulo estão dispostas conforme a ordem dos exames. O leitor que estiver utilizando o livro para acompanhamento do nosso curso de 2ª fase encontrará as questões trabalhadas em aula aqui, porém, em uma ordem diferente da adotada no curso.

2 **Art. 12, IN 41/2018, TST.** Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017.

diferentes e estes pertencem a escritórios de advocacia diferentes; 2) não se trata de PJe; 3) que o pedido foi julgado procedente, condenando-se solidariamente as rés; e 4) que a empresa “A” recorreu efetuando o recolhimento das custas e depósito recursal, responda às indagações a seguir.

**A)** O prazo para recurso das empresas é diferenciado, haja vista terem procuradores diferentes? Como é contado o prazo? (Valor: 0,65)

**Resposta/Gabarito:** Mesmo possuindo procuradores diferentes, o prazo não será diferenciado, porque o TST entende que o disposto no art. 229 do CPC é inaplicável ao processo do trabalho, conforme OJ nº 310 da SDI-1 do TST. Os prazos são contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, como determina o art. 775 da CLT.

**B)** A empresa “B” deverá efetuar depósito recursal para viabilizar o recurso, no qual insistirá na sua absolvição por não integrar com a litisconsorte um grupo econômico? (Valor: 0,60)

**Resposta/Gabarito:** Será desnecessário o depósito recursal pela empresa “B”, pois a condenação foi solidária e já houve o recolhimento pela empresa “A”, que não requereu sua exclusão da lide, sendo assim, o depósito por ela feito poderá ser aproveitado pela empresa “B”, na forma da Súmula 128, III, do TST.

QUESITOS AVALIADOS	FAIXA DE VALORES	NOTA
ITEM A. Mesmo possuindo procuradores diferentes, o prazo não será diferenciado, porque o TST entende que o disposto no art. 229 do CPC é inaplicável ao processo do trabalho. Os prazos são contados em dias úteis. (0,55). Citação da OJ 310, da SDI-1, do TST e do art. 775, da CLT (0,10).	0,00/ 0,55/ 0,65	

**Questão 03.** Reginaldo ingressou com ação contra seu ex-empregador, e, por não comparecer à audiência, o feito foi arquivado. Trinta dias após, ajuizou nova ação com os mesmos pedidos, mas dela desistiu porque não mais nutria confiança em seu advogado, o que foi homologado pelo magistrado. Contratou um novo profissional e, 60 dias depois, comandou novamente, mas, por não ter cumprido exigência determinada pelo juiz para emendar a petição inicial, o feito foi extinto sem resolução do mérito. Com base no relatado, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

**A)** Para propor uma nova ação, Reginaldo deverá aguardar algum período? Em caso afirmativo, qual seria? (Valor: 0,65)

**Resposta/Gabarito:** Não, pois não ocorreram dois arquivamentos seguidos da reclamação trabalhista por não comparecimento em audiência, hipótese que implicaria a perda do direito de ajuizamento de nova ação pelo prazo de 6 meses, nos termos do art. 732 da CLT.

**B)** Quais são as hipóteses que ensejam a perempção no processo do trabalho? (Valor: 0,60)

**Resposta/Gabarito:** Ocorre perempção no processo do trabalho quando o reclamante dá causa a dois arquivamentos seguidos por ausência à audiência inaugural, nos termos do art. 732 da CLT, e

QUESITOS AVALIADOS	FAIXA DE VALORES	NOTA
<p><b>ITEM A.</b> Não, pois não ocorreram dois arquivamentos, o que afasta a perda do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho pelo prazo de 6 meses (0,40). Citação do art. 732 da CLT (0,25).</p>	0,00/ 0,40/ 0,65	
<p><b>ITEM B.</b> Quando o reclamante dá causa a dois arquivamentos por ausência à audiência inaugural (0,25), nos termos do art. 732 da CLT (0,05) e quando distribui reclamação verbal, mas não comparece à Secretaria da Vara, em 5 dias, sem justificativa, para reduzi-la a termo (0,25), conforme art. 731 da CLT (0,05).</p>	0.00/ 0,25/0,30/ 0,50/0,55/ 0,60	

quando distribui reclamação verbal, mas não comparece à Secretaria da Vara, em 5 dias, sem justificativa, para reduzi-la a termo, conforme estabelece o art. 731 da CLT.

**Questão 04. (OAB/FGV – XV EXAME - adaptada)** Determinado empregado ajuizou ação trabalhista em face de seu empregador (empresa de serviço fornecedora de mão de obra na área de limpeza), logo após haver sido dispensado. Na ação aduziu que era detentor de estabilidade decorrente de doença acidentária, supostamente causada pelo trabalho. Para tanto, juntou aos autos carta de concessão de benefício previdenciário por doença comum, não produzindo qualquer outra prova. A empregadora ré apenas negou que a doença era decorrente do trabalho desempenhado. Sobre o caso apresentado, utilizando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso, responda aos itens a seguir.

**A)** Indique, sob o aspecto da distribuição do ônus da prova, a quem caberia comprovar se a doença do empregado decorre ou não do trabalho. **(Valor: 0,65)**

**Resposta/Gabarito:** O ônus da prova cabe à parte autora, pois se trata de fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 818, I, da CLT.

**B) Qual o outro meio de prova passível de utilização no caso em tela? (Valor: 0,60)**

**Resposta/Gabarito:** O nexo de causalidade precisa ser demonstrado por meio de prova pericial médica, nos termos do art. 156 do CPC, segundo o qual: “O juiz será assistido por perito

QUESITOS AVALIADOS	FAIXA DE VALORES	NOTA
ITEM A. O ônus da prova cabe à parte autora (0,35), pois se trata de fato constitutivo de seu direito OU alegado pelo autor (0,20). Indicação do art. 818, I, da CLT (0,10).	0,00/ 0,20/ 0,30/ 0,35/ 0,45 /0,55 / 0,65	
ITEM B. Prova pericial (0,50). Indicação do art. 156 do CPC (0,10).	0,00/ 0,50/ 0,60	

quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.”

## COMO IDENTIFICAR A PEÇA OU PETIÇÃO DA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA NO ENUNCIADO DA FGV/OAB 2ª EXAME DE ORDEM

**1º sínteses.** Portanto deve ressaltar que para identificar uma contestação trabalhista, verifique se o enunciado informa que **já existe um processo em andamento na Vara do Trabalho no Estado Tal, fornecendo o número do processo, xxxx0001,999**, a vara onde tramita e o **nome da Empresa Reclamada que será defendida.**

Você também deve procurar informações sobre a reclamação trabalhista ajuizada pelo ex-empregado e a necessidade **de apresentar uma defesa escrita, ou seja, uma Contestação Trabalhista para** a Empresa Sociedade Empresária TNT Ltda, que

geralmente procura você profissional Advogado Habilitado para resolver um problema.

**2º Sínteses.** Portanto no Exame de ordem haverá a informação de que houve a propositura da petição inicial e que houve a citação do Reclamado e, normalmente o cliente é sempre o Empregador

**1º PRIMEIRO PASSO PARA FAZER A IDENTIFICAÇÃO, SÃO OS SINAIS DE UMA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA:**

**Sinais de uma Contestação Trabalhista:**

**I DA EXISTÊNCIA DE UM PROCESSO EM ANDAMENTO NO ENUNCIADO:**

O enunciado indica que uma ação trabalhista já foi ajuizada e está em curso, na Vara do Trabalho da comarca Tal e no Estado X onde tramita, sob e o número do Processo e o **nome da Empresa Reclamada que será defendida.**

**II DO FORNECIMENTO DE DADOS DO PROCESSO NO ENUNCIADO:**

Portanto, será apresentado o número do processo, à Vara onde o processo tramita e o Comarca e Estado XXX a qual parte será representada (geralmente uma empresa reclamada).

**III DO FOCO NA DEFESA NA CONTESTAÇÃO:**

A empresa (ré) busca o advogado para defender-se das acusações feitas pelo ex-empregado Reclamante em uma ação ajuizada pelo autor chamada de petição de Reclamação inicial ao juízo de primeiro grau, apresentando sua matéria de defesa.

**Teses** - os pedidos devem ser julgados todos improcedentes postulados pelo reclamante.

**IV DO CONTEXTO DE RESPOSTA A UM AUTOR:**

**A contestação** é a resposta do **Réu ou conhecido da reclamada** a uma petição inicial, ou seja, a reclamação trabalhista ajuizada pelo ex-empregado postulando vários pedidos em que requereu seu julgamento de procedências a todos.

## **V DA NECESSIDADE DE ARGUMENTAÇÃO DE DEFESA:**

**Aqui onde** o examinado deverá desenvolver suas teses processuais com um raciocínio jurídico na base do método do Silogismo jurídico, **com três parágrafos com COMEÇO, MEIO e FIM ou seja Fato, Fundamento e Pedido.**

O problema apresentará as alegações do autor que precisam ser contestadas, com a empresa precisando apresentar sua defesa jurídica e material. Deverá fazer **UM TÓPICO** para cada tese tratada no bojo ou trecho da petição ou peça processual.

## **VI COMO SE PREPARAR NA IDENTIFICAÇÃO DA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA:**

### **Do Foque nos Elementos Concretos:**

Portanto, a identificação da peça é feita pelo enunciado o contexto que o examinador fornece, com detalhes como o cliente sempre é a Empresa ou Empregador, fornece os dados da Vara do Trabalho, comarca e o Estado, número do processo e a parte autora reclamante já qualificada na petição inicial que será defendida.

Para identificar uma contestação trabalhista, verifique se o enunciado informa que já existe um processo em andamento, fornecendo o número do processo, à vara onde tramita e o nome da empresa que será defendida. Você também deve procurar informações sobre a reclamação trabalhista ajuizada pelo ex-empregado e a necessidade de apresentar uma defesa escrita para a empresa, que geralmente procura o profissional para resolver um problema.

## **VII DA OBSERVAÇÃO A DESCRIÇÃO DOS FATOS:**

Entretanto, o enunciado trará informações sobre os fatos e os pedidos do reclamante (ex-empregado), que serão o objeto da defesa. O advogado deverá pedir que seja os julgados todos improcedentes;

Diante do exposto requer o reclamado a improcedência do pedido do pagamento das horas extras postuladas pelo reclamante.

## VIII DA IDENTIFIQUE O PAPEL DO ADVOGADO:

A empresa procura o advogado para resolver um problema decorrente de uma ação trabalhista já movida, indicando a necessidade de apresentar uma defesa.

O advogado deve apresentar uma **contestação**, **Defesa do réu** ou do **Defesa do reclamado** escrita até o dia da audiência e requerer pela **improcedência de todos os pedidos pleiteados** pelo reclamante.

## CONTESTAÇÃO OU RESPOSTA DO RECLAMADO OU DEFESA RÉUS

São respostas do réu: a contestação e as exceções de incompetência, de suspeição e de impedimento.

### ESTRUTURA DA CONTESTAÇÃO

Endereçamento do juízo O primeiro passo para elaborar uma contestação é endereçá-la ao juízo competente.

A contestação deve ser dirigida ao juízo em que está tramitando a reclamação trabalhista, da seguinte maneira:

**AO DOUTO JUÍZO DA \_\_\_\_\_ VARA DO TRABALHO DE \_\_\_\_\_**

### Da Qualificação da parte reclamada

O segundo passo é incluir a qualificação das partes, a indicação do fundamento legal da peça processual (**art. 847 da CLT**) e da sua denominação. Vejam:

AO DOUTO JUÍZO DA \_\_\_\_\_ VARA DO TRABALHO DE \_\_\_\_\_

Processo nº \_\_\_\_\_

**NOME DO RECLAMADO**, qualificação e endereço completos, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado adiante assinado (procuração anexa), com escritório profissional no endereço completo, onde recebe intimações e notificações, **com fulcro no art. 847 da CLT c/c 769 da CLT**,  
**OFERECER:**

### **CONTESTAÇÃO**

Em face da reclamação trabalhista que lhe move ou ajuizada pelo **NOME DO RECLAMANTE**, já qualificado nos autos em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

### **I DOS FATOS**

**VOCÊ** foi procurado pela Empresa Sociedade Empresária DNK Ltda, para uma consulta jurídica, **informando que recebeu uma Citação da Vara do Trabalho, sob o número do processo, da comarca do Estado XXX**, em verificado as informações se tratava de uma ação ajuizada pelo ex-empregado no dia Tal, mês, tal ano de 2025.

O Reclamante autor narrou a breve exposição dos fatos na petição inicial e **pleiteou vários pedidos certo, determinado e com indicação de seu valor** e requereu a procedência de todos. Ainda o autor afirma que durante a prestação de serviços aconteceram diversas violações ao contrato de trabalho pela reclamada, pelos motivos de fato e fundamento a seguir expostos.

## II – PRELIMINAR DE MÉRITO

### 1. DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

Na petição inicial da reclamação trabalhista consta o pedido de condenação do reclamado ao pagamento de indenização por danos morais, sem a indicação de qualquer causa de pedir. **(Fato)**

Segundo estabelece o art. 330, § 1º, I, do CPC, a petição inicial será inepta quando lhe faltar o pedido ou causa de pedir. Quanto ao pedido de indenização por danos morais, a petição inicial apresenta apenas o pedido, estando ausente a causa de pedir, sendo, portanto, inepta neste particular. Esclarece-se que a inépcia da petição inicial é matéria que deve ser tratada em preliminar de contestação, nos termos do art. 337, IV, do CPC. **(Fundamento)**

Diante do exposto, requer a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos deste artigo. 485, I, e 330, § 1º, I, do CPC (indeferimento da petição inicial), quanto ao pedido de indenização por danos morais. **(Pedido)**

## III – DA PRELIMINAR DE MÉRITO

### 2. DA Perempção

O reclamante deu causa a dois arquivamentos seguidos do processo por não comparecer à audiência e, trinta dias depois, ajuizou uma terceira reclamação trabalhista igual. **(Fato)**

Consoante instituem os artigos 732 e 844 da CLT, incorrerá na pena de perda do direito de ajuizar nova reclamação trabalhista pelo prazo de 6 (seis) meses aquele que, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento da reclamação trabalhista por não comparecer à audiência, sendo essa uma das hipóteses de perempção no Processo do Trabalho. Esclarece-se que a perempção é matéria que deve ser tratada em preliminar de contestação, com base no art. 337, V, do CPC. **(Fundamento)**

Diante disso, requer a extinção do processo sem resolução do mérito, à luz do art. 485, V, do CPC. Sucessivamente, caso não seja

acolhida a preliminar, requer a análise dos demais itens a seguir expostos. **(Pedido)**

## IV DA PREJUDICIAL DE MÉRITO

### 1 DA PRESCRIÇÃO BIENAL

II – PREJUDICIAL DE MÉRITO

1. Prescrição bienal

O Reclamante postulou o pagamento das verbas rescisórias oriundas do contrato de trabalho extinto no dia 02/02/2014 em reclamatória ajuizada no dia 20/04/2017. (Fu [redacted])

Segundo os artigos 7º, XXIX, da CRFB/88; 11 da CLT e a Súmula 308, I, do TST, opera-se a prescrição bienal, o ajuizamento de reclamatória trabalhista, após o prazo de 2 (dois) anos contados do término do contrato de trabalho. A ação in casu ultrapassou o limite legal, estando, portanto, prescrita. (Fu [redacted])

Diante do exposto, requer a extinção do processo com resolução do mérito, com base no artigo 487, II, do CPC. (Pe [redacted])

Exemplo:

Títulos relacionados

17:04  
28/09/2025

## DA PREJUDICIAL DE MÉRITO

### 2 DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

[redacted]  
[redacted]  
[redacted]

[redacted]

[redacted]

[redacted]

II – PREJUDICIAL DE MÉRITO

1. Prescrição quinquenal

O Reclamante ajuizou a reclamatória trabalhista em 07/08/2009 postulando verbas que retroagem ao início do contrato de trabalho, em 07/08/2001. (Fato)

Segundo os artigos 7º, XXIX, da CRFB/88 e 11 da CLT, as verbas trabalhistas prescrevem em 5 (cinco) anos, contados da data do ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 308, I, do TST. (Fundamento)

Diante do exposto, requer a extinção do processo com resolução do mérito, à luz do artigo 487, II, do CPC, quanto às verbas postuladas anteriores aos últimos cinco anos contados da data do ajuizamento da ação, ou seja, anteriores a 07/08/2004. (Pedido)

## V DO MÉRITO

### 1 DAS HORAS EXTRAS

III – MÉRITO

1. Das horas extras

O Reclamante postulou o pagamento de horas extras, acrescidas do adicional de 50% (cinquenta por cento), bem como seus reflexos. (Fato)

Não assiste razão ao Reclamante, pois as horas extras pleiteadas foram devidamente compensadas em seguida, conforme o prévio acordo individual escrito firmado entre as partes.

Destaca-se que, nos moldes do artigo 59, § 1º, a compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual, tácito ou escrito, sendo assim, as horas extras postas são indevidas. (Fundamento)

Diante do exposto, requer a improcedência do pedido do Reclamante, bem como os seus reflexos. (Pedido)

## 2 DA ALTERAÇÃO DA JORNADA

2. Da alteração de jornada

O Reclamante postulou o pagamento de adicional noturno e reflexos a partir de janeiro de 2017, tendo em vista que foi transferido do período noturno para o diurno e o empregador retirou-lhe o adicional. (F [redacted])

Não assiste razão ao Reclamante, pois a Súmula 265 do TST autoriza a transferência do empregado para o período diurno com a perda do respectivo adicional. O Tribunal sustenta que tal alteração é mais benéfica para a saúde do trabalhador. (Fu [redacted])

Diante do exposto, requer a improcedência do pedido do Reclamante, bem como os seus reflexos. (Pe [redacted])

Titulos relacionados

17:24 28/09/2025

## VI DOS REQUERIMENTOS FINAIS

6. Requerimentos finais

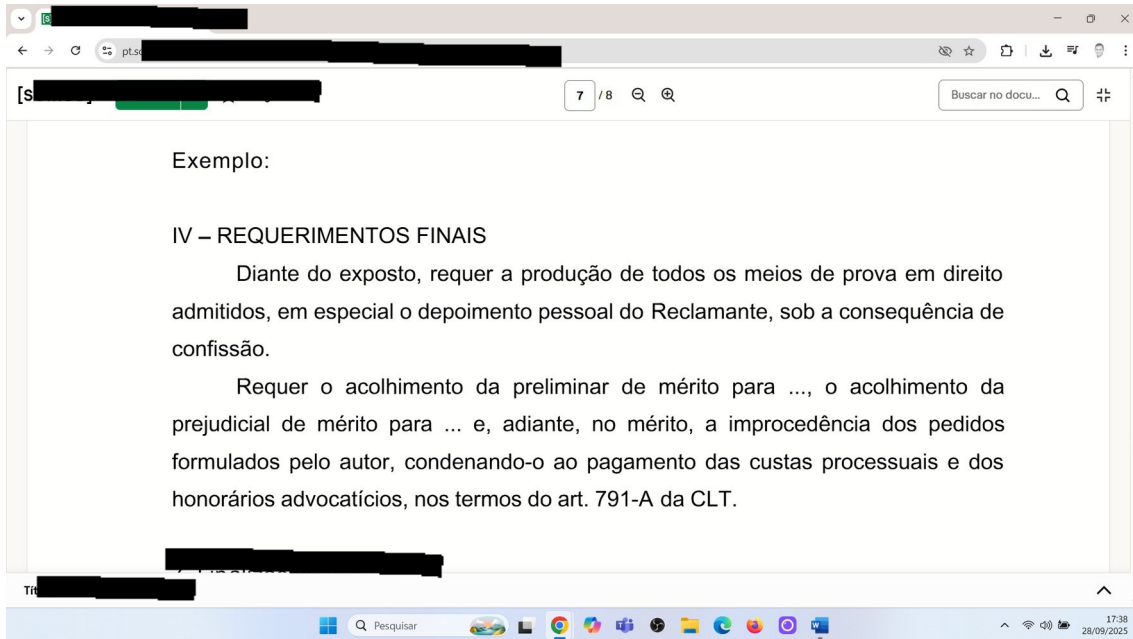
- Produção de todos os meios de prova em direito admitidos;
- Acolhimento das preliminares e das prejudiciais arguidas;
- No mérito, a improcedência dos pedidos formulados e a condenação do reclamante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 791-A da CLT.

Exemplos: [redacted]

Titulos relacionados

17:33 28/09/2025

## SEGUNDO EXEMPLO DE REQUERIMENTOS FINAIS DA CONTESTAÇÃO TRABALHISTA



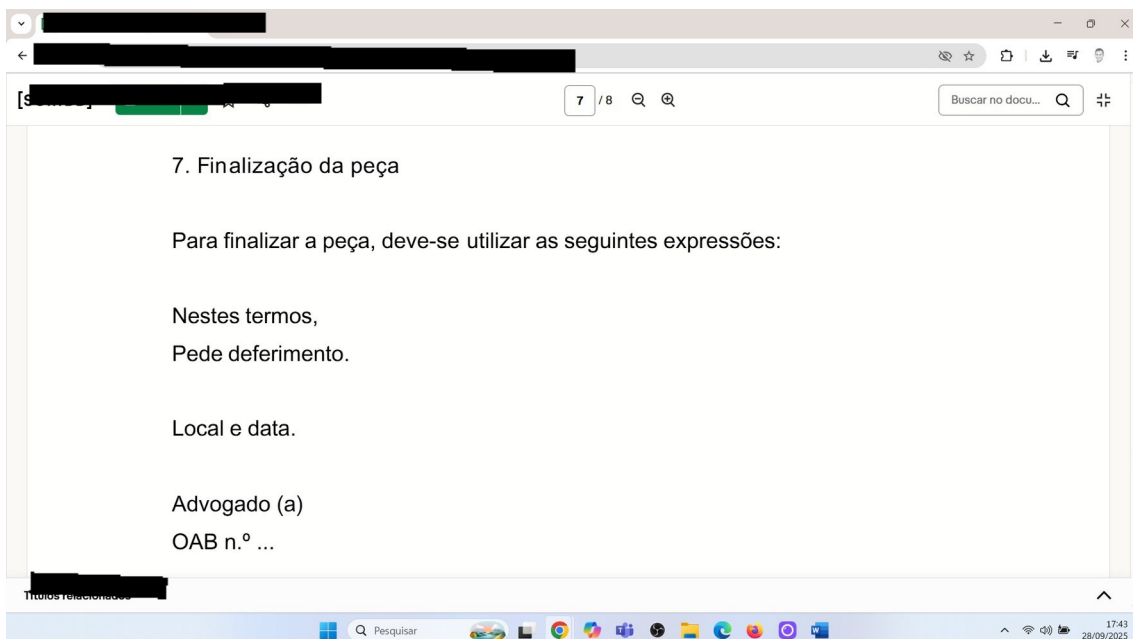
Exemplo:

IV – REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial o depoimento pessoal do Reclamante, sob a consequência de confissão.

Requer o acolhimento da preliminar de mérito para ..., o acolhimento da prejudicial de mérito para ... e, adiante, no mérito, a improcedência dos pedidos formulados pelo autor, condenando-o ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 791-A da CLT.

## DO FECHAMENTO OU ENCERRAMENTO DA PEÇA



7. Finalização da peça

Para finalizar a peça, deve-se utilizar as seguintes expressões:

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Local e data.

Advogado (a)  
OAB n.º ...

## COMO IDENTIFICAR A PEÇA OU PETIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA NO ENUNCIADO DA FGV/OAB 2ª EXAME DE ORDEM

### 1º EXEMPLO:

Portanto, **sim identifica-se a peça como recurso ordinário trabalhista quando a mesma** é uma contestação de uma sentença de primeira instância proferida por uma Vara do Trabalho, com o objetivo de que a matéria seja analisada pelo **Tribunal Regional do Trabalho (TRT)**. **A peça é interposta em função da insatisfação da parte com a decisão de primeiro grau e deve ser apresentada no prazo de 8 dias úteis após a publicação da sentença.**

### 2º EXEMPLO:

Deve salientar com muita atenção o enunciado quando apresenta um argumento que o reclamante ou o reclamado afirmando que houve um processo procurou você como advogado, relatando ou narrando os fatos que houve um ajuizamento de uma reclamação trabalhista e já foi contestado e a pós audiência de **instrução foi prolatada ou proferido uma sentença ou uma decisão nos autos da reclamação trabalhista que julgou** procedente/improcedente os pedidos. A respeitável sentença não deve prosperar, razão pela qual requer sua reforma, pelos motivos de fato e fundamento de direito a seguir expostos.

### 3º EXEMPLO:

O último ato processual é uma sentença do juiz ou de um acórdão do TRT em Processo de Sua Competência Originária. **O último ato processual em uma instância inicial é a sentença, proferida ou prolatada por um juiz nos autos da reclamação trabalhista, e o acórdão é a decisão colegiada (de múltiplos julgadores) de um tribunal (TRT). O Recurso Ordinário serve para contestar a sentença** que não foi favorável a uma das partes Recorrente (recorrente poderá ser o Reclamado ou o reclamante), levando o caso a ser julgado pelo TRT.

## VEJAM ESTRUTURA DO RECURSO ORDINÁRIO

The screenshot shows a document viewer interface. At the top, there is a search bar with the text "Buscar no docu...". Below the search bar, the document content is displayed. The title "ESTRUTURA DO RECURSO ORDINÁRIO" is prominently shown in blue. The main text explains that the ordinary appeal consists of a cover sheet and a sheet of reasons. The cover sheet is directed to the judge *a quo* for the first examination of admissibility prerequisites (legitimacy, capacity, interest in the case, timeliness, deposit, costs, and regularity of representation, among others). Once these prerequisites are met, the judge *a quo* receives the appeal and opens the case to the other party to present **contrarrazões no prazo de 8 (oito) dias, conforme estabelece o art. 900 da CLT**, and then forwards the case to the judge *ad quem*, who will analyze the merits and decide on the appeal.

## Da folha de rosto 1º peça endereçada ao juiz recorrido que prolatou ou proferiu a decisão

The screenshot shows a document viewer interface. At the top, there is a search bar with the text "Buscar no docu...". Below the search bar, the document content is displayed. The title "RAFAEL TONASSI, RENATO SARAIVA E" is prominently shown in blue. The main text explains that the cover sheet is addressed to the judge who issued the appealed decision, who will analyze the admissibility prerequisites and the requirement of intimation of the other party to present *contrarrazões*. The sheet of reasons, in turn, is the appeal itself. It can be composed of the following topics:

- I. Preliminares de Mérito;
- II. Prejudiciais de Mérito;
- III. Mérito;
- IV. Requerimentos Finais.

Em síntese:

[Redacted text]

A folha de razões, por sua vez, é o recurso propriamente dito. Pode ser composta pelos seguintes tópicos:

- I. Preliminares de Mérito;
- II. Prejudiciais de Mérito;
- III. Mérito;
- IV. Requerimentos Finais.

**Em síntese:**

```
graph TD; A[RECURSO ORDINÁRIO] --> B[Folha de Rosto (Juízo a quo)  
Pressupostos de Admissibilidade (intrínsecos e extrínsecos)]; A --> C[Folha Razões (Juízo ad quem)  
I. Preliminares de Mérito  
II. Prejudiciais de Mérito  
III. Mérito  
IV. Requerimentos Finais];
```

Títulos relacionados

a) **Depósito Recursal:** recolhido, no valor de R\$ ..., no prazo do recurso, por meio da guia GFIP, nos termos da súmula 245 e 426 do TST.

b) **Custas Processuais:** recolhidas no valor de R\$ ..., correspondentes a 2% do valor da condenação, no prazo do recurso, por meio da guia GRU anexa, nos termos do artigo 789, I da CLT.

Diante do exposto, requer o **recebimento** do presente recurso, a intimação da outra parte para apresentar contrarrazões ao recurso ordinário no prazo de 8 dias, nos termos do artigo 900, CLT e a posterior remessa ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da ... Região.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Local e Data.

Advogado

OAB n°

Títulos relacionados

## FOLHA DAS RAZÕES RECURSAIS

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA \_\_\_\_ REGIÃO.

**RAZÕES DO RECURSO ORDINÁRIO**

A respeitável sentença não merece ser mantida, razão pela qual requer a sua reforma.

**I – PRELIMINAR DE MÉRITO**

**II – PREJUDICIAL DE MÉRITO**

**II – MÉRITO**

O juiz julgou procedente (improcedente) o pedido .... (**Fatos**)

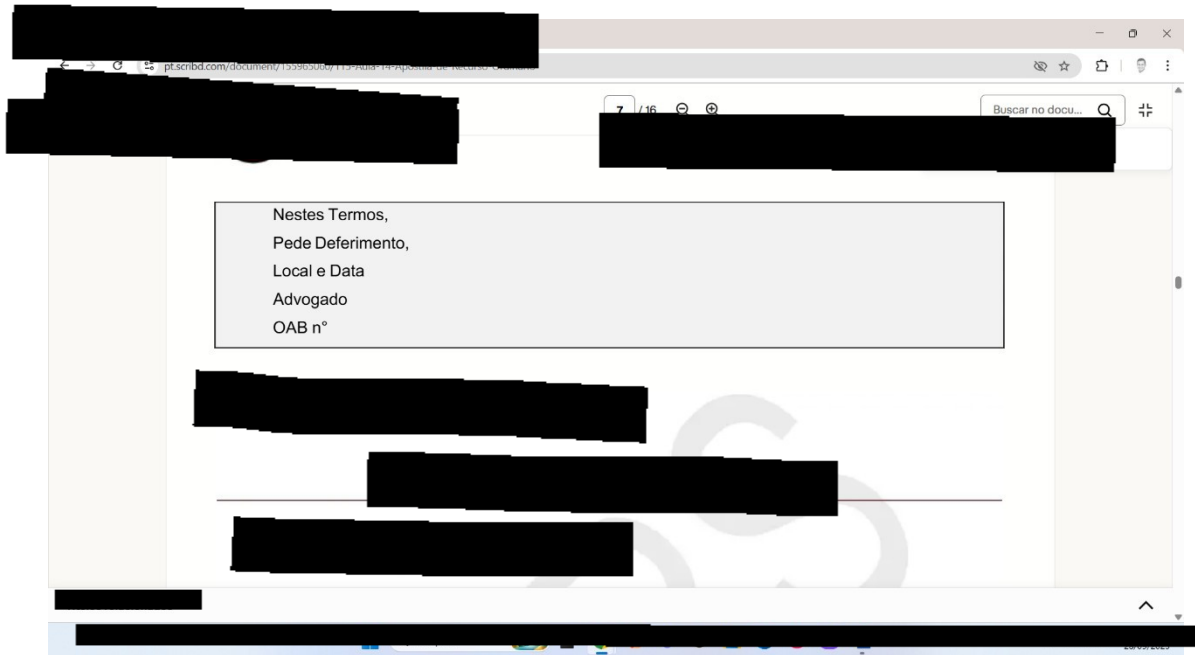
A sentença não merece ser mantida, pois ... (**Fundamentos**)

Diante do exposto, requer a reforma da sentença para ... (**Pedido**)

**IV - REQUERIMENTOS FINAIS**

Títulos relacionados

## DO FECHAMENTO OU ENCERRAMENTO DA PEÇA DO RECURSO ORDINÁRIO



**Nestes termos;**

**Pede deferimento;**

**Local e data;**

**Advogado.....**

**OAB/n.....**

**ANALISAMOS A PEÇA DE RECURSO ORDINÁRIO  
TRABALHISTA**

Esperamos que tenham um bom resultado com essas grandes e valiosas dicas da segunda fase do exame de ordem.

**DICA! RECOMENDAMOS ESSE DE UM LIVRO DIREITO DO  
TRABALHO DE 2ª FASE DO EXAME DA OAB EM DIREITO DO  
TRABALHO PARA O EXAME DE ORDEM**



**Esse livro encontra em formato físico e e-book**

**O livro Encontra esse livro no site da editora Dialética, clique no link abaixo**

[https://loja.editoradialetica.com/?gad\\_source=1&gad\\_campaign\\_id=20968788201&gbraid=0AAAAAC2rE58bR8DQopN9ID7AjLt2V269z&gclid=CjwKCAjwuePGBhBZEiwAIGCVS7FhPmJRHxueGlThmhe\\_2\\_n-0Tf0Z8lis5hILf5RYS20G1kPg2eORoC-gYQAvD\\_BwE](https://loja.editoradialetica.com/?gad_source=1&gad_campaign_id=20968788201&gbraid=0AAAAAC2rE58bR8DQopN9ID7AjLt2V269z&gclid=CjwKCAjwuePGBhBZEiwAIGCVS7FhPmJRHxueGlThmhe_2_n-0Tf0Z8lis5hILf5RYS20G1kPg2eORoC-gYQAvD_BwE)

## COMO IDENTIFICAR A PEÇA DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 2ª FASE EXAME DE ORDEM

Entretanto, sim para identificar a Ação de Consignação em Pagamento na 2ª Fase do Exame de Ordem Direito do Trabalho, você deve procurar por situações em que o **devedor deseja pagar** ou entregar um bem, **(Geralmente é a Empresa Consignante)** mas encontra dificuldades por motivo de recusa do credor, **(Geralmente é o Empregado)** pluralidade de credores, ou incerteza de quem é o verdadeiro credor. O enunciado geralmente descreverá um credor que não quer receber ou um devedor que quer pagar algo que está em débito, sendo a peça **uma petição inicial**, nos termos dos **artigos 539 a 549 do CPC/2015**, por força do artigo 769 da CLT e artigo 15 do CPC/2015.

## MODELO DE ENUNCIADO DE AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-JÁ CAIU NO EXAME ANTERIOR DA FGV/OAB X EXAME DE ORDEM UNIFICADO (2013.1) ATUALIZADA REFORMA TRABALHISTA

**Zenga Modas Ltda.**, CNPJ 1.1.0001/00, com sede na Rua Lopes Quintas, 10 – Maceió – AL, encontra-se na seguinte situação: Joana Firmino, brasileira, casada, costureira, residente na Rua Lopes Andrade, 20 – Maceió – AL – CEP 10.0001-00, foi contratada pela, em 12.09.2008, para exercer a função de costureira, na unidade de Maceió - AL, sendo dispensada sem justa causa em 11.10.2012, mediante aviso prévio indenizado. Naquele dia Joana entregou a CTPS à empresa para efetuar as atualizações de férias, e tal documento ainda se encontra custodiado no setor de recursos humanos.

Joana foi cientificada de que no dia 15.10.2012, às 10:00 h, deveria comparecer na empresa para receber as verbas rescisórias. Contudo, na data e hora designadas, a empregada não compareceu.

Procurado por Zenga Modas Ltda. em 17.10.2012, apresente a medida judicial adequada à defesa dos interesses empresariais, sem criar dados ou fatos não informados, ciente de que a empregada frui férias dos períodos 2008/2009 e 2009/2010 e de que, no armário dela, foi encontrado um telefone celular de sua propriedade, que se encontra guardado no almoxarifado da empresa.

**AO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_ VARA DE TRABALHO DA REGIÃO DE MACEIÓ/AL**

**ZENGA MODAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita CNPJ nº XXXXX,

com sede na Rua Lopes Quintas, nº 10, Bairro xxx, CEP xxx, e-mail xxx, na Cidade

Maceió/AL, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado infra assinado (Procuração em anexo), com a indicação do endereço profissional onde recebe as intimações e notificações, com fundamento nos artigos 539 a 549 do CPC, PROPOR:

**AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**

**Em face de JOANA FIRMINO**, brasileira, casada, costureira, portadora do CPF sob o

nº xxx, RG nº xxx, Titular da CTPS nº xxx, Série xxx, residente e domiciliada na Rua

Lopes Andrade, nº 20, Bairro, xxx, CEP xxxxx, e-mail, xxx, Cidade DE Maceió/AL (Endereço completo), pelos seguintes motivos de fatos e fundamentos e direito a seguir expostos:

**AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**

Em face de JOANA FIRMINO, brasileira, casada, costureira, portadora do CPF sob o

nº xxx, RG nº xxx, Titular da CTPS nº xxx, Série xxx, residente e domiciliada na Rua

Lopes Andrade, nº 20, Bairro xxx, CEP xxxxx, e-mail xxx, cidade DE Maceió/

AL (Endereço completo), pelos seguintes fatos e fundamentos a seguir expostos:

## **I DOS FATOS**

A consignatária foi contratada pela, em 12.09.2008, para exercer a função de costureira, na unidade de Maceió - AL, sendo dispensada sem justa causa em 11.10.2012, mediante aviso prévio indenizado. Naquele dia Joana entregou a CTPS à empresa para efetuar as atualizações de férias, e tal documento ainda se encontra custodiado no setor de recursos humanos da empresa.

Joana foi cientificada de que no dia 15.10.2012, às 10:00 h, deveria comparecer na empresa para receber as verbas rescisórias. Contudo, na data e hora designadas, a empregada não compareceu.

A empregada fez férias dos períodos 2008/2009 e 2009/2010 e de que, no armário dela, foi encontrado um telefone celular de sua propriedade, que se encontra guardado em posse da empresa.

## **II DO MÉRITO**

Considerando a recusa da consignatária em receber as verbas devidas pela ruptura contratual e a recuperação dos seus bens pessoais que ficaram sob a custódia da empresa, não restou à consignante outra alternativa.

Portanto, considerando que a consignatária foi dispensada sem justa causa são devidas as seguintes verbas rescisórias, cuja consignação desde de já, se requer;

### **1º DAS VERBAS SERES CONSIGNADAS**

- a)** Saldo de salário (11 dias), no valor de R\$......
- b)** Aviso prévio (42 dias), no valor de R\$......
- c)** 13º décimo terceiro salário proporcional (11/12), no valor de R\$.....

- d) Férias em dobro de 2010/2011 mais um terço 1/3, no valor de R\$......
- e) Férias simples + 1/3 (2011/2012), no valor de R\$......
- f) Férias proporcionais (2/12) +1/3, no valor de R\$......
- g) Multa dos 40% do FGTS, no valor de R\$......

Total devido de R\$......

## **2º DA CONSIGNAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

Portanto é devido a consignação dos documentos necessários como as guias do saque dos depósitos do FGTS e do seguro desemprego conforme o artigo 3 da lei 7.998/1990 e artigo 477, § 10. Da CLT.

Entretanto encontra-se em posse da empresa a CTPS da consignatária e o seu aparelho telefone celular, ocorre que por essa razão a consignante requer a o depósito de ambos objetos pessoais em juízo.

## **III DOS PEDIDOS**

Diante do exposto requer

- a) requer o deferimento do depósito dos valores referidos as verbas rescisórias devidas, do aparelho telefone celular e da CTPS no prazo de 5 dias conforme determina o artigo 542, I, do CPC/2015;
- b) requer a notificação da consignatária para levantar os valores, e o aparelho telefone celular, CPTS depositados com efeito de quitação ou, querendo, oferecer a defesa em audiência, sob pena de revelia e com declaração da extinção da obrigação nos termos do artigo 542, II, do CPC;
- c) requer a procedência dos pedidos pleiteados nesta demanda com a declaração de extinção da obrigação.

## **IV DOS REQUERIMENTOS FINAIS**

Dante exposto requer a Vossa Excelência:

- a) requer a produção de todos os meios de provas em direito admitidos, em especial prova documental;

**b)** requer a condenação da consignatária ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência de advogados no importe de 15% com base no artigo 791-A da CLT.

Dá -se a causa o valor de R\$......

Nestes termos,

Pede deferimento,

Local e data,

Advogado.....

OAB/n.....

Assim espero que o nosso cronograma seja muito útil para você examinado da segunda em direito e processo do trabalho

Para mais informações acessar o nosso site e nossos canais nas redes sociais.

# CURSO MÉTODO DO DIREITO OAB

**EXAME DE ORDEM UNIFICADO DO TRABALHO**

**OAB NACIONAL**

**SIMULADO INTELIGENTE PARA PROVA OAB TIPO 1 – BRANCA**

**MÉTODO DOS 40 PONTOS**

**PROJETO DA APROVAÇÃO DOS 30 DIAS**

**SIMULADO BASEADO NA PROVA ANTERIOR FGV/OAB**

**MÉTODO DO DIREITO CURSO EDUCACIONAL ONLINE OAB**

**EXAME DE ORDEM UNIFICADO DO TRABALHO**

**CURSO MÉTODO DO DIREITO 1ª FASE**

**MÉTODO DOS 40 PONTOS**

Baseado na Pirâmide de **William Glasser** e pelo professor **Pierluigi Piazza**



## PIRÂMIDE DE APRENDIZAGEM DE WILLIAM GLASSER



# MD

MÉTODO DO DIREITO  
CURSO EDUCACIONAL  
ONLINE OAB

CADERNO DE TREINAMENTO

## MÉTODO SILOGISMO JURÍDICO

Prática Jurídica 2º Fase da OAB

Após o treinamento, vem a aprovação,  
acredite em DEUS e em você,  
Vem que é possível passar na OAB.

Professor e Advogado: Celsone Cavalcante

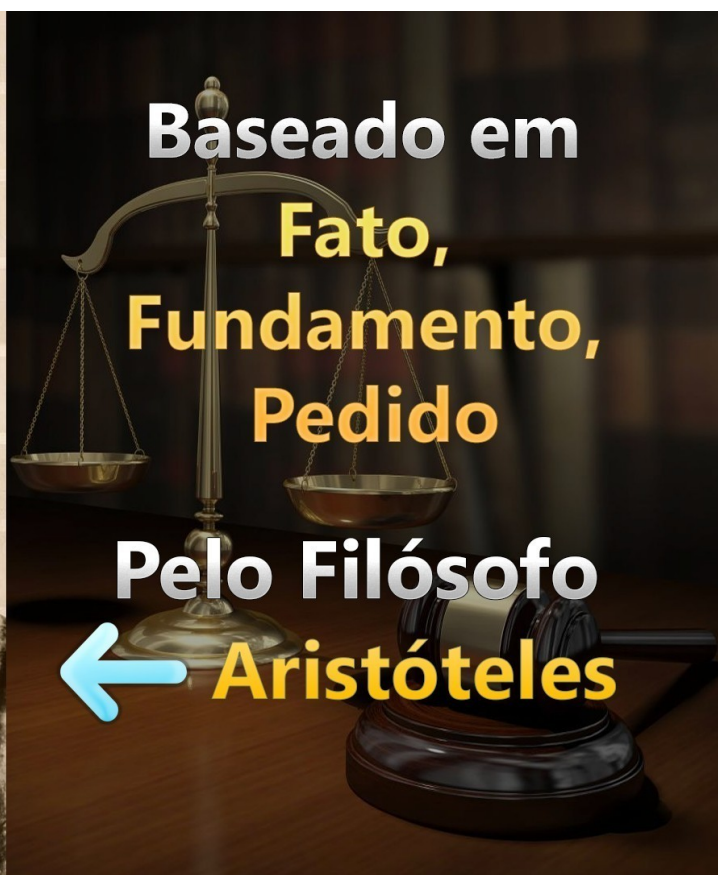
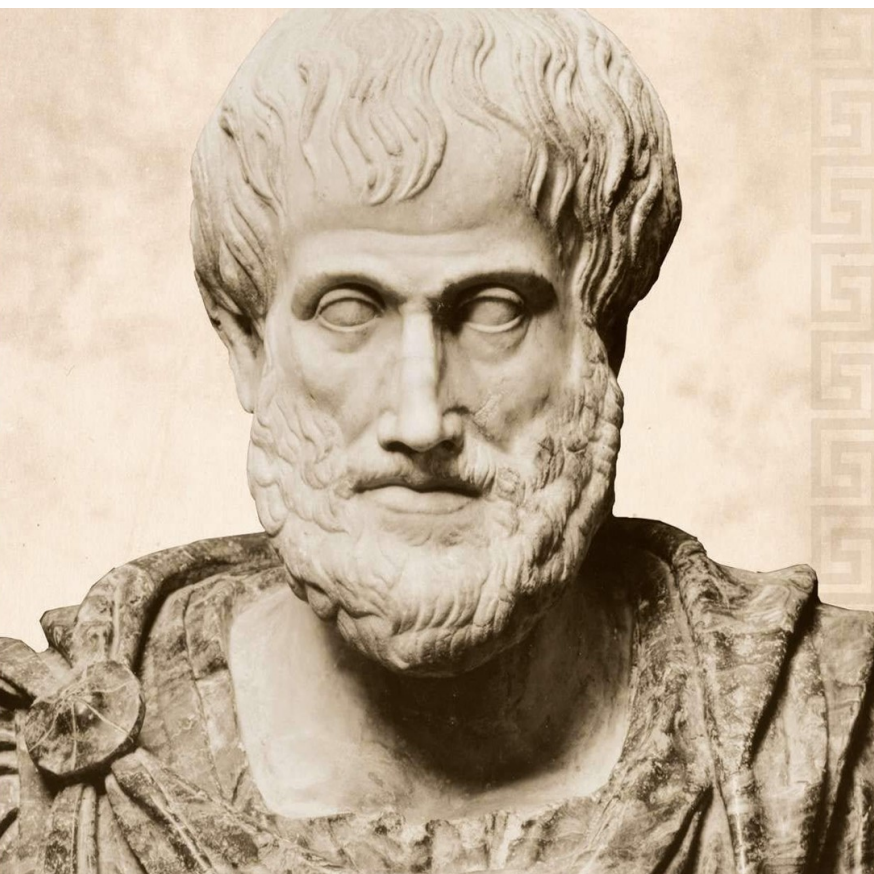
[www.metodododireito.com.br](http://www.metodododireito.com.br)  
[www.cursometodododireitoab.com.br](http://www.cursometodododireitoab.com.br)

CURSO MÉTODO DO DIREITO

2º FASE

MÉTODO

← SILOGISMO JURÍDICO



Baseado em

Fato,  
Fundamento,  
Pedido

Pelo Filósofo

← Aristóteles

O nosso objetivo é baixar **DRASTICAMENTE** os Altos Índices de Reprovação da Prova OAB.

👉 [Clique Aqui](#) e veja a matéria completa que fala a respeito disso.



QUANTO CUSTA A SUA  
**CARTEIRA VERMELHA** DA OAB?

**MD**  
**MÉTODO DO DIREITO**  
CURSO EDUCACIONAL JURÍDICO ONLINE  
1ª FASE E 2ª FASE EXAME DE ORDEM

# Nossas redes sociais e contatos aqui abaixo.



<https://www.facebook.com/metodododireitoab>



<https://www.instagram.com/metodododireito>



<https://www.youtube.com/@MetododoDireito>



<https://www.kwai.com/@celsonecavalca>



<https://www.tiktok.com/@metodododireito>



[atendimentometodododireito@gmail.com](mailto:atendimentometodododireito@gmail.com)



<https://www.metodododireito.com.br>



<https://www.cursometodododireitoab.com.br>

